



Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Humanas e Sociais – ICHS
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História



Anos dourados... Para quem?

Um estudo sobre as condições de vida das camadas populares e práticas de cidadania na Capital da República durante o Governo Juscelino Kubitschek (Rio de Janeiro, 1956-1960)

Ouro Preto, 2023

Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Humanas e Sociais – ICHS
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História

RODRIGO GOMES DA COSTA

Anos dourados... para quem?

**Um estudo sobre as condições de vida das camadas populares e práticas de cidadania na
Capital da República durante o Governo Juscelino Kubitschek
(Rio de Janeiro, 1956-1960)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História.

Linha de pesquisa “Poder, Linguagens e Instituições”.

Orientador: Prof. Dr. Jefferson José Queler.

Ouro Preto, 2023

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

C837a Costa, Rodrigo Gomes da.

Anos dourados... para quem? [manuscrito]: um estudo sobre as condições de vida das camadas populares e práticas de cidadania na Capital da República durante o Governo Juscelino Kubitschek (Rio de Janeiro, 1956-1960). / Rodrigo Gomes da Costa. - 2023.

124 f.: il.: , gráf., tab..

Orientador: Prof. Dr. Jefferson José Queler.

Dissertação (Mestrado Acadêmico). Universidade Federal de Ouro Preto. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História.

Área de Concentração: História.

1. Cidadania - Rio de Janeiro. 2. Participação social - Rio de Janeiro. 3. Rio de Janeiro - História. 4. Problemas sociais - Rio de Janeiro. 5. Brasil - Política e governo - 1956-1961. I. Queler, Jefferson José. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 94(815.3):35

Bibliotecário(a) Responsável: Iury de Souza Batista - CRB6/3841



FOLHA DE APROVAÇÃO

Rodrigo Gomes da Costa

Anos dourados... para quem? Um estudo sobre as condições de vida das camadas populares e práticas de cidadania na Capital da República durante o Governo Juscelino Kubitschek (Rio de Janeiro, 1956-1960)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em 13 de março de 2023

Membros da banca

Prof. Dr. Jefferson José Queler - Orientador - Universidade Federal de Ouro Preto
Profa. Dra. Marly Silva da Motta - CPDOC - Fundação Getúlio Vargas
Prof. Dr. Arnaldo José Zangelmi - Universidade Federal de Ouro Preto

Prof. Dr. Jefferson José Queler, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito no Repositório Institucional da UFOP em 13.03.2023



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Jose Queler, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 13/03/2023, às 09:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0488943** e o código CRC **DA538999**.

Agradecimentos

Certa vez li e/ou ouvi em algum lugar que o mestrado é um tempo curto demais para o tamanho das dívidas de agradecimentos que contraímos. Pude comprovar a veracidade dessas palavras. Também me foi dito que a pesquisa é solitária. Essa, eu terei que discordar. Posso me considerar uma pessoa de sorte visto que encontrei pessoas maravilhosas nessa caminhada.

À minha família, agradeço a minha mãe e irmã que sempre estiveram ao meu lado apoiando, aconselhando, amparando. Vocês são o meu porto seguro. À minha avó, que não está mais conosco, você sempre será meu exemplo de força, escuta e amor. Amo vocês!

À UNIABEU, sou grato pela sólida formação recebida, o incentivo à pesquisa, desde meus primeiros contactos com a ciência, as oportunidades que me foram dadas e preocupação em nos formar professores e pesquisadores que sejam a diferença naquilo que se propõem a fazer. Especialmente às professoras Ivonete, Márcia, Silvana e Vanda, meu muito obrigado por tão generosamente terem partilhado seu conhecimento conosco. Espero honrar vosso legado como educadoras maravilhosas que são. Ao Edu, Kátia e Renatinha, vocês são um presente que a vida me deu. Poderia discorrer infinitamente sobre a importância de vocês na minha vida. Por tudo e por tanto, sou eternamente grato.

No Rio de Janeiro, minha terra natal, agradeço ao Alexandre, Victor, Weverton e William pela amizade de anos, incentivos, ouvidos atentos, conselhos sinceros e momentos de alegria inesquecíveis. Mesmo distante fisicamente, vocês sempre estarão por perto, no coração.

Ah! Viçosa... Doce Viçosa... Quantas vezes eu reclamei de você! Mas nós só brigamos com quem realmente gostamos. Não tenho palavras para expressar o quanto você foi importante na minha vida. O Rodrigo que aí chegou é completamente diferente do Rodrigo que daí saiu. Em Viçosa encontrei amigos valiosos, que me mostraram o que é acolhimento, companheirismo, empatia e amizade. Aos amigos que lá fiz, vocês são parte da família que pude escolher. Amo vocês!

À UFV, a mais linda do Brasil, obrigado por me fazer o servidor público que sou. Agradeço por inculcar em mim os valores do que é servir à sociedade e por mostrar o papel fundamental da Universidade pública, gratuita, laica e de qualidade na formação integral do ser humano.

Em Juiz de Fora, meu novo local de pouso, agradeço ao Bruno, Murilo e Flávio pela parceria, por terem me recebido de braços abertos e pelas risadas dadas. Aos companheiros de UFJF, agradeço a amizade e convivência. É um prazer aprender cada dia mais com vocês. Aos que estão diariamente comigo no mesmo turno, Débora, Gabriel, Laíza, Luciana, Vânia e Wellington, obrigado por dividir as dores e alegrias da nossa profissão. Rir com vocês torna tudo mais leve.

À UFJF, minha nova casa, sou grato pela bolsa de fomento através do Programa de Qualificação Institucional. Este apoio foi fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa.

À Carla Fófano, se existe amizade à primeira vista, posso dizer, com certeza, que fui abençoado. Um brinde a ela!

Do outro lado do Atlântico, ao Aléxis, faltar-me-iam papel e tinta para agradecer o carinho por todos estes anos de companheirismo, apoio, incentivo e confiança. Muito do que sou hoje devo a você. À Marina, que chegou em um período turbulento e foi-nos conquistando com sua alegria, inteligência e jeito doce e meigo. Que alegria poder ter a sua amizade. Amo-vos!

Ao PPGHIS-UFOP, meu agradecimento pelo ensinamento, compreensão e apoio durante a escrita desta pesquisa. Aos amigos que fiz durante o curso, foi um prazer dividir ideias, conversa, sonhos, risadas e surtos nessa jornada com vocês!

Ao Nathan e ao Thiago, agradeço por tão gentilmente terem me recebido tão calorosamente durante minhas estadias em Mariana. Obrigado pelo carinho e cuidado comigo.

Aos professores Arnaldo Zangelmi, Luciano Rosa, Marco Antônio e Marly Motta agradeço as aulas, o aprendizado e os apontamentos durante a qualificação e defesa. É um prazer aprender cada vez mais com vocês.

Ao Jefferson, meu orientador, agradeço por ser um exemplo de profissional humano. Seus conselhos, orientações, e acima de tudo, seu respeito para comigo e meu trabalho me fazem vislumbrar o profissional que posso ser. Obrigado.

Ao Fabrício e ao Ernani, meus psicólogos, nada disso teria sido possível sem vocês. Essa vitória também é vossa.

Aos amigos que ficaram pelo caminho, guardo com carinho nossas lembranças e sorrisos.

Aos amigos que reencontrei pelo caminho, que falta vocês fizeram!

Aos amigos que chegaram, vocês me ensinam, cada um à sua maneira, a ser uma pessoa melhor.

Aos amigos que permaneceram, obrigado por todos esses anos de convivência. Vocês me fizeram acreditar em mim quando nem eu mesmo acreditava mais.

Aos amigos que virão, sejam bem-vindos e não repare a bagunça.

E por último, agradeço a classe trabalhadora brasileira, classe da qual também faço parte, que batalha todos os dias para conseguir o seu sustento, enfrentando toda forma de opressão, precarização, desrespeito aos seus direitos, mas que, com seu suor, também financia a educação pública, gratuita, laica e de qualidade que sempre usufruí por toda a vida.

*Para Antonieta Gomes e Maria Farias da Costa, minhas avós.
Imigrantes nordestinas que se mudaram para a Capital Federal em busca de uma vida melhor.
Testemunhas oculares desta história.*

[in memoriam]

“...quando cheguei (...) os meus filhos vieram dizer-me que havia encontrado macarrão no lixo. E a comida era pouca, eu fiz um pouco do macarrão com feijão. E o meu filho João José disse-me: - Pois é. A senhora disse-me que não ia mais comer as coisas do lixo.

Foi a primeira vez que vi a minha palavra falhar. Eu disse:

*- É que eu tinha fé no Kubstchek (sic).
- A senhora tinha fé e agora não tem mais?
- Não, meu filho. A democracia está perdendo os seus adeptos. No nosso paiz (sic) tudo está enfraquecendo. O dinheiro é fraco. A democracia é fraca e os políticos são fraquíssimos. E tudo que está fraco, morre um dia.”*

Carolina Maria de Jesus

Quarto de Despejo, 1960.

RESUMO

Os cinco anos da administração Kubitschek são lembrados até os dias de hoje devido as mudanças dinâmicas que trouxeram a economia do Brasil. O objetivo dessa pesquisa é compreender o exercício da cidadania - através da participação social - pelos moradores do Rio de Janeiro enquanto Capital da República, durante o Governo JK. Participação Social é entendida neste trabalho como uma forma de participação ativista e inclusiva, pois é utilizada pelas mais diferentes camadas da população, se servindo de maneiras legítimas de reivindicação que passam ao largo das tradicionais formas institucionais, conforme o trabalho de Julia Del Carmen Carapia. Para atingir este propósito, nos propomos a examinar (1) a infraestrutura do Rio durante a construção de Brasília, situação encarada pelos jornais e por parte da população como decadente, (2) a aparente omissão da alta Administração Pública diante dos problemas que engolfavam a cidade e (3) como os cariocas procuraram, a sua maneira, participar do debate. Os vestígios documentais base utilizados nessa pesquisa são os jornais *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias* e *Última Hora*. Todos se encontram disponíveis, de forma online, no site da Biblioteca Nacional/RJ. Desses periódicos selecionamos e analisamos editoriais de jornalistas, cartas e entrevistas de populares que foram publicadas. A metodologia principal utilizada para a análise dos conteúdos desses periódicos será a Análise do Discurso Crítica (ADC). Como resultado encontramos o abandono da Cidade do Rio de Janeiro pela União, o que acarretou um aprofundamento dos seus problemas históricos, levando os habitantes da cidade a lutarem contra as penosas condições de vida, o desrespeito aos seus direitos e para garantirem o seu direito à cidade.

Palavras-chave: cidadania; direitos; infraestrutura; Rio de Janeiro; jornais; participação social.

ABSTRACT

“Golden Age”... For Who?

A study about working class’ life conditions and citizenship practices in the Federal Capital during Juscelino Kubitschek administration (Rio de Janeiro, 1956 – 1960)

The five years of the Kubitschek administration are remembered until the present day due to the dynamic changes it brought to Brazil’s economy. This research aims to understand the exercise of citizenship - through social participation - by dwellers of Rio de Janeiro as the Capital of the Republic, during the JK Government. Social Participation is hereby understood as a means of activist and inclusive participation, since it is used by the most different layers of the population, using legitimate ways of claiming, which, according to the work of Julia Del Carmen Carapia, are far from the traditional institutional manners. In order to achieve this purpose, we proposed to examine (1) Rio’s infrastructure during the construction of Brasília, a situation seen as decadent by newspapers and part of the population, (2) the apparent omission of the high Public Administration in the face of the problems that overwhelmed the city and (3) how people from Rio sought, in their own way, to participate in the debate. The basic document traces used in this research are the newspapers *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias* and *Última Hora*. All of them are available online at the National Library/RJ website. From these newspapers, we selected and analyzed materials then published, such as journalists’ editorials, letters and interviews with dwellers. The main methodology adopted to analyze the contents of these journals was the Critical Discourse Analysis (CDA). As a result, we found the abandonment of the Rio de Janeiro City by the Union, which led to a deepening of its historical problems, leading the city’s inhabitants to fight against the painful living conditions, the disrespect for their rights, and to guarantee their right to the city.

Keywords: citizenship; rights; infrastructure; Rio de Janeiro; newspapers; social participation.

RÉSUMÉ

L'âge d'or... qui en profite?

Une proposition pour comprendre les conditions de vie de la classe ouvrière et les pratiques de citoyenneté dans la capitale fédérale pendant le gouvernement de Juscelino Kubitschek (Rio de Janeiro, 1956-1960)

Les cinq ans de l'administration Kubitschek sont rappelés jusqu'à présent en raison des changements dynamiques dans l'économie du Brésil. Le but de cette thèse consiste à comprendre l'exercice de la citoyenneté – à travers la participation sociale - de les habitants de Rio de Janeiro, la capitale fédérale, pendant les années du gouvernement Juscelino Kubitschek. Dans cette thèse, nous considérons la participation sociale comme une forme d'action militante et inclusive que la classe ouvrière a utilisée pour revendiquer ses droits. Ces formes d'action militante ne se limite pas aux formes institutionnelles traditionnelles, selon Julia Del Carmen Carapia. Nous visageons d'examiner (1) l'infrastructure de Rio pendant la construction de Brasília, situation considérée par les journaux et par la population comme décadente, (2) l'apparente omission de la haute administration publique face aux problèmes de la ville et (3) comment les cariocas ont essayé de participer à ce débat. Les documents utilisés dans cette thèse sont les journaux *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias* et *Última Hora*. Tous les journaux sont disponibles en ligne, sur le site de la Bibliothèque Nationale de Rio de Janeiro. De ces matériel, nous avons sélectionné et analysé des éditoriaux de journalistes, des lettres et des interviews des habitants qui ont été publiées. La méthodologie principale utilisée pour l'analyse des contenus de ces matériel est l'Analyse Critique du Discours (ACD). Le résultat que nous avons trouvé est l'abandon de la ville de Rio de Janeiro, ce qui a entraîné un approfondissement de ses problèmes historiques, obligeant les habitants de la ville à se battre pour des meilleures conditions de vie, le respects de leurs droits et pour assurer leur droit à la ville.

Mots-clés : citoyenneté; droits; infrastructure; Rio de Janeiro; journaux; participation sociale.

LISTA DE FIGURAS E IMAGENS

Figura 1: Reportagem em que o jornal ilustra com fotos a notícia da lama que frequentemente se formava após um temporal.	37
Figura 2 - Notícia e charge denunciando paralelamente desvio de verbas, as enchentes, a falta de água e o “mercado” em torno dos valores dos baldes.	38
Figura 3 - As condições de transporte do trânsito no Rio de Janeiro, segundo documentário de Jean Manzon.	47
Figura 4 - Protesto de estudantes e responsáveis por mais vagas nas escolas.	87

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1 - Incêndios	39
Tabela 2 - População total com idade igual ou superior a 10 anos de idade ocupando atividade rentável e o quantitativo de ocupação nas três maiores áreas - Brasil.....	50
Tabela 3 - População total com idade igual ou superior a 10 anos de idade ocupando atividade rentável e o quantitativo de ocupação nas três maiores áreas - Cidade do Rio de Janeiro, DF. ...	50
Tabela 4 - Lista de assuntos abordados na coluna <i>Fala o Povo!</i>	62
Gráfico 1 - População com idade igual ou superior a 10 anos de idade que exerciam atividade remunerada na Cidade do Rio de Janeiro - DF, segundo o censo de 1950 - IBGE.....	52
Gráfico 2 - Proporção de pessoas que exerciam atividades econômicas em comparação com outras que não exerciam atividades econômicas na Cidade do Rio de Janeiro, DF (1950).....	52
Gráfico 3 - População com idade igual ou superior a 10 anos de idade que exerciam atividade remunerada no Rio de Janeiro - GB, segundo o censo de 1960 - IBGE.....	54
Gráfico 4 - Proporção de pessoas que exerciam atividades econômicas em comparação com outras que não exerciam atividades econômicas no Rio de Janeiro, GB (1960).....	54

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I - “DEIXOU DE SER MARAVILHOSA A IMUNDA CAPITAL DO PAÍS”: UMA ANÁLISE SOBRE O RIO DE JANEIRO E SUA INFRAESTRUTURA ATRAVÉS DA NARRATIVA DA IMPRENSA	29
1.1 Histórico de atuação do governo central sobre a infraestrutura do Rio	30
1.2 “O Rio de Janeiro aos poucos vai se desmoronando”	33
1.3 “Por todos os cantos, em todas as ruas, há sempre um problema à espera de solução”: os espaços públicos e atividades econômicas.....	45
1.4 Juscelino Kubitschek e o Rio de Janeiro	55
1.5 Considerações finais	58
CAPÍTULO II - FALA O POVO!	60
2.1 O que fala o povo?	62
2.2 Quem é o povo que fala?	72
2.3 Considerações Finais	79
CAPÍTULO III - UM CALDEIRÃO DE CIDADANIA: A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO RIO DE JANEIRO DOS “ANOS DOURADOS”	80
3.1 Participação Social: motivações.....	81
3.2 “Estamos organizados para exigir deles o cumprimento do dever”: Poder de organização e protestos de rua	84
3.3 “Faz-nos crer na força da imprensa, quando bem orientada”: Imprensa como meio de participação.....	91
3.4 “Reunião de ideias para atingir um denominador comum”: Debates e mesas- redondas públicos	98
3.6 Considerações finais	104
CONCLUSÕES.....	105
BIBLIOGRAFIAS E FONTES	107

Os cinco anos da administração Kubitschek são lembrados até os dias de hoje devido as mudanças dinâmicas que trouxeram ao Brasil. Um presidente que assume o governo entre duas ditaduras, governa e passa a faixa presidencial para seu sucessor em um país de frágil e recente democracia realmente desperta a curiosidade. Seu mandato esteve empenhado na realização de um Plano de Metas, de foco econômico, que buscava vencer o que era visto como um histórico de atraso e subdesenvolvimento em que Brasil se encontrava. No planalto central, em meio ao descampado e distante das grandes cidades, um grande número de operários provenientes dos mais diversos locais do país trabalhavam com tijolos, areia, cimentos, suor e sonhos na construção daquilo que seria a síntese deste Plano. Brasília, com suas belas formas traçadas por Niemeyer, veio a ser chamada pelo presidente no seu discurso de inauguração de “Cidade da Esperança”¹. Ao passo que a nova cidade era erguida no interior do Brasil, a centenas de quilômetros dali o Rio de Janeiro - a capital do país – estava engolfada de problemas. À medida que atenção e recursos eram voltados para a Novacap, a Belacap acabava ficando a sua própria sorte² e isso rendeu muitos debates entre aqueles que eram favoráveis a mudança da sede do governo, os chamados mudancistas e os que se opunham ao projeto, os antimudancistas³.

Buscamos com esta pesquisa compreender através dos jornais da época e da narrativa da imprensa (1) a situação da infraestrutura do Rio durante a construção de Brasília, (2) a atitude do governo federal diante dessas situações e, principalmente, (3) como os habitantes da cidade

¹ KUBITSCHECK, J. K. (2009) Discurso de JK na inauguração de Brasília. Em BRASIL, *Discursos selecionados do presidente Juscelino Kubitschek*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

² Devido ao nome da Novacap (Companhia Urbanizadora da Nova Capital) que foi a empresa estatal fundada para gerir a construção, Brasília ficou popularmente conhecida por essa alcunha. Em contrapartida, houve uma tentativa de denominar o Rio de Janeiro como Velhacap (Velha Capital), porém, o apelido que caiu nas graças foi o Belacap. As belezas do Rio – sua marca nacional e internacionalmente conhecida – foi utilizada como trunfo em favor da cidade. Ver: WESTIN, R. (2015). *Adversários de JK tentaram impedir transferência da capital para Brasília*. Acesso em 15 de maio de 2020, disponível em Agência Senado: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/04/17/adversarios-de-jk-tentaram-impedir-transferencia-da-capital-para-brasilia>; MOTTA, M. S. (2000). O Rio de Janeiro continua sendo? Rio de Janeiro. CPDOC/FGV.

³ DOS SANTOS, M. (2008). A construção de Brasília nas tramas de imagens e memórias pela imprensa escrita (1956 - 1960). *Dissertação de mestrado em História*. Brasília: Instituto de Ciências Humanas, UnB.

buscavam exercer sua cidadania ao participar, a sua maneira, do debate. Para o desenvolvimento deste estudo, nos socorreremos de conceitos cunhados em outras áreas do conhecimento, como a geografia, o direito e o urbanismo, que nos dão ricos fundamentos teóricos para o entendimento do nosso objeto. A seguir detalharemos as definições de cidade e o direito a ela, a urbanificação e a cidadania, pois acreditamos que tais ferramentas permitem-nos demonstrar com maior rigor o que propomos. Optou-se por este recorte temporal dado a relevância do contexto em que ele é inserido, pois o governo Kubitschek está incorporado ao período entendido como “experiência democrática”, visto que, pela primeira vez na nossa história, os ideais democráticos puderam ser usufruídos e exercidos pela população brasileira⁴ e, acrescentando a isso, o recorte espacial foi definido com base na importância social, política e administrativa usufruídas pelo Rio de Janeiro à época.

Ao debruçar-se sobre certas formas do imaginário, Raoul Girardet demonstra a construção de alguns mitos específicos no imaginário político. Para ele, “o mito político é fabulação, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real. [...] Exerce também uma função explicativa, fornecendo certo número de chaves para a compreensão do presente.” A administração JK inseriu-se no imaginário popular - até mesmo na historiografia, em diversos trabalhos acadêmicos - com o epíteto de “Anos Dourados” sendo encarado como um tempo de grandes realizações e conquistas, frequentemente lembrado com certo saudosismo, quase envolto em uma aura, digamos, mitológica. É específico o contexto em que esse pensamento é formulado, afinal, como explica o autor, muitas vezes esses períodos idealizados “foram efetivamente vividos antes de ter sido sonhados; sua imagem não fez mais do que sofrer o habitual trabalho de inflexão, de seleção ou de transmutação que é o da lembrança”, fornecendo assim ferramentas para a projeção de um futuro assentado em referenciais imaginados sobre o passado⁵. Segundo Jefferson Queler a construção do mito da idade de ouro em torno do governo de Juscelino toma fôlego com a autoimagem trabalhada pelo próprio ex-presidente, sendo acentuada posteriormente nos debates e lutas contra a ditadura militar [1964-1985]. Depois da cassação de seus direitos em virtude do regime autoritário, Kubitschek começa a produzir suas

⁴ FERREIRA, J. (2013). A experiência liberal-democrática no Brasil [1946 – 1964]: revisitando temas historiográficos. Em J. A. NUNES, & A. FREIRE, *Historiografias portuguesa e brasileira no século XX. Olhares cruzados*. Coimbra, Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra.

⁵ GIRARDET, R. (1987). *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras. Pp. 13, 98, 103

memórias, e para Queler o ex-mandatário “vê-se como aquele que implantou a ‘autêntica democracia’ no Brasil, ou seja, aquele regime em que ‘povo’ e governo estão integrados e em sintonia quanto aos seus interesses [grifos do autor]” e tal concepção irá encontrar eco na academia, com numerosa bibliografia produzida haja vista “os anos do regime militar no Brasil parecem ser um ambiente propício para a emergência de tal mito”, e o trato dessa relação entre o relativo êxito levado a cabo no cumprimento do Plano de Metas e a democracia daquele tempo foram evocados “como forma de combater o regime militar vigente no Brasil [...]”⁶.

Compreender as significações de cidade são peças fundamentais para entendermos o Rio de Janeiro da década de 1950. De acordo com Benevolo, o termo *cidade* possui duas acepções: “uma indicando uma organização da sociedade concentrada e integrada” e a outra “para indicar a situação física desta sociedade”. Na primeira, vemos “‘cidade’ como corpo social” vinculada as dimensões culturais e sociais de organização e na segunda entendemos a cidade como “um cenário físico da vida humana” compreendendo toda a ingerência e inserção humana em determinado espaço natural, desde mínimas ações até grandes intervenções no ambiente, como as construções, detentora de diversas características da sociedade que a produziu⁷. Para isso, a produção do espaço urbano - o uso da terra e a organização espacial - sofre interferência direta de diversos agentes, como por exemplo, o Estado conforme apontado por Corrêa⁸. A atuação do Estado na área espacial da cidade reflete a dinâmica sociedade do qual faz parte e a implementação de serviços públicos ou mesmo a precariedade e/ou ausências deles, tornam-no em alvo de cobranças da população⁹.

O Rio de Janeiro era uma cidade que, apesar de possuir uma organização política própria como a câmara municipal, o poder local esbarrava com governo central, antes a Coroa e depois a União. A chegada da família real portuguesa alterou drasticamente a vida da cidade, exigindo grandes mudanças para acomodar os novos moradores, num processo de “interiorização da metrópole”, vindo a assumir o papel de Corte europeia na América¹⁰. Durante o Império, o porto

⁶ QUELER, J. J. (2004). Democracia e desenvolvimento: os posicionamentos políticos do jornal Última Hora no governo Kubitschek [1957 – 1960]. *Dissertação de Mestrado*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp. Pp. 5-7.

⁷ BENEVOLO, L. (1984). *A cidade e o arquiteto - Método e história na arquitetura*. São Paulo: Editora Perspectiva. Pp. 13-28.

⁸ CORRÊA, R. L. (1989). *O espaço urbano*. São Paulo: Ática.

⁹ Ibidem. Pp. 13-35

¹⁰ DIAS, M. O. L. (2005). *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda.

do Rio era um dos maiores do país, responsável pelo comércio de escravizados e exportação do café, atividades altamente lucrativas. O governo imperial agia diretamente nas tentativas de civilização, controle dos costumes e formas de se reunir e sobreviver dos moradores da capital¹¹. Com o advento da república a ação do governo federal sobre a capital se intensifica. Parte do centro da cidade é derrubado, dando lugar a Avenida Central, exemplo de excelência da belle époque carioca¹². Os palácios do Itamaraty e do Catete são comprados e se tornariam sede do Ministério das Relações Exteriores e sede da Presidência da República, respectivamente. O prédio do Supremo Tribunal Federal é construído em 1909, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal ganham novas sedes luxuosas, verdadeiras joias arquitetônicas. No campo cultural são erigidos os prédios da Biblioteca Nacional, do Museu Nacional, o Theatro Municipal, do Banco do Brasil entre outros. No período Vargas, a intervenção na cidade por parte da União continua com a construção das sedes do Ministério da Educação, Ministério da Fazenda e Ministério da Guerra. Há também a construção da Cidade Universitária e a Estação Dom Pedro II¹³.

Essas operações justificavam-se primeiro na tentativa de demonstração do progresso que o país buscava refletir, e também em tentativas de reestruturação e mudanças diante das condições insalubres que permeavam a cidade. Falta de água, violência e enchentes eram costumeiras no dia a dia dos cidadãos. As ruas apinhadas de gente, somado as grandes levas de imigrantes e a precariedade de moradias tornavam os habitantes facilmente vulneráveis às epidemias como varíola, febre amarela e tuberculose¹⁴. Desta feita, com altos custos sociais, as

¹¹ FLORENTINO, M. (1997). *Em costas negras - Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras; AZEVEDO, A. N. (2016). *A grande reforma urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso*. Rio de Janeiro: PUC Rio; SANTANA, K. L. O. S. (2019). "Reuniões perigosas" - Ajuntamento ilícito e política na corte regencial [1831 – 1837]. *Dissertação de mestrado em História*. Seropédica, RJ: Instituto de Ciências Humanas e Sociais, UFRRJ.

¹² GRALHA, F. (2008). A belle époque carioca: imagens da modernidade na obra de Augusto Malta [1900 – 1920]. *Dissertação de mestrado em História*. Juiz de Fora, MG: Instituto de Ciências Humanas e Letras, UFJF.

¹³ LYNCH, C. C. (Jan - Mar de 2017). Questão de urgência nacional: o Rio como 2º distrito federal. *Insight Inteligência*, 19(76), Pp. 18 - 42.

¹⁴ SILVA, D. C. (2017). Uma avenida em questão: a construção da Avenida Central e os debates públicos. Em J. FERREIRA, *O Rio de Janeiro nos jornais - Ideologias, culturas políticas e conflitos sociais [1889 – 1930]* (pp. 45 - 74). Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras/FAPERJ.

constantes ações diretas do governo federal eram consideradas de extrema importância na remodelagem e tentativas de sanar os problemas da capital.

O intento de urbanificação da cidade era algo constante. Segundo Afonso da Silva, enquanto a urbanização “é um fenômeno espontâneo de crescimento das aglomerações urbanas”, a urbanificação “consiste em toda atividade deliberada de beneficiamento ou de rebeneficiamento do solo para fins urbanos, quer criando áreas urbanas novas, pelo beneficiamento de solo ainda não urbanificado, quer modificando o solo já urbanificado”¹⁵. A constituição federal de 1946, nos artigos 5, 26 e 28 estabelecia que cabia a União, por exemplo, a ação contra as inundações e que os municípios deveriam organizar os serviços públicos. Ao Distrito Federal era dado o direito de recolher impostos estaduais e municipais¹⁶. Dessa forma, as ações urbanísticas eram prioritariamente atribuição do poder público. Um dos objetivos deste estudo é buscar evidenciar que a com a construção de Brasília, os cuidados do governo com a urbanificação da capital litorânea foi relegada a segundo plano, diferentemente do que ocorria em governos anteriores.

Em meio a tudo isso estava a população que também buscava o seu direito à cidade. David Harvey afirma que as configurações das cidades assentam-se em princípios individualistas, como a propriedade privada e o lucro, que acabam por sobrepor-se ao interesse coletivo. Entretanto, com o emergir de consciências coletivas, toma-se ação. Para ele,

o direito à cidade é, portanto, muito mais que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização¹⁷.

Assim, passa pelas mãos dos habitantes a capacidade de postular uma capacidade de influência sobre os caminhos traçados pela urbanificação, naquilo que o autor chamou de “controle democrático”¹⁸. Isso só é possível com o exercício da cidadania, característica intrínseca aos regimes democráticos.

¹⁵ SILVA, J. A. (2006). *Direito Urbanístico Brasileiro*. São Paulo, SP: Malheiros. Pp. 324, 325.

¹⁶ BRASIL. (1946). *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, DF.

¹⁷ HARVEY, D. (2014). *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo, SP: Martins Fontes/Selo Martins. P. 28.

¹⁸ *Ibidem*, Pp. 30, 61.

Muito se discute sobre a democracia e no Brasil, historicamente, ela encontrou – e ainda encontra - os mais diversos obstáculos para a sua ampliação e consolidação. Costumeiramente admite-se como democracia a concepção liberal, de visão jurídica, assentada na lei e na ordem. Não obstante, neste trabalho entendemos democracia, tal qual defendido por Chauí, como uma organização social que delinea as relações entre indivíduos e as instituições, ”ou seja, é o único regime político que é também a forma social da existência coletiva”, formando desta feita a “sociedade democrática”. Chauí argumenta que, por exemplo, na necessidade de alimentos, tem-se por trás o princípio do direito à vida; por detrás da necessidade de salário justo, temos o direito a condições dignas de viver; na ação de votar, tem na retaguarda o direito a expressão. Isto posto, é fundamental compreender que está na espinha dorsal da democracia a criação e manutenção de direitos, por conseguinte, esta entende o conflito como legítimo e primordial diante dos privilégios de uns e a carências de outros. A democracia se assenta na soberania popular, e quando os indivíduos entendem que “tais direitos não existam nem estão garantidos, tem-se o direito de lutar por eles e exigi-los”, ou seja, demandar, propor e resistir. Diferente das necessidades de uns e privilégios de outros, os direitos são universais, fruto de “uma criação social, de tal maneira que só há democracia com a ampliação contínua da cidadania” para o usufruto de todos, de forma plena, formando assim os cidadãos¹⁹.

A construção da cidadania envolve a participação direta dos indivíduos dentro de uma sociedade. Para T. Marshall, a cidadania é a posse plena de direitos em, ao menos, três áreas - e sendo um inglês observando através das lentes do processo na Inglaterra - o autor detalha certa lógica de acontecimentos na conquista desses direitos. O primeiro é o “elemento civil” que corresponde à liberdade de ir e vir, de expressar livremente o pensamento, sua fé caso possua, a igualdade e etc. Em seguida há o “elemento político” que se traduz no “direito de participar no exercício do poder político” e ajudar a definir os rumos da sociedade e, por fim, de posse desses dois passa-se a conquista do “elemento social” que é “o direito a um mínimo bem-estar” através do acesso a educação, saúde, trabalho, infância e velhice dignas, ou seja, a participação nas riquezas da sociedade²⁰. No Brasil, segundo J. M. Carvalho, a cidadania brasileira desenvolve-se com grande foco nos direitos sociais - sendo este o primeiro a ser alcançado entre nós - como o direito a educação, ainda no Império, enquanto milhares de pessoas tinham seus direitos civis

¹⁹ CHAUI, M. (2017). O mito da não-violência brasileira. Em E. M. ITOKAZU, & L. CHAUI-BERLINK, *Escritos de Marilena Chauí - Sobre a violência* (Vol. 5). São Paulo: Autêntica.

²⁰ MARSHALL, T. H. (1967). *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor.

negados e eram escravizadas. Os direitos civis serão oficialmente estendidos a todos com a abolição da escravatura, porém com limites ao seu exercício. No campo dos direitos políticos, estes serão cerceados para uma grande parcela da população, e ironicamente, serão ampliados em plena ditadura, o que os tornou um mero instrumento *pro forma*²¹.

Assim podemos perceber que, como apontam Chauí e Marshall, democracia e cidadania andam lado a lado. E em diálogo com as argumentações dos autores, nesse trabalho entendemos a construção da cidadania como um processo em quatro fases: a primeira, quando há um entendimento geral entre as pessoas de que algo é reconhecidamente seu direito, mesmo que não esteja legalmente estabelecido. A segunda fase diz respeito à organização e luta para a institucionalização de tal direito²². A terceira fase envolve a aceitação desta obrigação para com os indivíduos por parte do Estado, reconhecendo o status de cidadão a eles e/ou ampliando os direitos já existentes²³. E a quarta fase que se constitui em luta permanente para evitar retrocessos com a retirada dos direitos conquistados como também para exigir o cumprimento dos direitos já instituídos e não permitir que se tornem letra morta. Esta percepção de democracia e cidadania será um dos nossos guias no desenvolvimento desta pesquisa.

Mas como definir essas camadas populares? As reflexões de Raymond Williams e E. P. Thompson nos trazem importantes contribuições. De acordo com Williams há um longo histórico de desprezo por parte de pequenos grupos contra as maiores parcelas das populações, hierarquizando a sociedade em estratos sociais, despreço demonstrado até mesmo nas expressões que eram/são utilizadas²⁴. O termo *popular*, oriundo do latim, significa “pertencente ao povo”, mas “também havia o sentido de ‘baixo’ ou ‘inferior’”²⁵. No século XIV vocábulos

²¹ Carvalho afirma que, em 1920, os analfabetos eram proibidos de votar e apenas 25% dos 30 milhões de habitantes sabia ler e escrever. Os homens adultos – os únicos que votavam à época - giravam em torno de apenas 1 milhão de alfabetizados, e dado as condições em que as eleições eram realizadas (violência, intimidação, fraude, corrupção) apenas 10 mil participavam efetivamente do pleito. O voto feminino só foi possível em 1932, sob o regime de Vargas e o voto dos analfabetos em 1988. Cf. CARVALHO, J. M. (2019) *Cidadania no Brasil – o longo caminho*. 25ª edição. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira. P. 70.

²² CHAUI (2017). *Op. Cit.*, pp. 34, 35.

²³ MARSHALL (1967). *Op. Cit.*, p. 76.

²⁴ WILLIAMS, R. (2007). *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade* (1ª ed.). São Paulo, SP: Boitempo. P. 260.

²⁵ *Ibidem*, p. 318.

como *comum* indicava todo um grupo e/ou “um grande grupo específico e subordinado”²⁶. Posteriormente nos séculos XVI e XVII, a palavra *multidão* tornou-se frequentemente empregada, porém acompanhada de adjetivos negativos que a desqualificava, como por exemplo, “multidão vil”, atribuindo-lhe um caráter rebaixado, inferior socialmente e moralmente²⁷. Para Thompson, esses populares - a plebe - pode não possuir uma consciência sobre si mesma, ou uma estruturação de classe, entretanto a sua presença é sentida, moderando o comportamento político, tanto que os grupos denominados de populacho pelo autor poderiam até não ser dotados de “uma impecável consciência de classe”, mas sem titubear, eram vistos como “uma espécie de besta horizontal”²⁸. Não significa isso que eles eram baderneiros agindo furiosa e cegamente, muito pelo contrário, isso representava a sua força. Nos seus tratos com os governantes, “a multidão era em geral disciplinada, tinha objetivos claros, sabia negociar com as autoridades e, acima de tudo, empregava sua força com rapidez”²⁹. Thompson aponta que o desenvolvimento da consciência de classe irá ser construída quando os trabalhadores, a partir das “experiências comuns (herdas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus”³⁰.

Isso faz surgir outro questionamento: o que faz essa multidão levantar-se para agir? Segundo Thompson, longe de ser uma massa amorfa em movimento, a ação popular poderia ter um cariz reivindicatório ou de protesto legitimado implicitamente no consenso da comunidade. Agindo desta maneira “estavam imbuídos da crença de que estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais”, ou então, possuindo “uma visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais, [...] o desrespeito a esses pressupostos morais, tanto quanto a privação real, era motivo habitual para ação direta”³¹. Isso dialoga diretamente com o termo *massas* apontado por Williams. Para ele, este verbete também pode ser entendido como densidade, resistência à

²⁶ Ibidem, p. 100.

²⁷ Ibidem, p. 261.

²⁸ THOMPSON, E. P. (2013). *Costumes em Comum - Estudos sobre a cultura Popular Tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras. Pp. 56, 57, 62.

²⁹ Ibidem, pp. 67, 68.

³⁰ THOMPSON, E. P. (2018) *A formação da classe operária inglesa – a árvore da vida*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra. Vol. 1. P. 10.

³¹ THOMPSON, E. P. (2013). *Op. Cit.* P. 152.

fragmentação, uma solidariedade no sentido de prover unidade para alcançar um objetivo³². Diante do exposto, acreditamos que uma das riquezas do período da experiência democrática [1945-1964] está na ação cidadã em ambiente democrático, onde camadas populares - essas pessoas vistas como comuns - esforçaram-se em demonstrar que são atores históricos, conscientes e empenhados por suas pretensões, e diante da ausência do Estado, movimentam-se para demandar cobranças e respostas das autoridades, exercendo uma participação na vida pública pela primeira vez sem a tutela “superior”. Uma ação em conjunto³³.

Entretanto desenvolveu-se no meio acadêmico uma corrente de interpretação que defende que a população do Rio de Janeiro era expectadora do jogo político na capital federal. Nesta perspectiva, a obra mais conhecida é *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a república que não foi*, de J. Murilo de Carvalho³⁴. Apesar de concordarmos com o autor no que diz respeito à ordem e desdobramento da conquista de direitos civis, políticos e sociais no Brasil, o mesmo não podemos dizer com respeito a perspectiva da participação política da população carioca. Segundo Carvalho, na obra citada, o povo “assistiu bestializado” a proclamação da República, apenas observadores do desenrolar dos eventos. Para o autor, durante a consolidação do novo regime, o povo teria optado em não participar da política institucional. Carvalho afirma que “no campo da ação política, fracassaram sistematicamente as tentativas de mobilizar e organizar a população dentro dos padrões conhecidos nos sistemas liberais”³⁵.

Este trabalho se insere em uma outra perspectiva, uma corrente que defende a existência, sim, de politização e participação ativa das camadas populares na vida política e no destino da cidade. Apesar de nos focarmos mais nos meios de participação através de formas não-institucionais, as pessoas também recorriam as formas tradicionais do sistema, conforme aponta o estudo de Marcelo Magalhães, *Ecos da política: a capital federal, 1892 – 1902*³⁶. Segundo o autor, apesar do regime republicano ter-se estruturado de forma excludente e negando o acesso do povo à cidadania e direitos, esta mesma população habilmente utilizou-se do “campo político

³² WILLIAMS, R. (2007). *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade* (1ª ed.). São Paulo, SP: Boitempo. P. 263.

³³ Idem.

³⁴ CARVALHO, J. M. (1987). *Os Bestializados - O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras.

³⁵ Idem, p. 141.

³⁶ Magalhães, M. (2004). *Ecos da política: a capital federal, 1892 – 1902*. Tese de doutoramento em História. Niterói: PPGH – UFF.

institucional”³⁷. Através de petições, faziam com que suas questões chegassem às autoridades. O Conselho Municipal “era o local de diálogo, em que as demandas dos habitantes da cidade chegavam, obtendo, inclusive resposta”³⁸. Recorrer ao Conselho Municipal demonstra que este órgão era encarado como instância legítima para cobranças³⁹.

O governo de Juscelino se insere nos anos entre o fim da ditadura do Estado Novo em 1945 e o golpe empresarial-civil-militar em 1964. Desde já afastamos a ideia de “populismo” ao nos referirmos ao período. O termo populismo vem sendo utilizado amplamente na política brasileira e em trabalhos acadêmicos, até mesmo denominando a República de 1945 a 1964 como “República Populista”, o que demonstra que este período de nossa história “ainda está para ser construída”⁴⁰. Ao utilizar-se deste conceito como categoria explicativa, disseminou-se a ideia de “manipulação dos trabalhadores, sempre desviados de um caminho ideal (...) sempre condenadora do Estado e vitimizadora da sociedade”⁴¹. Como observaremos ao longo deste trabalho, a população teve uma movimentação ativa como sujeito histórico, com pautas e interesses próprios, auto-organizados e sem tutela, agindo efetivamente sobre o seu entorno, mantendo uma relação com o Estado ora denunciando ora cobrando o Poder Público.

Kubitschek assume a presidência eleito pelo voto popular, mas no rescaldo de grande agitação política após a tentativa de golpe e o suicídio de Getúlio Vargas. No contexto internacional, a Guerra Fria movimentava as grandes potências (URSS e EUA) e, como consequência, os países que orbitavam nas periferias sofrem grande influência deste embate. A Revolução Cubana consolida-se e a Coreia inicia seu conflito armado, também os EUA fortalecem sua zona de influência por sobre a América, inserindo assim o Brasil em sua área de atuação. No contexto interno,

o antagonismo político getulismo x antigetulismo permeou a década. A UDN aglutinou o antigetulismo. Os dois partidos criados por inspiração de Getúlio Vargas depois do término do Estado Novo – o PSD e o PTB – eram representativos das múltiplas dimensões do seu legado⁴².

³⁷ Idem, p. 19.

³⁸ Idem, p. 136.

³⁹ Idem, p. 157.

⁴⁰ FERREIRA, J. (2001) *Introdução*. IN: FERREIRA, J. (Org.) O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. P. 13.

⁴¹ Idem, p. 8.

⁴² LAFER, C. (2019) *Antagonismo político e os “anos dourados”*. IN: BACHA, E. et al. 130 anos: em busca da república. RJ: Intrínseca. P. 127

A administração Vargas, tanto a ditatorial como a democrática, fora marcada por uma profunda transformação nas relações de trabalho no país. A assinatura da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a criação da Petrobrás e da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a instituição do salário-mínimo e outras políticas governamentais buscavam industrializar e desenvolver o país, mas também mediar as relações capital-trabalho. Após uma crise política, Vargas suicida-se em 1954, assumindo a presidência seu vice, Café Filho.

Em 1955 as eleições ocorrem normalmente e sagram a vitória de Juscelino, entretanto a sua posse é incerta. Parte das Forças Armadas e da oposição civil, especialmente a UDN do jornalista Carlos Lacerda buscaram impedir que JK assumisse o posto para o qual fora eleito com 36% dos votos. O general Lott, por meio do que foi chamado de contragolpe preventivo, derruba da presidência da República o deputado Carlos Luz que havia assumido o cargo em razão de uma enfermidade que afastara o titular, Café Filho, interrompendo assim um golpe que contava com apoio de membros do Congresso Nacional. Kubitschek assume enfim a presidência em 1956⁴³. A administração Kubitschek através do seu Plano de Metas, um projeto eminentemente econômico que envolvia o setor energético, transporte, indústria e etc, que buscava desenvolver o Brasil com rapidez, em um curto período de tempo, como demonstra o lema da época “cinquenta anos em cinco”. Segundo Ângela de Castro Gomes houve um grande crescimento principalmente na área industrial, com volumosas entradas de capital estrangeiro, contudo, como observa a autora tal desenvolvimento “não correspondeu ao modo como a grande massa viveu naquele período inflacionário, do qual foi a principal vítima”⁴⁴, e dentro deste contexto nós inserimos a nossa pesquisa.

O debate sobre a pobreza no Brasil é recente. Durante o século XIX e início do XX a grande questão nacional era a mestiçagem e a raça⁴⁵. Como nos mostra Sprandel, anteriormente, a

⁴³ GOMES, A. C. (1991). *Introdução – Qual a cor dos anos dourados?* Em GOMES, A. C. et al (org.). O Brasil de JK. RJ: FGV/CPDOC. 1991. P. 2.

⁴⁴ GOMES, A. C. (2013) *História do Brasil Nação [1808 – 2010]: Olhando para dentro, 1930 – 1964*. RJ: Objetiva. P. 120.

⁴⁵ Este período é marcado pela grande confiança adquirida pela ciência, em seus progressos e na queda do prestígio até então usufruído pelas explicações religiosas. O debate sobre a origem da humanidade passa a ser analisado sobre um novo foco, e o embate monogenismo (ligado mais a características religiosas) vs. poligenismo surge nas discussões. O poligenismo é então visto como mais aceitável a luz da ciência, e segundo esta teoria o surgimento da humanidade se deu por diferentes raças humanas. Estas raças são vistas em níveis de evolução estando algumas mais “evoluídas” do que outras. O ideal poligenista chega ao Brasil na segunda metade dos oitocentos e

“naturalização da pobreza foi uma constante em grande parte das interpretações sobre o Brasil. (...) a pobreza aparece no mais das vezes como consequência”⁴⁶ de algo, não sendo visto como a origem de vários problemas nem como uma questão social que demandasse políticas públicas. Somente a partir da década de 1980 a pobreza será um objeto trazido para o centro do debate e entendida como um problema nacional, no entanto, apesar da grande geração de riquezas, a pobreza cresceu vertiginosamente visto que não foi acompanhada de uma redistribuição de renda equitativa, somando-se a isso o fato de que setores reacionários da sociedade utilizaram até mesmo meios jurídicos para reprimi-la⁴⁷.

Os padrões de consumo alteraram-se grandemente por volta da década de 1950. Mello e Novais notam que uma parcela da sociedade brasileira acreditava que estávamos a passos largos no caminho da modernidade, “fabricávamos quase tudo” nas palavras dos autores⁴⁸. A produção de aço, petróleo, combustível, hidroelétricas, confecções, estradas e automóveis invadiam o cenário nacional. Nos lares as novidades expressavam-se pelo fogão a gás, o ferro elétrico e na televisão. Porém, esse quadro não era a realidade de grande parte da população.

Matutos, caipiras, jecas: certamente era com esses olhos que, em 1950, os 10 milhões de cidadãos viam os outros 41 milhões de brasileiros que moravam no campo, nos vilarejos e cidadezinhas com menos de 20 mil habitantes. Olhos, portanto, de gente moderna, ‘superior’, que enxerga gente atrasada, ‘inferior’. A vida na cidade (...) é considerada uma forma superior de existência. A vida no campo, ao contrário, repele e expulsa⁴⁹.

No campo os latifundiários continuavam no topo da pirâmide, a base era composta de pequenos posseiros, assalariados, colonos em fazendas, trabalhadores de usinas - todos pobres. As habitações eram de “taipa apertada, muito poucas de tijolo, chão de terra, telhado de sapé,

amadurece nas primeiras décadas dos novecentos. Para muitos intelectuais europeus, o Brasil estava fadado ao fracasso e ao atraso devido a sua miscigenação. O Estado participou ativamente na tentativa de “reversão” deste fato por promover políticas públicas de branqueamento da população em geral. Ver SCHWARCZ, Lilia (1993). *O Espetáculo das Raças*. SP: Companhia das Letras. Cap. 2.

⁴⁶ SPRANDEL, M. A. (2004) *A pobreza no paraíso tropical – Interpretações e discursos sobre o Brasil*. RJ: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política, UFRJ. Pp. 12 – 14.

⁴⁷ Ibidem.

⁴⁸ MELLO, J. M. C. & NOVAIS, F. (1998) *Capitalismo tardio e sociedade moderna*. IN: NOVAIS, F. & SCHWARCZ, L. M. (coord.) *História da Vida Privada no Brasil – Contrastes da intimidade contemporânea*. SP: Companhia das Letras.

⁴⁹ Idem.

algumas de telha, um ou outro móvel, água de poço, muitas vezes infectado, a ‘casinha’ ou o mato por banheiro”⁵⁰. A cidade oferecia alguma infraestrutura como escolas e postos de saúde. Outro fato que é importante salientar é a estabilidade política alcançada no período.

Neste sentido, Maria Victória Benevides observa que JK gozou de estabilidade respeitando o texto constitucional, apesar de enfrentar alta inflacionária, greves por parte dos trabalhadores e resistência por parte dos setores das Forças Armadas. De acordo com Benevides isso só foi possível graças a sua capacidade de arbitrar os interesses dentre os diversos grupos políticos, e não apenas isso, mas também a aliança formada pelo PSD (partido de JK, que congregava o establishment varguista) e o PTB (partido do seu vice, João Goulart, que representava as conquistas sociais do período Vargas e que permitia uma maior inserção dos trabalhadores na política nacional)⁵¹ no Congresso, a manutenção da ordem assentada nos militares, em particular o exército (sob o general Lott) e ao sucesso de sua política econômica, além das liberdades democráticas que vigoravam, como ausência de presos políticos, imprensa livre, liberdade de organização partidária e sindical e assim por diante⁵².

Durante o Governo JK é recorrente nas fontes que utilizaremos a menção sobre pobreza, privações e necessidades. Em vista disso, até onde nos foi possível as questões econômicas e os considerados êxitos alcançados pelos programas governamentais, e não como uma compreensão além, dos impactos sociais que envolviam a parte mais baixa da população. Propomos que o período do desenvolvimentismo de JK deva ser compreendido em seus múltiplos aspectos. Observar por esse viés nos permite compreender outras facetas de ação das massas de populares, como por exemplo, manifestações de rua e protestos nos jornais.

Os vestígios documentais base utilizados nesta pesquisa são os jornais. De acordo com Almuiña Fernández⁵³, os jornais tem por objetivo primário serem meios de comunicação, no entanto isso não invalida a possibilidade de uma análise qualitativa do seu conteúdo. Por não possuir neutralidade e demonstrar características heterogêneas, até mesmo contraditórias, a

⁵⁰ Idem.

⁵¹ LAFER, Celso. *Op. Cit.*

⁵² BENEVIDES, M. V. M. (1976) *O governo Kubitschek – Desenvolvimento econômico e estabilidade política*. RJ: Paz & Terra.

⁵³ FERNANDÉZ, C. A. (1989). Prensa y opinión pública - La prensa como fuente histórica para el estudio de la masonería. Em J. F. BENIMELI, *Masonería, política y sociedad*. Córdoba, Espanha: Fundación Dialnet; FERNANDÉZ, C. A. (1995). La prensa fuente para la historia de la población. Em F. SOUSA, *População Portuguesa - História e Prospectiva: População e Sociedade* (Vol. 1). Porto, Portugal: Edições Afrontamento.

imprensa é capaz de estimular debates, criar opiniões e influenciar a opinião pública. Além disso, por meio do exame do vocabulário utilizado é possível apreender mensagens implícitas, inclusive aquelas que circundam o discurso principal⁵⁴. Assim, buscamos construir uma história através da imprensa, pois conforme demonstrado por Zicman, a periodicidade do jornal acaba por se tornar o registro cotidiano de um fato, permitindo seleção, organização e análise cronológica. Acrescentando a isso, a longevidade do jornal facilita o encaixe do fato dentro de um determinado contexto. Para ela, a análise do conteúdo permite um processo de “*desocultação* fornecendo-nos uma melhor ‘descrição’ dos textos e permitindo-nos avançar para além das significações primeiras dos discursos e escapar dos perigos da compreensão espontânea [grifo da autora]”⁵⁵. Desta forma, temos consciência de que as reportagens produzidas pelos jornais e as entrevistas por eles reproduzidas passam por diversos filtros seja do entrevistado, do entrevistador, do redator, da redação e/ou linha editorial.

Também utilizaremos a metodologia da Análise do Discurso Crítica (ADC), desenvolvida por Norman Fairclough. Para ele, a linguagem é parte da vida social e está interligada a outros fatores sociais. Segundo a ADC, é possível apreender práticas sociais através da linguagem, visto que o discurso não é apenas a língua em uso por que ele é “constituído socialmente como também é constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença”, estando impregnado de espaços de luta, ações humanas tornando o sujeito em agente. Ao manusear os periódicos “o objetivo é examinar como o texto figura na (inter)ação social e como contribui para ela em eventos sociais concretos”⁵⁶, tais conclusões ajudaram na seleção dos periódicos de linhas editoriais distintas, alguns mais alinhados ao governo e defensores da mudança do Distrito Federal, como o *Diário de Notícias* e o *Última Hora*, e outros opositores da ideia como o *Correio da Manhã*. As reportagens foram escolhidas de acordo com a relevância ocupada no momento da sua publicação, como notícia de capa ou letras garrafais, buscando impactar e chamar a atenção do leitor. Também recorreremos as fotos produzidas pelos editoriais. Conforme Burke devemos resistir ao impulso inicial de tomar o que é reproduzido na fotografia como uma captação da realidade. As iconografias são produzidas com o intuito de produzir sensações em quem o observa. Desde o assunto, o cenário, passando pelas posturas e trejeitos,

⁵⁴ FERNANDÉZ, C. A. (1989). *Op. Cit.* P. 622.

⁵⁵ ZICMAN, R. B. (jan-dez de 1985). História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. *Projeto História*, 4, Pp. 89-102. Fonte: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12410/8995>

⁵⁶ RESENDE, V. M. (2006). *Análise do discurso crítica*. SP: Contexto.

chegando até mesmo a edição, tudo provém a partir do filtro dos fotógrafos, que conscientes ou não, “selecionam que aspectos do mundo real vão retratar” e, aqueles que se deixam retratar tentam do mesmo modo transmitir uma certa representação de si⁵⁷. Não obstante, isso não impede que fotos sejam utilizadas cientificamente, com elas é possível perceber concepções da realidade social que permeiam o imaginário e que não estão assentadas por escrito, mesmo com a interferência dos produtores na realidade é factível captar as mentalidades e o ideário que buscou-se representar e diferentes visões sobre uma mesma sociedade.

Durante a graduação, o período da Idade Moderna, o Antigo Regime e a Inquisição foram assuntos sobre os quais debrucei minhas leituras e interesse. No primeiro processo seletivo para o ingresso no mestrado (antes de me mudar para Minas Gerais) o projeto apresentado era sobre essas temáticas. No entanto, a pedra da extrema-direita estava no caminho e chegou ao poder em 2019. Os ataques as Universidades, os cortes de bolsa, os bloqueios de verbas e a pandemia da COVID-19 impossibilitaram a pesquisa em arquivos no exterior. Ao pensar em uma nova temática que pudesse ser desenvolvida dentro dessas condições, recordei-me uma história forte na qual cresci ouvindo de minha mãe e minha avó. Minha avó materna, migrante baiana, mãe solo na segunda metade da década de 1950, enfrentou muitas privações como outros milhões de brasileiros e brasileiras. Certa vez, andando pelas ruas do centro do Rio, os transeuntes a questionaram porque ela estava andando com uma criança morta nos braços. Essa criança era a minha mãe que estava desnutrida por causa da fome na qual as duas passavam. Crescer ouvindo esta e outras histórias de desamparo e compará-las com a narrativa de “Anos Dourados” do período analisado causavam-me um conflito que me despertou a curiosidade de querer compreender melhor esse objeto. Minha avó paterna, migrante cearense, criou seus filhos, 6 dos quais conseguiram chegar até a vida adulta, com sua pequena criação de porcos. Compreender o contexto histórico em que elas viveram é também compreender parte da minha história.

Esta dissertação estrutura-se da seguinte forma: o capítulo um intitulado “‘Deixou de ser maravilhosa a imunda capital do país’: uma análise sobre o Rio de Janeiro e sua infraestrutura através da narrativa da imprensa” abordará, sob o foco da imprensa, as condições materiais da cidade e os problemas que recorrentemente apareciam estampados nas páginas dos periódicos. O capítulo seguinte, de número dois, tem como título “Fala o Povo!”. Este capítulo busca analisar as condições de vida dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro através de uma coluna em

⁵⁷ BURKE, P. (2017). *Testemunha Ocular - O uso de imagens como evidência histórica*. São Paulo, SP: Editora Unesp. Pp. 38, 42.

específico, a que dá o nome ao capítulo. E o último capítulo, “Um caldeirão de cidadania: a participação social no Rio de Janeiro dos ‘Anos Dourados’” se debruça nas formas de organização e de luta dos cariocas em busca de direitos e condições de vida dignas.

“DEIXOU DE SER MARAVILHOSA A IMUNDA CAPITAL DO PAÍS”: UMA ANÁLISE SOBRE O RIO DE JANEIRO E SUA INFRAESTRUTURA ATRAVÉS DA NARRATIVA DA IMPRENSA

“Deixou de ser maravilhosa a imunda capital do país (...). As autoridades responsáveis pela má qualidade dos serviços não se preocupam em melhorá-los, de modo que (...) a cidade se encontra transformada num verdadeiro pandemônio, ainda com o tráfego tumultuado, cheirando mal, despida de seus atrativos de outrora, quando realmente parecia uma cidade agradável e civilizada”⁵⁸.

A condição do Rio de Janeiro como capital política, cultural e administrativa do país se torna espaço privilegiado para análise. O debate envolvendo o status político do município, sua posição e finalidade dentro da nação sofreram alterações com o tempo. Giulio Argan entende a cidade-capital como uma urbe escolhida para ser a “sede da autoridade do Estado, dos órgãos de governo e da administração pública, das representações diplomáticas, que regulam as relações entre os Estados”⁵⁹. A cidade que possui esta característica, no geral, é dotada de uma proeminência perante as outras cidades do país. A capital costuma ser mais aberta as trocas internacionais e parte das vias de comunicação. Tal característica dialoga com o conceito de capitalidade, que para André Azevedo, é um conjunto de valores simbólicos que torna determinada cidade um parâmetro cultural e político, sendo um modelo para o país⁶⁰. Essa característica é construída através do tempo e das experiências que ali ocorreram, por ação efetiva e direta dos governos que ali se estabeleceram, pois “a expansão da cidade se dá por meio de planos, com a intervenção do soberano e do governo” que busca fazer “da cidade-capital a imagem do Estado e do poder”⁶¹.

⁵⁸ Trecho da carta de Luís do Prado, morador da Cidade do Rio de Janeiro, endereçada ao jornal Diário de Notícias. Cf. DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1958). Deixou de ser maravilhosa a imunda capital do país – abandonada pela administração. Rio de Janeiro, 23 de março.

⁵⁹ ARGAN, G. (2004) *Imagem e Persuasão: ensaios sobre o barroco*. SP: Companhia das Letras. Pp. 71, 72.

⁶⁰ AZEVEDO A. (2002) *Rio de Janeiro: capital e capitalidade*. Rio de Janeiro: Depto. Cultural/NAPE/Depext/SR-3/UERJ.

⁶¹ Idem.

1.1 Histórico de atuação do governo central sobre a infraestrutura do Rio

A abolição da escravatura, a queda da monarquia e o estabelecimento da República como nova forma de governo marcaram a virada do século XIX para o XX no Brasil, e principalmente o Rio, palco de todos esses acontecimentos. Na saúde, na arquitetura e na política, uma nova cidade saneada com as marcas do progresso era planejada e construída sobre os escombros da antiga. As epidemias circulavam livremente na capital e o debate envolvendo certa preocupação com a saúde pública já encontrava terreno, pelo menos, desde os primeiros anos do Império, como demonstra, por exemplo, a criação da Sociedade de Medicina e Cirurgia em 1829, transformada em Academia Imperial de Medicina, em 1832⁶². Na segunda metade do século XIX, a febre amarela se tornou uma questão sanitária nacional. Se anteriormente as questões relativas as doenças e saúde pública estavam no raio de ação da Igreja, da polícia ou da Câmara Municipal, com o grassar da epidemia e a crise sanitária, a partir de 1850, o Ministério do Império decide formar uma Comissão Central de Saúde Pública. Naquele mesmo ano, com o fim da epidemia, a Assembleia Geral cria uma Comissão de Engenheiros e uma Junta de Higiene Pública⁶³. Em 1886, a Junta de Higiene é convertida em Inspetoria Geral de Higiene, e dela surge também a Inspetoria Geral de Saúde dos Portos, contudo, “o raio de ação desses órgãos restringia-se às cidades litorâneas, com total predominância da ‘cabeça’ urbana do país, o Rio de Janeiro”⁶⁴. Entretanto, o crescimento desordenado da cidade, que de 274.972 habitantes em 1872 saltou para 522.651 em 1890, somado a insalubridade natural e urbana, contribuíram para que mais outras pestilências como a tuberculose, as disenterias, a malárias e os diversos tipos de febres marcassem sua presença na vida dos moradores⁶⁵.

Com a estabilização política pós-proclamação da República, as preocupações com a agora capital federal voltaram à tona. As soluções encontradas assentavam-se em intervenções na cidade. Os pântanos deveriam ser aterrados, os morros que impediam a circulação dos ventos retirados. As casas eram pequenas, úmidas, sem luz e ar, as ruas estreitas com poucas árvores

⁶² BENCHIMOL, J. L. (2014). Reforma Urbana e revolta da vacina na cidade do Rio de Janeiro. Em J. FERREIRA, & L. A. DELGADO, *O Brasil Republicano - o tempo do liberalismo excludente*. (7ª ed., Vol. 1). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira. P. 237.

⁶³ Ibidem. P. 238

⁶⁴ Ibidem.

⁶⁵ Ibidem. Pp. 239, 243.

conviviam com valas correndo a céu aberto, as praias tornaram-se depósitos de lixo e dejetos. Mercados e açougues não possuíam os cuidados adequados com os alimentos e hospitais, fábricas e prisões padeciam da falta de uma mínima higiene. A então maior cidade do país possuía o terceiro porto mais movimentado das Américas, recebendo grande parte dos produtos importados, jazia sob uma infraestrutura precária⁶⁶. Diante desses infortúnios, e aqui está um ponto que nos é fundamental, o governo federal apresenta projetos de reforma, chamando para si a responsabilidade⁶⁷ como demonstra um artigo produzido pela Gazeta de Notícias:

Aos particulares cabe fornecer os instrumentos necessários para a execução das grandes obras (...), mas a *iniciativa* e a legislação não de vir dos poderes públicos. (...) Em todas as legislações, em todos os países, assuntos que dizem respeito (...) *as modificações totais de uma cidade foram sempre alçadas dos poderes públicos* (...) [grifo nosso]⁶⁸.

As mudanças seriam feitas com bases racionais e a ciência poderia agir livremente, alterando drasticamente a geografia do lugar ou apagando os vestígios e construções históricas da cidade⁶⁹.

A Grande Reforma Urbana possuía vários objetivos, indo desde sanear a cidade, ampliar o comércio externo e legitimar o regime que se encontrava mal visto pela população, chegando a atingir outros pontos como reconstruir a imagem do Brasil no exterior e ser resposta a capitalidade do Rio como parte essencial que representaria todo o projeto e que sem a capital, o destino do restante do país estaria comprometido⁷⁰. Os planos de modernização constituíam-se num complexo de ações que envolviam o porto e a abertura de três avenidas, a saber, a Avenida Rodrigues Alves, Avenida Francisco Bicalho e a Avenida Rio Branco⁷¹. Enquanto a Rodrigues Alves permitiria uma distribuição comercial do que chegava e saía pelo porto, a Francisco Bicalho resolveria questões de saneamento, alagamentos, atenderia uma expansão industrial na região e teria proximidade com a estrada de ferro. Ainda encontraria o canal do Mangue, que teve uma comporta construída para facilitar a limpeza. Já a Avenida Rio Branco, além de conectar a

⁶⁶ Ibidem. P. 240.

⁶⁷ SILVA D. C. (2017). *Op. Cit.* P. 48

⁶⁸ Gazeta de Notícias, 4 de agosto de 1890 *apud* BENCHIMOL, J. L. (2014). *Op. Cit.* P. 246.

⁶⁹ AZEVEDO A. N. (2016). *Op. Cit.* P. 146; BENCHIMOL, J. L. (2014). *Op. Cit.* P. 240.

⁷⁰ AZEVEDO A. N. (2016). *Op. Cit.* P. 144 e nota 83; WHITE, H. (1992). *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo, SP: Edusp. Pp. 48, 49.

⁷¹ Optamos por usar a nomenclatura atual dessas avenidas. A Avenida Rodrigues Alves chamava-se Avenida do Cais, a Avenida Francisco Bicalho era conhecida como Avenida do Mangue e a Avenida Rio Branco após construída recebeu o nome de Avenida Central.

região sul a região central e ajudar no desenvolvimento do porto, tornou-se um símbolo da belle époque no Rio. Toda a sua construção visava um embelezamento, de inspiração francesa, que deveria ser “um lugar esteticamente agradável, expressivo de um ideal de civilização”⁷².

Nos campos da cultura, da moda, passando pelos hábitos, indo até mesmo as maneiras de portar-se foram importadas da Europa e transformaram os valores da sociedade brasileira, dando-lhes novos contornos⁷³.

Os novos tempos trouxeram consigo a *electricidade*, o automóvel e o *telephone*, os tecidos finos, os *boulevards*, o calçamento das ruas e os palacetes, o aeroplano, o *poudre de riz*, o *theatro* e o *cinematographo*, a propagação de práticas desportivas, o surgimento do mercado fonográfico e a popularização da fotografia entre outras novidades [grifos do autor]⁷⁴.

Os ares da modernidade sopravam sobre a Capital Federal, e “o progresso, tudo parecia arrebatado em sua corrida desenfreada”⁷⁵ afinal o que significava “ser moderno, cosmopolita e civilizado no Brasil, era viver no Rio de Janeiro”⁷⁶.

Anos depois, sob a ditadura do Estado Novo, a intervenção na cidade continuou. O Rio era o centro político e financeiro do país e suas indústrias nas áreas da construção civil, bebidas, química e farmacêutica eram de expressão nacional⁷⁷. A gestão Henrique Dodsworth a frente da prefeitura, sendo escolhido para o cargo pelo próprio Getúlio Vargas, empenhou-se grandemente em estimular o setor da construção. “As intervenções do poder público também beneficiavam algumas das maiores empresas da construção imobiliária, como demonstram os esforços do prefeito Henrique Dodsworth para conceder caráter de interesse público à demanda de compra de cimento” e com a aproximação da prefeitura com representantes de entidades que congregavam

⁷² AZEVEDO A. (2002). *Op. Cit.* P. 153.

⁷³ GRALHA, F. (2008). A belle époque carioca: imagens da modernidade na obra de Augusto Malta (1900 - 1920). *Dissertação de mestrado em História*. Juiz de Fora, MG: Instituto de Ciências Humanas e Letras, UFJF. P. 52.

⁷⁴ *Ibidem*. P. 53.

⁷⁵ NEVES, M. S. (2008). Os cenários da República: o Brasil na virada do século XIX para o século XX. Em J. FERREIRA, & L. N. DELGADO, *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente [1889-1930]* (Vol. 1). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.

⁷⁶ GRALHA, F. (2008). *Op. Cit.* P. 53.

⁷⁷ SILVA P. S., (jul./dez. de 2017). Construindo um novo espaço urbano no Estado Novo: A participação das empreiteiras cariocas nas obras da gestão Henrique Dodsworth (1937-1945). *Revista Discente Faces de Clio*. PPG História, UFJF: Juiz de Fora, MG.

engenheiros e empresários do ramo⁷⁸. Em 1937 Dodsworth cria o Plano da Cidade, um projeto focado no melhoramento do Rio de Janeiro, que dentre outras atribuições visava “cooperar com projetos de obras da União que ocorressem no Rio de Janeiro e planejar um programa de realizações sistemáticas dentro do Plano da Cidade”⁷⁹. No último ano do Estado Novo e da gestão Dodsworth, em 1945, um relatório apresentou projetos e obras como a Esplanada do Castelo, a Praça da Igreja da Candelária, estudos sobre o tráfego, loteamentos, obras na Zona Portuária, construção da Avenida Brasil e de túneis na cidade, zoneamento de Copacabana, urbanização dos bairros Peixoto e Botafogo, construção do canal Paulo de Frontin a fim de combater as inundações dos rios da região ao entorno, projeto de construção do Estádio do Maracanã e outras obras⁸⁰.

Com base no histórico de intervenção na cidade, utilizaremos como lentes de análise quatro pontos para o estudo da infraestrutura e intervenção do poder público no Rio de Janeiro do período Kubitschek. O primeiro ponto consiste na *participação do governo federal* visto que diante do contexto complexo em que o país e a cidade se encontravam, um projeto com planos de atuação fazia-se necessário para alcançar objetivos ou conter danos⁸¹. O segundo tem a ver com a *perenidade dos resultados* da intervenção como demonstração de efetiva mudança visto que obras não eram novidade, porém os resultados obtidos por elas poderiam não ser satisfatórios⁸². O terceiro está ligado à *opinião pública*⁸³ e o quarto aspecto relaciona-se com o *impacto social* causado nos habitantes e como eles reagiram a isso⁸⁴. Os dois primeiros elementos nos orientarão neste capítulo e os dois últimos, nos capítulos seguintes.

1.2 “O Rio de Janeiro aos poucos vai se desmoronando”

Próximo à estação da Leopoldina aglomera-se uma multidão. Cerca de três mil pessoas reúnem-se para observar um acontecimento curioso: um golfinho surge no centro da cidade. Uma bela cena, se não fosse parte de uma situação mais incomum ainda, o fato de ele estar nadando

⁷⁸ Ibidem, p. 156.

⁷⁹ Ibidem, p. 158.

⁸⁰ Ibidem, pp. 159, 160.

⁸¹ AZEVEDO A. (2002). *Op. Cit.* P. 276.

⁸² Idem.

⁸³ Ibidem. P. 280.

⁸⁴ Ibidem. P. 276.

nas inundações. No dia anterior, as fortes chuvas causaram grandes alagamentos e possivelmente arrastaram o animal pela força da correnteza⁸⁵. Essa cheia não foi exceção, pelo contrário, as enchentes sempre fizeram parte do dia a dia do carioca. A própria geografia da região não é favorável ao escoamento. Aonde hoje vemos grandes prédios, antes existiam brejos, lagos e pântanos espremidos entre encostas e baixadas que posteriormente foram aterrados com lixo e entulhos, contando apenas com valas com pouca declividade para o sistema de drenagem e escoamento. A topografia da cidade mostra que as encostas são íngremes e as planícies são ao nível do mar, fazendo com que a água escorra rapidamente e se represe com facilidade⁸⁶. Diante da ineficiência do poder público, as inundações representavam um grande prejuízo financeiro e de vidas.

O período de verão tornava a situação das enchentes ainda mais caótica e “as águas de março” deixavam sua marca pelas ruas da cidade. Segundo o *Correio da Manhã*⁸⁷, uma rápida chuva que caiu sobre o centro foi suficiente para causar grandes estragos. A região da Lapa, centro até o Maracanã, passando pela Praça da Bandeira se tornou um imenso lago. O problema se refletiu por horas a fio, pois nesse momento milhares de pessoas estavam de retorno para os seus lares depois de um dia de trabalho. Na Rua dos Inválidos, a travessia era realizada de canoa e na Avenida Presidente Vargas, na altura do Campo de Santana, marquises desabaram. Ao tentar proteger-se do temporal, Alcides Brasil da Silva, servidor público de 47 anos, perdeu a vida ao ser esmagado por um muro que sucumbiu devido aos fortes ventos. O mesmo triste destino teve Hercília Maria da Conceição, de 36 anos que faleceu eletrocutada devido ao rompimento da fiação elétrica causada pela chuva.

No mês seguinte, em abril, um novo alagamento causou transtornos em diversos pontos do município. Quinze minutos de forte chuva foram suficientes para deixar como saldo um alagamento de 60 cm de altura na região do centro, 30 cm de água na Zona Sul, invasão de casas pelas águas na Zona Norte, paralisação completa do trânsito no Méier e desabamentos em

⁸⁵ ÚLTIMA HORA (1956). O boto veio do mar para o mangue. Rio de Janeiro, 20 de março. Edição 1458.

⁸⁶ ABREU, M. A. (1997) A cidade e os temporais: uma relação antiga. Em L. P. ROSA, & W. A. LACERDA, *Tormentas Cariocas - Seminário de prevenção e controle dos efeitos dos temporais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, RJ: COPPE/UFRJ.

⁸⁷ CORREIO DA MANHÃ (1957). Mortes e desabamentos no temporal de ontem. Rio de Janeiro, 27 de março. Edição 19632.

Cascadura⁸⁸. “Como tradicionalmente acontece após um violento temporal, os diversos bairros do Rio amanheceram alagados, com bondes parados, ônibus e lotações impedidos de trafegar (...)”, assim inicia uma reportagem do Diário de Notícias mostrando que, mesmo um ano depois, nada havia sido feito e que os desabamentos, cheias e mortes continuavam a acontecer normalmente⁸⁹. Com bom humor, uma reportagem apelidou a cidade do Rio de “Nova Veneza” em alusão a cidade italiana envolta de água⁹⁰. Mesmo depois de escoada, a cheia deixava para trás outros problemas a serem solucionados, como a lama acumulada.

O sistema de escoamento da cidade não era suficiente e o pouco que existia não recebia a devida atenção. Após um mar de água, as ruas viam-se lotadas de “um lençol de lama” que era arrastada de buracos feitos por obras não concluídas, ruas não asfaltadas e das encostas dos morros (muitas vezes com partes de barracos em que móveis, pias e sanitários desciam juntamente com a sujeira). Segundo levantamentos feitos no período, a cada temporal o prejuízo era de Cr\$ 6 milhões⁹¹. A época, o município possuía somente 840 km de esgoto que atendia apenas um terço da crescente população que já ultrapassava a marca de 2.500.000 habitantes e que chegou a mais de 3.200.000 no início dos anos 1960⁹². As medidas tomadas para a resolução desses problemas eram paliativas, como assumido pelo então secretário de Viação e Obras, o respeitado engenheiro Pires Amarante. O Departamento de Limpeza Urbana admitia-se incapaz de resolver a problemática e quando questionado pelo repórter, o diretor do departamento perguntou: “Se não temos carros para retirar o lixo como dispor de caminhões para retirar a lama que se acumula em *quase todas as ruas da cidade?* [grifo nosso]”, uma situação na qual o jornal

⁸⁸ CORREIO DA MANHÃ (1957). Enchentes: 60 centímetros de águas imundas inundaram o centro da cidade. Rio de Janeiro, 11 de abril. Edição 19645.

⁸⁹ DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1958). Ruas alagadas, tráfego paralisado e uma morte em consequência do temporal. Rio de Janeiro, 15 de abril. Edição 10863.

⁹⁰ CORREIO DA MANHÃ (1958). Advertência – Novas enchentes farão do Rio uma Nova Veneza. Rio de Janeiro, 16 de fevereiro. Edição 19907.

⁹¹ DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1959). Rio sob ameaça de ser coberto por lama – cada temporal custa 6 milhões à prefeitura. Rio de Janeiro, 12 de março. Edição 11141

⁹² CORREIO DA MANHÃ (1957). Imundície dos morros cobre as ruas da cidade. Rio de Janeiro, 10 de novembro. Edição 19825; IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (1956). *Censo Demográfico, 1950 - Brasil* (Vol. I). Rio de Janeiro, DF: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (1960). *Censo Demográfico de 1960 - Guanabara* (Vol. I). Rio de Janeiro, GB: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

buscou ilustrar utilizando a figura 1. A então mais recente grande obra de construção de canais, desobstrução e limpeza das vias havia acontecido em 1955, porém com a mudança de administração tais coisas foram se tornando menos frequentes. Tornou-se costume amontoar a lama seca em determinados locais, mas que por não ser recolhida acabava sendo novamente espalhada na chuva seguinte⁹³.

A administração do Rio de Janeiro era estreitamente vinculada ao Governo Federal. As decisões que eram tomadas na cidade contavam com a anuência ou interesse do Governo Federal. A Lei Orgânica do Município - que foi aprovada pelo Congresso Nacional e não pela Câmara dos Vereadores - estabelecia as atribuições dos órgãos municipais e federais. O prefeito era indicado para o cargo pelo Presidente da República e somente assumiria a prefeitura após a aprovação do seu nome pelo Senado Federal. A Câmara dos Vereadores deveria criar as leis, contudo, caso o prefeito vetasse algum projeto, a apreciação desse veto caberia aos senadores que poderiam concordar ou derrubar. No terceiro artigo da referida lei, o legislador é explícito ao dizer que cabia a administração do Distrito Federal e a União conjuntamente zelar pela assistência pública e no seu quinto artigo previa a cooperação entre os órgãos públicos⁹⁴. Mesmo diante do que era visto como descuido da União com a sua sede, alguns vereadores buscavam soluções para os infortúnios causados pelas chuvas. Uma dessas pessoas foi a vereadora Lígia Lessa Bastos que propôs a formação de um comissão de estudos e criação de propostas que agissem diretamente sobre três pontos-chaves: “I) A deficiência da rede de esgotos; II) A falta de conservação da mesma; III) a enorme quantidade de terra que as águas pluviais carregam dos morros e ladeiras para as ruas, entulhando as sarjetas, entupindo ralos, rios e canais e obstruindo os esgotos”, e para cada pormenor destes, Lígia e a comissão apresentaram ideias que visavam equacionar o problema, como a construção de galerias, instalação de bombas de sucção, arborização de encostas, cobertura de rios e canais que ficam a céus abertos e etc⁹⁵. O projeto de ação partiu do Legislativo municipal e não dos Executivos municipal nem federal.

⁹³ DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1959). Rio sob ameaça de ser coberto por lama – cada temporal custa 6 milhões à prefeitura. Rio de Janeiro, 12 de março. Edição 11141; ÚLTIMA HORA (1958). Estudos sobre estudos equacionaram o problema, mas as soluções não vieram. Lama, lixo, esgoto: apontam-se muitas causas – mas as enchentes continuam... Rio de Janeiro, 20 de março. Edição 2366.

⁹⁴ BRASIL (1948). Lei 217, de 15 de janeiro. Lei Orgânica do Distrito Federal. Rio de Janeiro, DF.

⁹⁵ ÚLTIMA HORA (1958). Estudos sobre estudos equacionaram o problema mas as soluções não vieram. Lama, lixo, esgoto: apontam-se muitas causas – mas as enchentes continuam... Rio de Janeiro, 20 de março. Edição 2366. P. 9.

Figura 1: Reportagem em que o jornal ilustra com fotos a notícia da lama que frequentemente se formava após um temporal.



Fonte: Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1956. Edição 19301.

No entanto, nada dessas coisas saíram do papel. Frequentemente o motivo invocado para isso era a falta de verbas. Chama a atenção essa colocação porque constitucionalmente o Distrito Federal recolhia tanto os impostos estaduais como também os municipais unicamente para si, e no ano de 1959 o orçamento do Rio foi calculado em cerca de Cr\$ 19 bilhões, quantia superior ao que muitos estados arrecadavam⁹⁶. O que poderia estar acontecendo com esse dinheiro? Um fato ocorrido no Banco do Brasil e na Previdência Social pode nos ajudar a compreender melhor. Nos dias 3 e 4 de março de 1959, os funcionários públicos movimentavam-se em protesto nas repartições buscando seus salários que não haviam recebido. O banco alegava não possuir fundos para efetuar os pagamentos e buscava uma solução com o Tesouro Nacional. Situação semelhante aconteceu com o Instituto de Previdência Social. Os segurados reclamavam dos valores baixos das pensões e da dificuldade de acessarem os serviços oferecidos. Tanto o Banco do Brasil quanto a Previdência denunciavam estarem com dificuldade de honrar suas obrigações por que os cofres encontravam-se vazios visto que todo o dinheiro fora desviado para a construção de Brasília, que estaria assim “monopolizando as atenções do governo e, por isso, absorvendo todos

⁹⁶ DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1959). Rio sob ameaça de ser coberto por lama – cada temporal custa 6 milhões à prefeitura. Rio de Janeiro, 12 de março. Edição 11141. P. 1.

os recursos [...]”. É possível encontrar relatos, inclusive, do sumiço de dinheiro em circulação no dia a dia: o cafezinho e o troco do transporte chegaram até mesmo a ficar comprometidos uma vez que não havia níqueis para serem utilizados⁹⁷. Por isso, parece-nos razoável que este evento contribua para compreender o que pode ter ocorrido com parte das verbas do caixa do Rio de Janeiro, e com a situação da cidade estar à própria sorte. E não apenas isso. Como comentaremos mais à frente, a corrupção também aprofundava a limpeza dos cofres públicos. Apesar da abundância de água com a chuva, ironicamente, a falta dela no cotidiano também era comum. Enquanto a água sobrava e causava grandes estragos nas ruas, ela estava em falta nos canos e nas torneiras (Figura 2).

Figura 2 - Notícia e charge denunciando paralelamente desvio de verbas, as enchentes, a falta de água e o “mercado” em torno dos valores dos baldes.



Fonte: Última Hora. Coluna “Fala o Povo”. Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1956. Edição 1967.

A desordem causada pela escassez de água atingia a vida de toda a população. Em Copacabana grupos de pessoas foram flagrados aproveitando a água vinda dos céus. Os

⁹⁷ DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1958). Para Brasília há dinheiro. Rio de Janeiro, 3 de dezembro. Edição 11060. P. 4; DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1959). Tumulto nas repartições federais devido ao atraso no pagamento – envio de dinheiro para Brasília seria a causa. Rio de Janeiro, 5 de março. Edição 11135. P. 1; CORREIO DA MANHÃ (1959). Falta de moeda divisionária nos ônibus e lotações do Rio. Rio de Janeiro, 9 de agosto. Edição 20359. P. 2.

moradores do bairro saíram de suas casas com sabonetes em mãos e resolveram banhar-se com as chuvas visto que não possuíam água em suas residências. As sessões na Câmara dos Deputados, no belo Palácio Tiradentes, eram frequentemente interrompidas devido à seca⁹⁸. Até mesmo a casa de Juscelino Kubitschek ficava de torneiras vazias, tendo que recorrer a caminhões pipa para aliviar o incômodo, luxo que nem todos os habitantes conseguiam arcar. Um caminhão pipa poderia custar entre Cr\$ 200,00 e Cr\$ 500,00⁹⁹, cerca 15% do salário-mínimo regional da época. Grandes calamidades aconteciam por não haver água nos canos como, por exemplo, os incêndios que aconteciam com frequência. Conforme é possível ver nos levantamentos realizados em jornais do período e com os dados inseridos na Tabela 1, os prejuízos chegavam à casa dos milhões. Ao chegarem ao local de chamada, os bombeiros encontravam os hidrantes vazios, o que dificultava o trabalho de controle das chamas.

Tabela 1 - Incêndios¹⁰⁰

DATA	LOCAL	INFORMAÇÕES
09 de fevereiro de 1956	Edifício localizado na Rua do Lavradio, 140.	Destruição do prédio e dos vizinhos Hotel Vitória-Minas, Fábrica de Materiais de Construção M M G Gonçalves e Cia, e edifício residencial. 50 famílias desabrigadas. Chamas demoraram cerca de 10 horas para serem controladas. Suspeita de incêndio criminoso.

⁹⁸ DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1958). Por falta de água tomaram banho de chuva nas ruas. Rio de Janeiro, 19 de janeiro. Edição 10794. P. 1; DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1958). Câmara dos Deputados: “Illegal a reconvocação do gen. Denys” volta a afirmar o sr. Afonso Arinos. Rio de Janeiro, 1 de março. Edição 10826. P. 3; CORREIO DA MANHÃ (1958). Na Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, 1 de março. Edição 19916. P. 8.

⁹⁹ CORREIO DA MANHÃ (1957). Na Câmara dos Vereadores: Nomeada a comissão de inquérito para apurar o caso da venda de concessões. Rio de Janeiro, 29 de maio. Edição 19684. P3; DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1958). Prossegue o rendoso comércio de pipas de água na Zona Sul. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro. Edição 10823. P. 1; DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1958). Ruas e bairros da cidade – coradouros em plena rua com prejuízos para as famílias. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro. Edição 10821. P. 1.

¹⁰⁰ Foram selecionadas as reportagens que traziam no seu texto a afirmação explícita a respeito da falta d’água no momento da tentativa de combate às chamas.

28 de julho de 1956	Casa Wolff de Produtos Químicos, Ácidos e Anilinas - Rua do Lavradio, 126	Destruição total do prédio, e comprometimento da estrutura de dois edifícios vizinhos. Proprietário teve mal súbito ao receber o comunicado do incêndio.
19 de março de 1956	Supermercado SAPS - Rua Elpídio Boa Morte - Praça da Bandeira	Prejuízo de Cr\$ 15 milhões.
16 de abril de 1956	Centro Espírita - Campo de Santana	No mesmo prédio havia uma joalheria, uma sapataria e uma loja de vestuário. Fogo atingiu um cortiço vizinho.
21 de novembro de 1956	Delegacia de Polícia e Prédio do Serviço de Assistência ao Menor (SAM) – Rua São Cristóvão, 482 – São Cristóvão.	Perda total do edifício histórico da delegacia e parte do prédio da SAM. Dentre as vinte toneladas de documentos destruídos estavam incluídos o cadastro da população da capital, os registros das Empregadas Domésticas e de hotéis do Distrito Federal recolhidos durante os 20 anos anteriores.
08 de janeiro de 1957	Loja de Ferragens - Praça da Bandeira, 103A Sobrado.	Perda total do imóvel. Suspeita de incêndio criminoso.
31 de janeiro de 1957	Prédio de três pavimentos - Rua Gonçalves, 80	Destruição do Bar e Leiteria São Francisco, do Instituto de Beleza Arege e da loja Braz Veiga.
09 de maio de 1957	Favela da Praia do Pinto – Leblon	Entre 200 e 300 barracos destruídos; mais de mil pessoas desabrigadas. Sem notificação de mortos pelos jornais
25 de maio de 1957	Edifícios da Avenida Passos, entre a Rua da Alfândega e Rua Buenos Aires	Destruição de quase todos os pavimentos do quarteirão, e sérias danificações nas casas térreas. Um bombeiro acidentou-se no evento. Grupos aproveitaram para saquear as lojas.
21 de março de 1957	Armazém de Secos e Molhados – Rua São Luiz Gonzaga, 1840 - São Cristóvão	Prejuízo em mercadorias de Cr\$ 600 mil e perda do imóvel avaliado em Cr\$ 2 milhões.
31 de dezembro de 1957	Loja Camisaria Progresso – Praça Tiradentes com Rua da Carioca. Loja Casa Oliveira (instrumentos musicais) e Camisaria Escolar – Rua da Carioca	Prejuízo avaliado em Cr\$ 29 milhões de cruzeiros; Quatro bombeiros feridos.
31 de dezembro de 1957	Lojas Mundo da Borracha e Casa da Borracha – Rua do Senado, 10 e 12	Mundo da Borracha – Prejuízo de Cr\$ 10 milhões; Casa da Borracha – Prejuízo de Cr\$ 1 milhão e destruição da sede recém instalada.
31 de dezembro de 1957	Fábrica de Móveis Fogueira - Rua Matimoré, 504	Prejuízo de Cr\$ 20 milhões em maquinário, móveis, edifício, matéria prima e etc.

5 de fevereiro de 1958	Casa das Ordens do Grupo de Artilharia da Costa (Edifício Militar) - Rua Bartolomeu Mitre	Reportagem impedida de colher informações (Correio da Manhã)
10 de abril de 1958	Indústria Marfim Ltda - Fábrica de Móveis	Prejuízo de Cr\$ 2 milhões. Destruição total do casarão sede da empresa.
18 de agosto de 1958	Fábrica de Pastas Jeka - Rua Alexandre Mackenzie, 124 e 128	Prejuízo de Cr\$ 20 milhões. As chamas atingiram o sobrado, deixando famílias desabrigadas.
1 de outubro de 1958	Edifício do Jornal do Comércio - Avenida Rio Branco, 117	Perda total do maquinário de linotipo e destruição parcial de alguns andares.
29 de dezembro de 1959	Fábrica de Móveis Guarany - Rua Moncorvo Filho, 51	Destruição parcial do galpão

Fontes: Jornais Correio da Manhã, Última Hora e Diário de Notícias.

A falta de saneamento básico e lama espalhada atrapalhavam o trânsito, o comércio, a circulação de pessoas e favorecia o aparecimento de doenças. Os anos 50, e portanto os anos de governo Kubitschek, eram muito influenciados pelo discurso do desenvolvimento. Segundo Escobar¹⁰¹, após a Segunda Guerra Mundial, EUA e Europa formularam e propagaram o desenvolvimento como uma narrativa e um objetivo a serem alcançados pelos demais países, ideário esse que foi amplamente absorvido pelos líderes da América Latina, África e Ásia que buscaram moldar suas culturas, sociedades e economias de acordo com o que pregavam os chamados países desenvolvidos. Além do combate a pobreza, educação, moradia e alimentação, a saúde era um tema que merecia atenção dos países do Terceiro Mundo¹⁰².

O foco levado a cabo para o cumprimento da cartilha do desenvolvimento era seguido como “um sentimento messiânico e com fervor quase religioso expresso em uma noção de salvação”¹⁰³. De acordo com Renato da Silva¹⁰⁴, JK tratou o tema da saúde segundo uma perspectiva econômica, “isto é, à predominância da ideia de que determinada doença

¹⁰¹ ESCOBAR, A. (2007). *La invención del Tercer Mundo - Construcción y deconstrucción del desarrollo*. (D. Ochoa, Trad.) Caracas, Venezuela: Fundación Editorial El Perro y La Rana.

¹⁰² Ibidem, p. 53.

¹⁰³ “Resultan notables el sentimiento mesiánico y el fervor cuasi religioso expresados en la noción de salvación.” – Tradução livre. Ibidem, p. 54.

¹⁰⁴ SILVA, R. (2008). *Malária e desenvolvimento: a saúde pública no governo JK (1956-1961)*. Tese de doutorado em História das Ciências e da Saúde. Rio de Janeiro, RJ: Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ.

comprometia o processo de produção dos países desenvolvidos”¹⁰⁵. A saúde não foi um tema que mereceu uma meta específica no Plano de Metas, sendo diluído e inserido em outras áreas vista como prioritárias pelo governo¹⁰⁶. Podemos pensar que todas as atividades governamentais se preocupam com as questões financeiras, o que é verdade. Porém cabe aqui uma consideração, unicamente como um contra ponto: naquilo que entendemos como Estado de Bem Estar Social, as políticas públicas possuem um discurso que afirma que o objetivo é oferecer condições para uma vida humana plena, trabalhadores socialmente protegidos e com salários decentemente remunerados¹⁰⁷. Nesse mesmo período - e temos consciência das peculiaridades que isso envolve, por exemplo, a Europa estar no centro do sistema capitalista e o Brasil na periferia - para os europeus “era o Estado que servia aos seus súbditos em vez do contrário”¹⁰⁸. Ao viabilizar um ambiente satisfatório para um indivíduo desde o seu nascimento, permitindo uma expectativa de vida elevada, uma infância segura, o seu desenvolvimento e o acesso a educação, formação e bom emprego, essa pessoa poderá estar no mercado de trabalho por mais tempo, sendo produtivo e contribuindo para a economia com qualidade, permitindo ao Estado que se aproprie de parte da riqueza gerada e investindo novamente nos indivíduos, em um sistema que se autoalimenta. Contudo, nos discursos de Juscelino, o pensamento em voga não era que o Brasil é subdesenvolvido por ter pobreza, mas o inverso, o país é pobre porque é subdesenvolvido e, ao crescer e se desenvolver, carregaria nessa ascensão a população consigo, o que teoricamente melhoraria as condições de vida¹⁰⁹.

As tentativas de Kubitschek em organizar os serviços de saúde foram executadas sob a ótica econômica, focando-se no mundo rural e indo em direção ao interior do país¹¹⁰, afinal por ser um país em que o componente agrário tinha um grande peso, as endemias rurais acabavam por angariar maiores atenções¹¹¹. Porém como se encontrava a capital federal? Várias reportagens trazem à tona relatos de surtos de, ao menos, dez doenças: raiva, varíola, tifo, difteria, tétano,

¹⁰⁵ Idem, p. 47.

¹⁰⁶ Idem, p. 73.

¹⁰⁷ KERSTENETZKY, C. L. (2012). *O estado de bem-estar social na idade da razão: a reinvenção do estado social no mundo contemporânea*. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier. P. 21-36.

¹⁰⁸ JUDT, T. (2009). *Pós-Guerra - História da Europa desde 1945*. Lisboa, Portugal: Edições 70. P. 418.

¹⁰⁹ STORMOWSKI, C. L. (2012). *O estado de bem-estar social na idade da razão: a reinvenção do estado social no mundo contemporânea*. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier. P. 112, 221.

¹¹⁰ SILVA, R. (2008). *Op. Cit.* P. 79.

¹¹¹ Idem, pp. 91, 93.

poliomielite, gripe, coqueluche, disenteria e a já conhecida dos cariocas, a tuberculose. Os alagamentos frequentes na cidade, somado a falta de saneamento básico para dois terços dos moradores, permitiam a circulação de doenças. Segundo uma entrevista de João Machado, o Secretário de Saúde do Distrito Federal, somente nas comunidades carentes, comumente chamadas de favelas, 200 mil pessoas nunca haviam sido vacinadas¹¹². O tifo surgia de tempos em tempos, como o surto que ocorreu em 1959¹¹³, atingindo o subúrbio, principalmente os bairros do Méier, Penha, Cascadura e arredores¹¹⁴. Na Zona Norte, por exemplo, devido às infiltrações nas cisternas do bairro de Guadalupe, as casas populares recebiam água e disenteria em seus lares¹¹⁵. Havia também o empoçamento de águas da chuva devido ao deficiente sistema de escoamento onde proliferavam mosquitos que invadiam as casas e transmitindo doenças, como a malária¹¹⁶.

Os hospitais estavam em situação difícil também. O Diário de Notícias denunciou o quase colapso total do Hospital do IAPC também chamado Hospital dos Comerciários (hoje Hospital Federal de Ipanema)¹¹⁷. Já fazia 15 dias que nenhuma gota caía das torneiras e o hospital estava realizando apenas 40% dos atendimentos. Não havia nem mesmo água para dar de beber aos pacientes, sendo necessário o oferecimento de água mineral e, das 20 operações marcadas, apenas uma pôde ser realizada. O efeito cascata dessa situação é bem ilustrado nas palavras do médico plantonista, Almir Cronenberger: “Não causará surpresa se ocorrerem casos fatais, se formos obrigados, nós médicos, a operar em circunstâncias especiais, como seja a falta de água e de

¹¹² ÚLTIMA HORA (1959). João Machado a UH: cinco “fantasmas” ameaçam o Rio – tifo, difteria, pólio, varíola e coqueluche. Rio de Janeiro, 27 de julho. Edição 2783.

¹¹³ ÚLTIMA HORA (1959). Catástrofes sobre o Rio: desabamento e mortes. Rio de Janeiro, 20 de maio. Edição 2725; ÚLTIMA HORA (1959). Surto de tifo poderá tomar vulto nos subúrbios do Rio. Rio de Janeiro, 30 de novembro. Edição 2890.

¹¹⁴ CORREIO DA MANHÃ (1957). O tifo ameaça no mundo de lama podre da Zona Leopoldinense. Rio de Janeiro, 3 de março. Edição 19614; ÚLTIMA HORA (1957). Flashes do Momento – Mais um flagelo. Rio de Janeiro, 27 de novembro. Edição 2273; ÚLTIMA HORA (1959). Surto de tifo poderá tomar vulto nos subúrbios do Rio. Rio de Janeiro, 30 de novembro. Edição 2890.

¹¹⁵ CORREIO DA MANHÃ (1959). Tifo e disenteria em Guadalupe – água poluída nas cisternas. Rio de Janeiro, 20 de fevereiro. Edição 20215.

¹¹⁶ DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1958). Perigos de epidemia no morro Santo Antônio – água estagnada causa doença nas crianças. Rio de Janeiro, 13 de março. Edição 10836.

¹¹⁷ DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1958). Está há quinze dias sem água o Hospital dos Comerciários. Rio de Janeiro, 3 de abril. Edição 10854. P. 1.

assepsia, já que esta última é de contingência da primeira.” O ato de lavar as mãos, parte essencial dos tratamentos de saúde desde pelo menos meados do século XIX com a enfermeira Florence Nightgale, estava sendo deixada de lado. A mesma situação acontecia no Hospital Souza Aguiar, no centro, aonde os servidores tentavam amenizar a situação trazendo água da rua, transportando-a em baldes até o prédio. Enquanto isso, outras repartições públicas como o Ministério da Fazenda, a já referida Câmara dos Deputados e o Tribunal de Contas reduziram o horário de expediente¹¹⁸.

A educação era outro direito comprometido. O colégio São Francisco de Assis, também em Ipanema, já estava fechado a três dias por causa da falta de água e segundo afirmações do vereador Raul Brunini o comércio da região como padarias e quitandas corriam o risco de suspenderem as atividades pelo mesmo motivo¹¹⁹. Em Copacabana, a Escola Marechal Trompowski não recebia água a mais de um ano. Seus quase mil alunos passavam os turnos com sede e o filtro que existia era de cerâmica, que obviamente não conseguia suprir a demanda. Além das merendas que eram prejudicadas, visto que não havia possibilidade de limpeza dos talheres, copos e pratos, a higiene no geral não era satisfatória. Os toilettes exalavam fortes odores que entravam nas salas de aula sendo amenizados com o cheiro da creolina usada para a limpeza¹²⁰.

Essa situação era um prato cheio para discussões, sendo até mesmo iniciada uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) na Câmara dos Vereadores para investigar o Departamento de Águas do município e seu diretor, Edgar Pereira Braga e averiguar o porquê da situação ter chegado a este nível. Como dito anteriormente, muito estava sendo gasto na construção de Brasília, porém a suspeita de que parte do dinheiro estava sendo surrupiado por agentes públicos também pairava no ar. Na Câmara dos Deputados, o deputado Sérgio Magalhães, apesar de ser quadro do PTB, partido de base do governo, discursou apontando que acontecimentos “gravíssimos que vinham ocorrendo na administração da Capital da República não podiam ser considerados isoladamente, mas em conjunto, como resultantes de uma corrupção generalizada,

¹¹⁸ CORREIO DA MANHÃ (1958). Na Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, 1 de março. Edição 19916. P. 1.

¹¹⁹ DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1957). Câmara de Vereadores: Repercussão da Lei Cotrim Neto em favor dos esgotos da Cidade. Rio de Janeiro, 31 de agosto. Edição 19677. P. 1.

¹²⁰ CORREIO DA MANHÃ (1956). Suplícios na Escola Marechal Trompowski. Rio de Janeiro, 15 de abril. Edição 19342. P. 1.

que se verificava atualmente na Prefeitura”¹²¹. Com respeito a falta de água, o deputado federal Magalhães entregou à polícia o relatório com as conclusões sobre um Requerimento de Informações organizado pela câmara federal que apontava irregularidades no serviço¹²². Apesar de termos procurado o processo, não obtivemos êxito em encontrá-lo. Contudo, no início do ano seguinte, o jornal Última Hora¹²³ publicou uma manchete afirmando que apesar da queda de braço, a denúncia encontrava-se paralisada nas gavetas da DFSP (Delegacia Federal de Segurança Pública), órgão que deu origem as atuais Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro e Polícia Federal.

1.3 “Por todos os cantos, em todas as ruas, há sempre um problema à espera de solução”: os espaços públicos e atividades econômicas.

A distribuição espacial da população e o acesso aos serviços públicos afetam diretamente a vida das pessoas, especialmente dos trabalhadores, respingando significativamente sobre a qualidade de vida delas. Lúcio Kowarick, analisando as questões da cidade, nos mostra o que ele chamou de espoliação urbana¹²⁴. Para ele,

espoliação urbana é o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade dos serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho¹²⁵.

Podemos apreender dois aspectos dessa ideia de Kowarick. O primeiro tem a ver com a ocupação do solo. A medida que a especulação territorial e imobiliária aumentam, a habitação em regiões centrais e próxima aos locais de trabalho vão se tornando mais caras, a classe trabalhadora, e principalmente os mais pobres se veem empurrados para as periferias, comprando sua casa -

¹²¹ CORREIO DA MANHÃ (1958). Na Câmara dos Deputados – Prazo fatal para o orçamento e reuniões extras sem “quórum”. Rio de Janeiro, 19 de novembro. Edição 20139. P. 9.

¹²² ÚLTIMA HORA (1956). O deputado Sérgio Magalhães acusa: falta de água é caso de polícia! Responde Pereira Braga (diretor do DA) “Não relacionei todas as verbas!”. Rio de Janeiro, 21 de dezembro. Edição 01991. P. 9; ÚLTIMA HORA (1956). Enquanto nova comissão de investigação é formada... Entregue ao chefe de polícia o inquérito das verbas da água. Rio de Janeiro, 29 de dezembro. Edição 1997. P. 5.

¹²³ ÚLTIMA HORA (1957). O deputado Sérgio Magalhães vai esclarecer o “negócio” da água: Braga, o Homem Forte – Morreu no DFSP o inquérito da água!. Rio de Janeiro, 18 de janeiro. Edição 2012. P. 7.

¹²⁴ KOWARICK, L. (1979). *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro, RJ: Paz & Terra.

¹²⁵ Idem, p. 59.

quando lhes é possível ou auto construindo suas moradias - em locais mais distantes que cabem melhor em seu apertado orçamento.

A segunda forma é através dos transportes e a mobilidade pela cidade. Por viverem distantes do emprego, os trabalhadores precisam se deslocar até os seus trabalhos. Quando Negrão Lima assumiu o cargo de prefeito, em março de 1956, uma enquete foi realizada pelo jornal Última Hora entre alguns vereadores. Dentre vinte e dois vereadores, 14 deles responderam que o transporte era um dos problemas mais graves que deveriam ser rapidamente solucionados¹²⁶. Não só a oferta, mas também as condições de transporte eram igualmente precárias. Em vários documentários produzidos, Jean Manzon registrou o cotidiano do país nos anos 1950. Próximo de JK, por muitas vezes ele deu voz e buscou através do seu olhar montar imagens das obras realizadas pelo Brasil. Em seu documentário “O transporte dos Cariocas”, podemos captar algumas situações vividas pelos cariocas em sua luta diária com o transporte público¹²⁷. Tal documentário foi produzido com o objetivo de ser um marketing e tenta contrapor as chamadas belezas naturais da cidade versus ao que o cineasta acredita ser o caos do dia a dia. O filme inicia com o sugestivo comentário: “O maior trabalho do carioca é chegar ao trabalho”. Conforme os prints de imagens na figura 3, podemos notar a precariedade do serviço de trens urbanos e bodes lotados, colocando em perigo a vida dos passageiros. As longas filas, o tempo de espera e a falta de conforto no trajeto iniciavam um efeito cascata aonde os atrasos geravam cansaço, que se refletia na queda de produtividade, ocasionando prejuízos ao trabalhador e ao empregador. A precariedade estimulava o transporte alternativo clandestino, que não raro avariava e era inseguro – além de atrapalhar ainda mais o trânsito. É perceptível assim, conforme Kowarick, que o desenvolvimento propalado pelo país era, na realidade, investimento feito pelo Estado do capital no capital para o capital, ignorando melhorias que visassem o benefício da população em geral¹²⁸.

O transporte, a água - excesso e falta – não eram os únicos problema da cidade. No geral, os espaços públicos sofriam das mesmas fragilidades. Em algumas regiões, grandes entulhos de lixo, mato crescendo, restos de móveis e outros detritos formavam as chamadas sapucaias e eram

¹²⁶ ÚLTIMA HORA (1956). 22 vereadores falam ao “Última Hora”: água e transportes coletivos – os mais graves problemas do novo prefeito. Rio de Janeiro, 20 de março. P. 3.

¹²⁷ O TRANSPORTE DOS CARIOCAS (1955). Dirigido por Jean Manzon. Rio de Janeiro: Jean Manzon Films Ltda.

¹²⁸ KOWARICK, L. (1979). *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro, RJ: Paz & Terra. Pp. 68, 69.

facilmente encontradas pelos bairros e a solução para o seu descarte não era das mais satisfatórias. Na Central do Brasil, por exemplo, os garis varriam todo o lixo da região para então empilhá-lo nas calçadas, impedindo assim o trânsito das pessoas e “pior ainda é que não satisfeitos com o depósito do lixo, fazem também uma fogueira para incinerá-lo” e o que não era queimado ficava exposto por dias com o mau cheiro dispersando-se pelo ar, incomodando a todos que passavam¹²⁹. A falta de caminhões para o transporte dos dejetos era costumeiramente evocada como razão dos problemas com o recolhimento que muitas vezes era feito em carros de tração animal, entretanto, depois da compra de novos caminhões o motivo alegado foi a falta de servidores que pudessem desempenhar a função. Na Rua Pedro Américo, no bairro do Catete que por sinal é o mesmo bairro aonde se localiza o Palácio do Catete, sede do governo federal e local de despacho do presidente da República, “o capim aparece junto às calçadas, em altura variada”

130

Figura 3 - As condições de transporte do trânsito no Rio de Janeiro, segundo documentário de Jean Manzon.



FONTE: Documentário “O transporte dos cariocas”, de Jean Manzon.

¹²⁹ CORREIO DA MANHÃ (1957). A cidade recomposta – como por encanto, surgiram verbas, operários e transporte. Rio de Janeiro, 2 de junho. Edição 19688. P. 1.

¹³⁰ CORREIO DA MANHÃ (1957). Chegaram os caminhões, faltam os trabalhadores. Rio de Janeiro, 5 de maio. Edição 19664. P. 1; CORREIO DA MANHÃ (1957). Transformada a cidade numa gigantesca “sapucaia”. Rio de Janeiro, 19 de maio. Edição 19676. P. 1.

O tempo para que alguma atitude fosse tomada também era questionável. Na Zona Norte, em Engenho de Dentro, a prefeitura iniciou uma obra alegando melhorias na rua, em agosto de 1956. Cinco meses depois, em janeiro de 1957 essas obras foram interrompidas e os infortúnios já eram sentidos como os buracos abertos e acidentes de trânsito. No ano seguinte, em janeiro de 1958, a obra continuava paralisada e as condições estavam piores do que antes. Os buracos abertos passaram a se tornar piscinas que acumulavam água da chuva, que junto com o lixo acumulado, apodrecia e atraía inúmeros mosquitos. Na Rua André Cavalcanti, já havia relatos de que mesmo com a organização da coleta, o serviço demorava mais de um mês para acontecer o que obrigava os moradores a se desfazerem do lixo empilhando-o nas vias¹³¹. Neste caso, em vez de benefícios, o que foi sentido por um longo período foram os malefícios da negligência do poder público.

Além disso, parques históricos importantes como a Quinta da Boa Vista e o Campo de Santana encontravam-se na mesma situação. A Quinta, assim que se entrava pelos seus portões, já era possível ver que suas portas haviam sido arrombadas, que as trancas não foram substituídas, também as grades de proteção estavam avariadas e muitas das árvores - diversas delas ainda remanescentes da época do Império - estavam morrendo ou sendo derrubadas e utilizadas como lenha para fogueira. Ao caminhar mais um pouco, o mau cheiro e a grama de mais de meio metro de altura dava boas-vindas aos que se aventuravam visitar o local. Os lagos não estavam sendo cuidados, tornando-se um depósito de lama apodrecida e criadouro de mosquitos. O policiamento – quando havia – era feito por três guardas responsáveis por vigiar uma área de mais de cem mil metros quadrados. E, além disso, pessoas utilizavam o espaço para lavar os seus carros desfrutando das torneiras que existem no local. Num período aonde a pobreza era marcante, várias pessoas sem casa aproveitavam o terreno para construir alguns barracos para morarem¹³².

O Campo de Santana, localizado na região central da cidade, estava nas mesmas condições. As obras de reparo do parque ficaram paradas por um longo tempo, com o lixo

¹³¹ CORREIO DA MANHÃ (1958). Um ano de podridão na rua Dr. Garnier. Rio de Janeiro, 19 de janeiro. Edição 19883. P. 1.

¹³² CORREIO DA MANHÃ (1958). O que é a Quinta, parte II: Banhos clandestinos, capinzal e charco – favelas em formação. Rio de Janeiro, 5 de janeiro. Edição 19871. P. 1.

atingindo cerca de um metro de altura¹³³. A violência também se fazia presente no campo. Uma quadrilha com cerca de sete integrantes realizava furtos no local. O camelô Severino Luiz da Paixão foi assaltado, ficando sob ameaça de navalhas, tendo o seu relógio e suas mercadorias - avaliados em cerca de Cr\$ 8 mil cruzeiros - roubados¹³⁴. Os visitantes, por sua vez, costumavam ser instados a não visitarem o local. Outros sítios, como o jardim da Praia Vermelha feito para se tornar um espaço público de lazer para os moradores, foi destruído e construído um calçamento por cima¹³⁵.

As condições em que se encontravam os bairros do Rio e a precariedade de setores de infraestrutura básica chamavam a atenção. Juscelino era conhecido por ser um gestor dado a grandes obras. Quando governador de Minas Gerais, seu lado construtor já era evidente e desde essa época seu relacionamento com empreiteiras era estreito. Sua política tornou Minas o segundo estado em maior número de empreiteiras do país. Em nível nacional, JK fortaleceu esse ramo e alavancou a indústria pesada. Em nível regional, especificamente do Rio, isso não se repetiu, pois “com a chegada de JK à presidência, elas [as empreiteiras mineiras] foram carreadas para junto das principais contratantes da esfera federal e que, até então, eram nichos de atuação privilegiada das firmas cariocas”, assim, em detrimento das empresas cariocas, Kubitschek concede às empresas mineiras a preferência na construção de Brasília, de rodovias e hidroelétricas¹³⁶.

Nesse mesmo período, o Brasil era inundado com capital estrangeiro. O crescimento industrial foi significativo, no entanto, tais investimentos passaram distantes do Rio de Janeiro. São Paulo, que suplantara o Rio como centro financeiro e industrial do Brasil, atraiu a maior parte desses investimentos do exterior. De acordo com o geógrafo Maurício Abreu, o esvaziamento industrial do Rio se acentuou com o fechamento de diversas indústrias da cidade e

¹³³ CORREIO DA MANHÃ (1957). Com boa vontade e trabalho muito se poderá fazer pela cidade. Rio de Janeiro, 12 de maio. Edição 19670. P. 1.

¹³⁴ CORREIO DA MANHÃ (1957). Enchentes: 60 centímetros de águas imundas inundaram o centro da cidade. Rio de Janeiro, 11 de abril. Edição 19645. P. 5.

¹³⁵ CORREIO DA MANHÃ (1957). A cidade recomposta – como por encanto, surgiram verbas, operários e transporte. Rio de Janeiro, 2 de junho. Edição 19688. P. 1.

¹³⁶ CAMPOS, P. H. (2012). A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985. *Tese de doutorado em História*. Niterói, RJ: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia - ICHF, UFF. P. 101.

mudança destas para o estado de São Paulo¹³⁷. Diante dessa afirmação, recorremos às documentações produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para entendermos esse acontecimento de forma mais palpável e pudemos encontrar alguns dados dignos de nota. Como no período estudado ainda não existia o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), optamos por utilizar os dados do IBGE para obter o número de pessoas ocupadas por área. Ressaltamos também que apesar da proibição legal do trabalho infantil, os dados do IBGE calculam os trabalhadores partir da idade igual ou acima de 10 anos de idade e foram essas informações que consultamos (Tabelas 2 e 3).

Tabela 2 - População total com idade igual ou superior a 10 anos de idade ocupando atividade rentável e o quantitativo de ocupação nas três maiores áreas - Brasil

Brasil	Ocupados em atividade rentável	Agricultura	Indústria	Serviços
1940	14.020.123	9.453.512	1.790.616	899.774
1950	17.070.668	9.886.934	2.714.177	1.672.802
1960	22.414.539	11.825.940	3.391.676	2.745.958

Tabela 3 - População total com idade igual ou superior a 10 anos de idade ocupando atividade rentável e o quantitativo de ocupação nas três maiores áreas - Cidade do Rio de Janeiro, DF.

Rio de Janeiro	Ocupados em atividade rentável	Indústria	Comércio	Serviços
1940	602.874	161.079	121.300	116.057
1950	954.037	257.128	149.209	230.219
1960	1.132.685	243.055	157.248	278.685

Fonte: Tabelas criadas a partir de dados que constam nos censos do IBGE.

Na década de 1940, o Brasil possuía uma população com idade igual ou maior a 10 anos economicamente ativa no quantitativo de 29.037.849 pessoas. Esse grupo era dividido em duas partes: os ocupados em atividades rentáveis, que somavam 14.020.123 pessoas e os ocupados em

¹³⁷ ABREU, M. (1987). *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, RJ. IPLANRIO/ZAHAR.

atividades não rentáveis (atividades do lar, estudo, incapacitados e etc) que juntos faziam o total de 15.017.726, chamados de inativos. Nas ocupações rentáveis, a agricultura estava em primeiro lugar com 9.453.512 pessoas, seguida pela indústria com 1.790.616 vagas e em terceiro a área de serviços, com 899.774 ocupados. Nesse mesmo período, o Rio possuía uma população com idade igual ou maior a 10 anos economicamente ativa no quantitativo de 1.406.476 pessoas. Os ocupados em atividades rentáveis somavam 602.874 pessoas, que significava 4,30% de todos os economicamente ativos em atividades rentáveis do país. A principal ocupação rentável na cidade era a indústria com 161.079 pessoas, fatia essa que representava 26,72% das ocupações municipais e perfazia 9% do total de ocupações na área em todo o país. Em segundo lugar vinha o comércio com 121.300 vagas¹³⁸. O número de inativos na cidade era de 803.602.

Em 1950, ou seja, antes de Juscelino tomar posse como presidente da República, é possível observar que houve um crescimento nas ocupações tanto em caráter nacional quanto local. O Brasil cresceu em número de ocupações passando a ter 36.557.990 pessoas acima de 10 anos e destes, 17.070.668 exerciam atividade rentável. A indústria nacional cresceu em relação a década anterior, tendo agora 2.714.177 pessoas ocupadas na área. O Distrito Federal seguiu essa tendência de crescimento. O Rio passou a ter uma população de 1.912.673 pessoas ocupadas em atividades e destas, como demonstra gráfico 1, o total de 954.037 pessoas estavam exercendo atividade remunerada alocadas em diversas áreas, representando 5,58% dos ocupados em atividades rentáveis no Brasil. O setor que mais empregava no período ainda era a indústria com 257.128 pessoas o que significava 26,95% das ocupações em todo o município, e representando 9,5% de todas as ocupações na área a nível nacional. Em segundo lugar vinha o setor de serviços com 230.219 vagas, o que representa 24,13% das ocupações municipais e em terceiro lugar, o comércio com 149.209 pessoas, ou 15,63% das ocupações da cidade. No gráfico 2, vemos que no início da década de 50 havia um equilíbrio entre a população maior de 10 anos que exercia atividade remunerada em comparação aos que na mesma faixa etária não exerciam, sendo o quantitativo deste segundo grupo o número de 952.487 pessoas¹³⁹.

¹³⁸ IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (1951). *Recenseamento Geral do Brasil, 1940 - Distrito Federal* (Vol. XVI). Rio de Janeiro, DF: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; IBGE - Instituto Geográfico do Brasil. (1950). *Recenseamento Geral do Brasil, 1940 - Série Nacional* (Vol. II). Rio de Janeiro, DF: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

¹³⁹ IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (1956). *Censo Demográfico, 1950 - Brasil* (Vol. I). Rio de Janeiro, DF: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; IBGE - Instituto Brasileiro de

Gráfico 1 - População com idade igual ou superior a 10 anos de idade que exerciam atividade remunerada na Cidade do Rio de Janeiro - DF, segundo o censo de 1950 - IBGE.

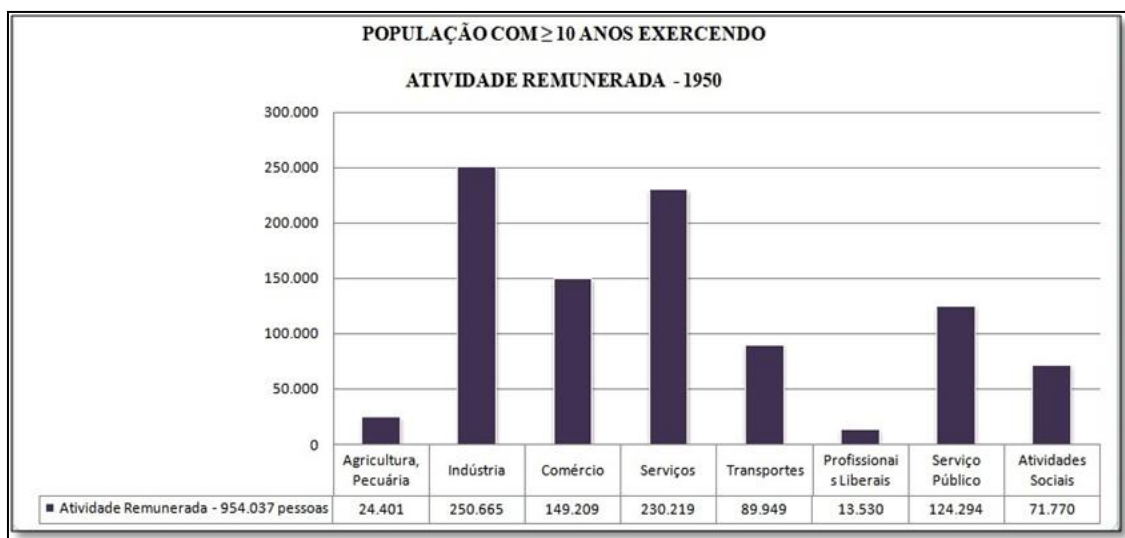
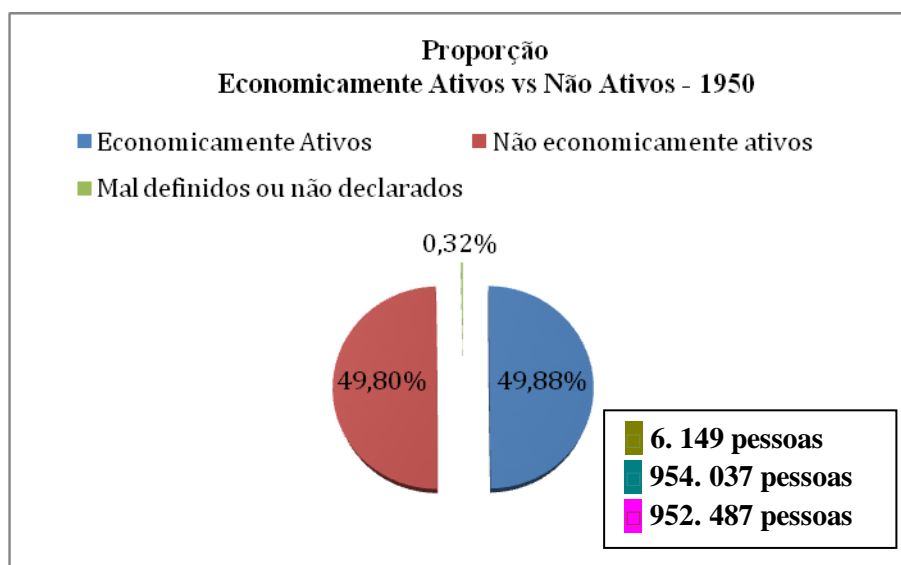


Gráfico 2 - Proporção de pessoas que exerciam atividades econômicas em comparação com outras que não exerciam atividades econômicas na Cidade do Rio de Janeiro, DF (1950)



FONTE: Gráficos 1 e 2 foram construídos pelo autor a partir dos dados divulgados pelo IBGE.

No entanto, quando comparamos esses dados com os dados do censo de 1960, portanto no último ano de governo Kubitschek, é possível perceber uma mudança no crescimento. Nesse período o Brasil cresceu e o Rio encolheu, e quando aumentamos a lupa, podemos ver aonde ocorreram os revezes, conforme podemos ver no gráfico 3. Nessa época o Brasil passou a ter 22.414.539 ocupados em atividades rentáveis e a indústria nacional passa a contar com 3.391.676 pessoas. A tendência no país foi de crescimento: se em 1940 a indústria respondia por 18,7% da economia nacional, em 1960 ela passou a responder por 29,9%¹⁴⁰. No Rio a tendência foi de queda. Em 1960, o Rio possuía 1.132.685 ocupados em atividades rentáveis, ou seja, 5% da participação nacional, encolhendo quase meio por cento em relação a década anterior. Como podemos ver no gráfico 4, o número de pessoas não exercendo atividade rentável superou os que exerciam. A indústria retraiu-se, ocupando 243.055 indivíduos: uma diminuição de 14.073 vagas em comparação com o censo anterior de 1950. Nesse ano de 1960 a indústria carioca representava 7,15% da participação nacional, uma diminuição de mais de dois pontos percentuais em comparação com as duas décadas anteriores. Em nível municipal, a participação da indústria encolheu, sendo responsável por 21,45% das ocupações da cidade, um tombo de quase cinco pontos percentuais em comparação com os anos anteriores. A indústria perde a posição que ocupava a décadas de primeiro lugar em postos de trabalho na Cidade do Rio de Janeiro, sendo suplantada pelo setor de serviços com 278.685 pessoas¹⁴¹. Até 1960, o Rio representava 27% da renda brasileira, em 1970 tal índice caíra para 19,4%, chegando a 14% em 1980¹⁴².

¹⁴⁰ IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2006). *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro, RJ: Editora IBGE.

¹⁴¹ IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (1960). *Censo Demográfico de 1960 - Brasil* (Vol. I). Rio de Janeiro, GB: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

¹⁴² SILVA R. (2004) Rio de Janeiro: crescimento, transformações e sua importância para a economia nacional [1930-2000]. *Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Econômico*. Campinas, SP. Instituto de Economia - IE. Unicamp.

Gráfico 3 - População com idade igual ou superior a 10 anos de idade que exerciam atividade remunerada no Rio de Janeiro - GB, segundo o censo de 1960 - IBGE.

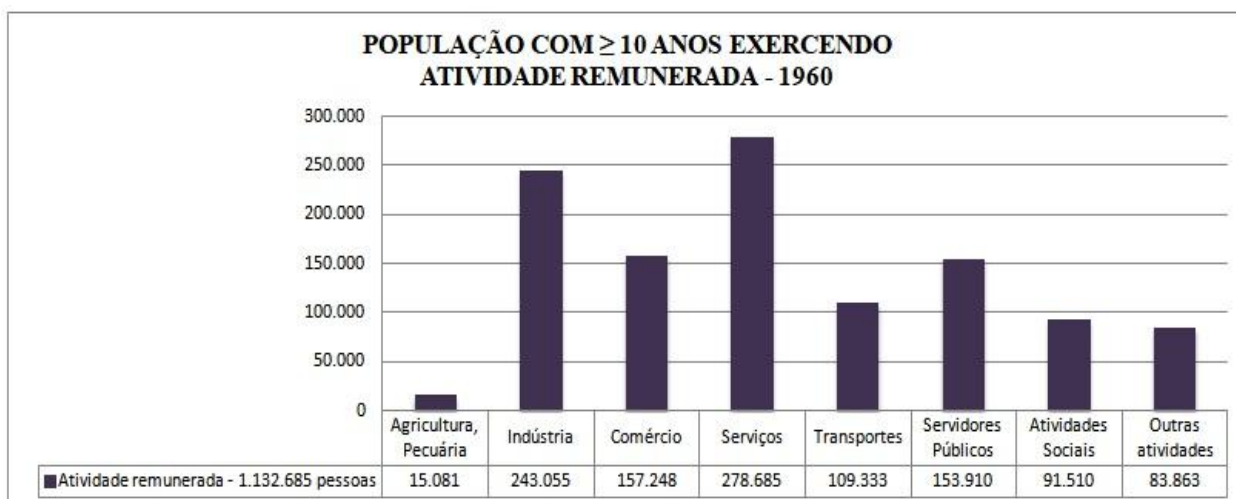
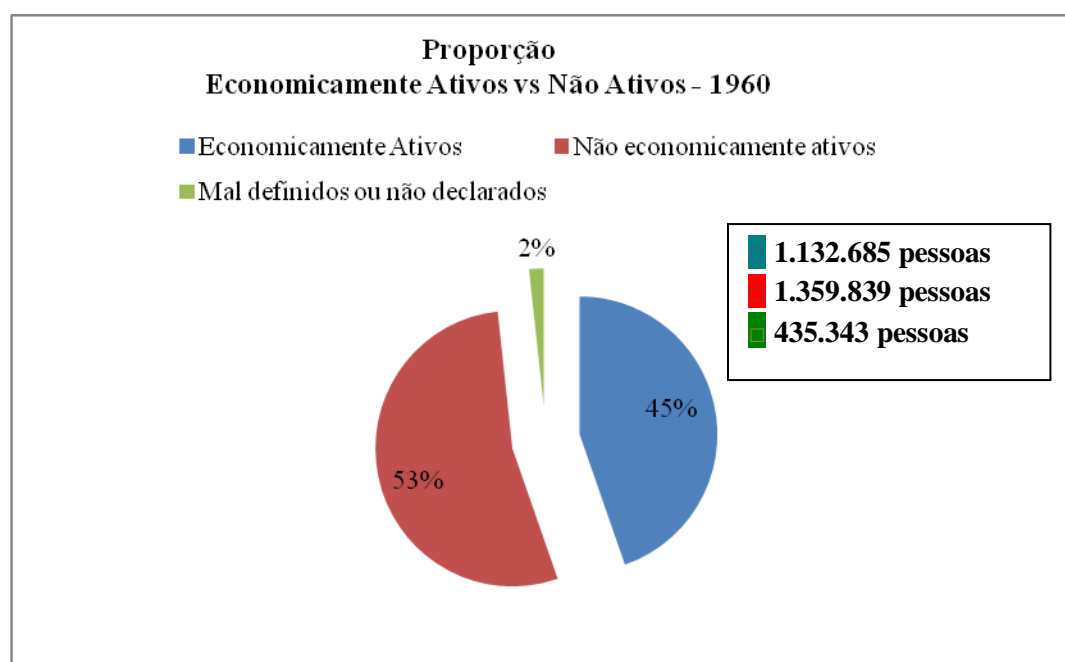


Gráfico 4 - Proporção de pessoas que exerciam atividades econômicas em comparação com outras que não exerciam atividades econômicas no Rio de Janeiro, GB (1960).



FONTE: Gráficos 3 e 4 foram construídos pelo autor a partir dos dados divulgados pelo IBGE.

1.4 Juscelino Kubitschek e o Rio de Janeiro

É necessário refletirmos sobre a relação política que JK tinha com o Rio, algo que ia além da relação administrativa. O povoamento do interior do país era a alegação que visava legitimar a necessidade de uma tomada de ação e transferir a capital do litoral para o interior do Brasil. Entretanto, quando empreendeu um projeto de desenvolvimento para as regiões mais afastadas dos grandes centros e proteção das fronteiras nacionais, Getúlio Vargas utilizou-se da colonização e da criação de territórios como forma de aumentar a ocupação nessas regiões¹⁴³. Por meio de um discurso nacionalista, a integração que o Estado Novo buscava levar a cabo visava “colocar toda a população dentro de um projeto de poder que unificasse as partes, uniformizasse as diferenças (...)”. Desta feita, a interiorização foi projetada, objetivando ser absorvida pelas pessoas da época de forma mais fácil. Muitos intelectuais também deram as suas contribuições. O projeto desenvolvido por Vargas era guiado por uma política pública¹⁴⁴. Já o Plano de Metas de Juscelino era um plano essencialmente econômico, focado em seis grandes áreas como energia, estradas, indústria e etc., como dissemos antes, de investimento no capital¹⁴⁵. Retirar o centro político do Rio acabava por aprofundar o modelo latifundiário de ocupação que sempre foi um obstáculo para desenvolvimento e consolidação da democracia no Brasil¹⁴⁶.

Em um federalismo marcado pelas oligarquias, o centro de poder estar localizado em uma “cidade rebelde” não era visto com bons olhos¹⁴⁷. A mera ideia de massas de pessoas indo as ruas exercer pressão causava grandes incômodos, principalmente para Juscelino, que achava que os políticos não deveriam estar à mercê de pressão popular. Israel Pinheiro, presidente da Novacap que foi a empresa pública responsável pela construção de Brasília, afirmou que o contingente populacional do Rio desvirtuava o governo de questões nacionais¹⁴⁸. No Rio, a capacidade de

¹⁴³ SANTOS, C. (2016) Território Federal de Ponta Porã: o Brasil de Vargas e a Marcha para o Oeste. *Dissertação de mestrado em História*. Porto Alegre: PUC-RS. P. 28

¹⁴⁴ Ibidem, p. 35.

¹⁴⁵ BENEVIDES, M. d. (1976). *O governo Kubitschek - Desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro: Paz & Terra. P. 210; KOWARICK, L. (1979). *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro, RJ: Paz & Terra. Pp. 68, 69.

¹⁴⁶ LYNCH, C. (jul/set. 2017) Uma democracia, duas capitais: o que o Rio pode fazer pelo Brasil. Rio de Janeiro: Revista Insight Inteligência. Ano XX. Volume 78. P. 24

¹⁴⁷ SANTUCCI, J. (2008) Cidade rebelde – as revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.

¹⁴⁸ LYNCH, C. (2017) *Op. Cit.* P. 25.

mobilização dos trabalhadores da cidade era conhecida por todos, era sabido que estes possuíam uma representação política muito influente através do PTB, dentro do Congresso Nacional, até mesmo dentro do governo com o vice-presidente da república, João Goulart, como foi mais tarde admitido pelo próprio Juscelino Kubitschek em suas memórias¹⁴⁹. Assim, nas palavras de Christian Lynch, “a reinstalação do governo federal no meio rural de Goiás, em pleno vazio demográfico, resolveria todos os ‘problemas’ causados ao governo federal pela irrupção da sociedade civil como ator relevante da vida política nacional”, uma cidade no cerrado, sem indústrias, longe de operários e seus levantes. Até mesmo os trabalhadores que para lá se mudaram e permaneceram após o fim das construções foram repelidos para as periferias visto que a arquitetura da cidade os manteve longe do plano piloto original e impedia manifestações¹⁵⁰. No discurso de abertura do ano legislativo, o deputado José Bonifácio vaticinou: “Com o Congresso em Brasília, a democracia não funcionará”¹⁵¹. A modernização que JK buscava não deveria alterar as bases oligárquicas que mais tarde o elegeria como senador por Goiás¹⁵². Alterar tudo para não mudar nada.

Em 1957 o Distrito Federal foi adornado para a recepção do general Craveiro Lopes, presidente português. A festa de boas-vindas, mais do que uma recepção, tinha o objetivo de estreitar mais ainda os laços com a ditadura portuguesa. Antonio de Oliveira Salazar governava o país europeu como primeiro-ministro, com mão de ferro, já havia 30 anos e, diante das crescentes críticas internacionais ao colonialismo imperialista em África, Salazar utilizou o governo brasileiro, através de JK, como seu porta-voz nas reuniões das Nações Unidas. O representante brasileiro na Quarta Comissão da ONU chegou até mesmo a afirmar: “Tocar em Portugal era tocar no Brasil”. Na sua política externa, Juscelino defendia que o Estado lusitano não possuía colônias, mas sim, províncias ultramarinas. Uma das razões do apoio ao regime autoritário de Salazar era de ordem eleitoral. Na Câmara dos Deputados foi apresentado um projeto de lei que dava o direito de voto aos portugueses radicados no Brasil. Na década de 1950 cerca de 900 mil portugueses estavam espalhados pelo mundo, sendo que 615 mil moravam no Brasil. Destes, 300 mil – ou seja, um terço de todos em diáspora – era residente no Rio de Janeiro. Kubitschek, de

¹⁴⁹ KUBITSCHEK, J. (2000) *Porque construí Brasília*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial. P. 253

¹⁵⁰ LYNCH, C. (2017) *Op. Cit.* Pp. 26-28.

¹⁵¹ KUBITSCHEK, J. (2000). *Op. Cit.* P. 342

¹⁵² LYNCH, C. (2017). *Op. Cit.* P. 31.

olho nesse contingente e nas eleições de 1965 em que tentaria retornar a presidência da República, fazia constantes acenos a essa comunidade¹⁵³.

A visita do chefe de Estado foi uma oportunidade para o fortalecimento de uma política em que os grupos mais vulneráveis da cidade enxergavam apenas a face violenta do Estado. O DFSP (Departamento Federal de Segurança Pública) possuía um setor exclusivo para reprimir a mendicância. Com o aumento do fluxo migratório, muitos escolhiam a capital federal como destino¹⁵⁴ e, somados aqueles que já não conseguiam a sua inserção no mercado, cada vez mais o número de pedintes aumentava nas vias públicas. Por serem vistos como refugio, o DFSP encampava diversas operações para apreender essas pessoas, com o objetivo de limpar as ruas da sua presença. Em apenas duas operações realizadas, cerca de 800 pessoas em situação de rua foram recolhidas. Já outros foram mortos de forma cruel: enforcados ou sendo queimados vivos enquanto dormiam. Os autores desses crimes aparentemente seguiram impunes¹⁵⁵.

Apesar disso, o Rio continuava atraindo imigrantes e via o seu número populacional explodir, com muitas pessoas abandonadas à própria sorte e, sem moradia ou emprego, acabavam por recorrer à mendicância nas ruas para sobreviver e tendo de enfrentar a violência encampada pela repressão do Estado e criminalização da pobreza¹⁵⁶. Somado a isso, temos também o esvaziamento político sofrido. Com a mudança da capital, o Rio deixa de ser palco dos debates nacionais, que fazia parte da sua identidade enquanto cidade, rompendo a sua dinâmica institucional¹⁵⁷, o que se reflete até mesmo no número de ministérios ocupados por cariocas no Governo JK. De todos os presidentes do período da experiência democrática [1945-1964], proporcionalmente, os cariocas foram escalados para apenas 10% das pastas no Governo Kubitschek, e curiosamente até mesmo Jânio Quadros, presidente oriundo de São Paulo e com

¹⁵³ RAMPINELLI, W. (2007) A política internacional de JK e suas relações perigosas com o colonialismo português. *Lutas Sociais: Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS)*. PUC-SP. Nº 17/18.

¹⁵⁴ ABREU, M. (1987). *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, RJ. IPLANRIO/ZAHAR. P. 118.

¹⁵⁵ DA COSTA, R. G. (2020) 'Esses elementos que enfeiam a cidade' - Mendigos e vadios na Capital da República (Rio de Janeiro, 1956-1960). *Temporalidades*, Edição 33, Volume 12, Número 2, pp. 345-365.

¹⁵⁶ Ibidem.

¹⁵⁷ OSORIO, M., REGO, H. R. & VERSIANI, M. (2017) Rio de Janeiro: trajetória institucional e especificidades do marco de poder. In: MARAFON, G. J. & RIBEIRO, M. A. *Revisitando o território fluminense*. Volume 6. Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ.

uma curta gestão, compôs seu alto escalão com 25% de nascidos no Rio¹⁵⁸. Em 1958, com a aproximação da mudança para Brasília, o governo federal - através do ministro da Justiça Cirilo Júnior - apresentou um projeto para transformar a Cidade do Rio de Janeiro em Território Federal, o que diminuiria sua representação no cenário político e a cidade passaria a ter apenas um deputado e nenhum senador. Na prática isso iria “congelar a disputa política na ex-capital federal como forma de neutralizar a cidade no complexo jogo eleitoral com vistas à campanha presidencial de 1960”¹⁵⁹.

1.5 Considerações finais

As obras que eram realizadas não beneficiavam a todos e tinham uma característica mais amenizadora do que de solução definitiva. O pouco de infraestrutura e saneamento básico existente resumiam-se as áreas consideradas nobres da cidade, de maneira que as regiões de moradia da alta burguesia e da classe média podiam usufruir de uma maior oferta dos serviços públicos e as obras executadas visavam mais a atender essa parcela da sociedade. Mesmo nesses locais, a oferta não era plena. Enquanto isso, a maior parte do contingente populacional ficava excluída do acesso a serviços como transporte, saúde e educação¹⁶⁰. A prefeitura buscava fazer obras e alguns melhoramentos, contudo, existiam questões que transcendiam sua capacidade de ação. Quando pressionado para tomar alguma providência no que diz respeito das condições da cidade, Juscelino prometeu facilitar o envio de verbas para a gestão municipal. Aparentemente, promessa vazia. Segundo o *Correio da Manhã*¹⁶¹ “nada foi ainda efetivado nesse sentido e a Prefeitura, atravessando agora uma crise financeira sem precedentes nesses últimos vinte anos”, chegou até mesmo a suspender os contratos com as construtoras que executavam obras no município. Em tom apocalíptico, o jornal cunha a frase que dá título a este texto: “Seria óbvio salientar a penosa situação em que se encontra o Distrito Federal, sob todos os aspectos, o que vem se tornando uma cidade inabitável, onde o povo não mais encontra as condições (...) que

¹⁵⁸ Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes>. Acessado em 04 de novembro de 2020, às 3h.

¹⁵⁹ MOTTA, M. S. (1997) *Que será do Rio? - refletindo sobre a identidade política da cidade do Rio de Janeiro. Tempo, Revista do Departamento de História da UFF*, Volume 4, pp. 146-174.

¹⁶⁰ SILVA, P. S. (2020). *Obras públicas, planos urbanísticos e transformações do espaço urbano: o caso do Rio de Janeiro (1948 - 1975). Temporalidades*. Edição 32, Volume 12, Número 1, 2020, pp. 373-393.

¹⁶¹ CORREIO DA MANHÃ (1957). *O Rio e seus problemas: ameaça de paralisação de obras públicas – o auxílio do governo federal?* Rio de Janeiro, 21 de fevereiro. Edição 19605.

faziam do Rio uma ‘Cidade Maravilhosa’”. Os editoriais avaliavam que, em última instância, a responsabilidade pelo que estava acontecendo recaía sobre os ombros da Presidência da República. Um periódico dizia:

Achamos ter chegado o momento de S. Exa. se deter por alguns minutos, ao que ocorre dentro do Distrito Federal (...). O presidente da República não pode ser investido das funções de prefeito, mas no Distrito Federal, o prefeito é delegado de imediata confiança do Presidente (...). Não pode, pois o Sr. Juscelino Kubitschek permanecer omissos ou afastado do que vem ocorrendo de deplorável, melancólico e deprimente na cidade que é o coração do país¹⁶².

Historicamente o Distrito Federal sempre contou com auxílio de verbas federais através do Ministério de Obras Públicas, de empréstimos do Banco do Brasil e diversas outras fontes de financiamento. Entretanto, como aponta Alberto Gawryszewski, “a história administrativa da cidade do Rio de Janeiro nos apresenta o Poder Público priorizando sempre as áreas que serviam às classes dominantes, seja para moradia, comércio, indústria ou lazer. O subúrbio carioca (...), em geral, encontrava-se desprovido de melhorias urbanas (...)”¹⁶³. Como quem procurava ensinar uma lição a JK, o editorial rememora uma mensagem enviada ao parlamento pelo ex-presidente Rodrigues Alves: “Os defeitos da capital afetam e perturbam todo o desenvolvimento nacional”¹⁶⁴. O boicote da União estava cobrando seu alto preço e a ausência de vontade política deixava suas marcas.

¹⁶² ÚLTIMA HORA (1958). Os problemas da cidade, já agora, são problemas do presidente. Rio de Janeiro, 24 de março. Edição 2369.

¹⁶³ GAWRYSZEWSKI, A. (2012). Agonia de Morar – Urbanização e Habitação na cidade do Rio de Janeiro, DF – 1945 a 1950. Londrina: EdUel. P. 346.

¹⁶⁴ ÚLTIMA HORA (1957). De uma hora para outra a capital do Brasil pode parar – Rio, cidade condenada pelo excesso de chuvas e a falta de recursos! Rio de Janeiro, 9 de abril. Edição 2079.

FALA O POVO!

“Nossos leitores formarão através desta coluna a grande assembleia da cidade (...). A palavra pertence ao povo.”¹⁶⁵

No capítulo anterior procuramos apresentar a narrativa da imprensa sobre as condições em que se encontrava a capital federal e os problemas que isso acarretava para os seus moradores. Neste, trabalharemos com uma coluna em específico, a *Fala o Povo!* que era publicada de forma diária no jornal Última Hora. Como inspiração para a construção deste texto, nos basearemos no trabalho do historiador Eduardo Silva em seu livro intitulado *As Queixas do Povo*¹⁶⁶ onde o autor, analisando a coluna que dá nome a sua obra, busca perceber os problemas que os habitantes do Rio de Janeiro do início do século XX enfrentavam, através das reclamações publicadas.

A coluna *Fala o Povo!* era um espaço aberto para que a população pudesse se expressar diante do que viam e/ou viviam. A participação na coluna era relativamente simples: o jornal disponibilizava urnas espalhadas pela cidade, bastava que o descontente escrevesse suas reclamações e depositasse em uma das caixas e dessa maneira a sua contribuição havia sido dada. Além disso, os bilhetes poderiam ser escritos de forma anônima. Havia também o recebimento de reclamações por telefone ou presencialmente na redação do jornal. Essas condições, a nosso ver, estimulavam a participação dos moradores¹⁶⁷. Aliás, o costume de utilizar a imprensa como propagador de lutas perdura até hoje como quando, por exemplo, vemos em quadros de telejornais como o *RJ Móvel*, apresentado por repórteres carismáticos como a Susana Napolini, indo aos bairros recolher reclamações das pessoas. Desse modo, quando temos o alinhamento de um meio de comunicação que se autointitula como defensor da vontade do povo, ou em suas palavras, “exerceremos, assim, verdadeira função de procuradoria popular”¹⁶⁸ com uma população ativa e ativista, encontramos a força da opinião pública.

¹⁶⁵ ÚLTIMA HORA (1951). O povo fala em defesa dos seus direitos. Rio de Janeiro, 14 de junho. Edição 00003.

¹⁶⁶ SILVA, E. (1988). *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz & Terra.

¹⁶⁷ ÚLTIMA HORA (1951). O povo fala em defesa dos seus direitos. Rio de Janeiro, 14 de junho. Edição 00003.

¹⁶⁸ *Ibidem*.

Segundo Rubens Figueiredo e Silvia Cervelini a opinião pública nasce do debate público, das discussões coletivas tanto de ponto que estejam explicitamente dados, mas também dos temas que implicitamente circulam na sociedade¹⁶⁹. O indivíduo constrói sua opinião através das suas experiências como também daquilo que recebe dos outros. É fundamental que essas opiniões encontrem expressão pública, pois assim ela poderá provocar uma discussão em toda a sociedade¹⁷⁰. Desta maneira, os autores entendem opinião pública como “a expressão de modos de pensar de determinados grupos sociais ou da sociedade como um todo (que pode ser delimitada em municípios, estados, regiões ou países) a respeito de assuntos de interesse comum de um dado momento”¹⁷¹.

A coluna *Fala o Povo!*, aparentemente, não seguia um padrão gráfico específico para a publicação. Em algumas edições, por exemplo, a coluna encontrava-se no canto da página do jornal. Em outras, aparecia na parte central superior ou, até mesmo, ocupava meia página. Algumas vezes publicava-se apenas um assunto, em outras eram publicados cinco ou mais assuntos distintos na mesma edição. Para elaborar este capítulo, selecionamos uma amostragem das publicações. Optamos por esta via tendo em vista o grande volume de jornais que seriam utilizados e o curto espaço de tempo para análise. Selecionamos de forma aleatória os anos de 1956, 1957 e 1959. Escolhemos os meses de março, maio, julho e outubro dos anos citados, seguindo o princípio de um mês de 31 dias para estação do ano¹⁷². Não foram encontradas as colunas para os meses de julho e outubro do ano de 1959, entretanto, optamos por manter este ano. Adotamos como critério para a escolha destes meses levando as variações climáticas que ocorrem na transição de uma estação para outra e os impactos diretos e indiretos sobre a cidade. Após isso, os assuntos foram categorizados e inseridos em planilhas e gráficos. Por fim, analisamos os dados recolhidos, em diálogo com diferentes bibliografias pertinentes aos assuntos abordados.

¹⁶⁹ FIGUEIREDO, R.; CERVELLINI, S. (1995). O que é opinião pública. São Paulo: Brasiliense. P. 21.

¹⁷⁰ Idem. P. 22.

¹⁷¹ Idem. P. 23, 24.

¹⁷² Em cada mês selecionado, utilizou-se todas as edições que continham a coluna. Alguns assuntos publicados na referida coluna também abordavam questões de outras localidades como a Baixada Fluminense, Estado do Rio, outros estados da federação e etc. Esses dados não foram incluídos nos gráficos e nem na análise.

2.1 O que fala o povo?

A tabela abaixo foi construída à partir dos dados extraídos da coluna *Fala o Povo!*, de acordo com os princípios delineados anteriormente. Os assuntos foram reunidos em grandes grupos temáticos.

Tabela 4 - Lista de assuntos abordados na coluna *Fala o Povo!*

Assuntos	Total
Agradecimentos e Elogios	43
Assédio/Machismo/Racismo	06
Corrupção	20
Economia	74
Educação	30
Fornecimento de água, luz e/ou gás	88
Fiscalização	21
Justiça	07
Lazer	22
Meio Ambiente	03
Moralidade Pública	11
Obras Públicas	103
Peculato	98
Pedidos de Ajuda	10
Prevaricação	08
Previdência	44
Saúde/Saneamento Básico	87
Respostas	21
Relações de Trabalho/Legislação Trabalhista	84
Transporte/Trânsito	130
Serviços Diversos	52
Violência	35
Vizinhos	61

Como é possível observar na tabela, as reclamações e questionamentos da população carioca atingiam os mais diferentes aspectos da vida cotidiana. Transporte e Obras Públicas foram os maiores alvos de reclamações. Entretanto, por já termos abordado esses dois tópicos no capítulo precedente, vamos nos focar em outros aspectos, pois acreditamos que estes podem nos ajudar a ampliar nossa visão sobre o todo. Iremos, neste subtítulo, dar atenção aos pontos (1) previdência e segurança social, (2) ao crime de peculato (focados em um caso específico – o de uso dos carros oficiais), (3) a economia e (4) a saúde pública.

Previdência e Segurança Social

A industrialização promovida por Getúlio Vargas trouxe consigo a figura do trabalhador urbano. De acordo com Marta Farrah, no borbulhar dessas mudanças, a proteção social no Brasil surge de forma mais estruturada¹⁷³ e com participação direta do Estado, com a criação dos IAPs – Institutos de Aposentadorias e Pensões¹⁷⁴. Todavia, a cobertura assistencial destes institutos não era universal. Os IAPs foram organizados por profissões e a eles só teriam acesso os trabalhadores registrados em categorias reconhecidas pelo Governo¹⁷⁵. Assim, uma vasta parte da população que morava nas cidades e toda a população rural – a maioria á época – não se enquadravam nos critérios de cobertura. Com o tempo, os IAPs tiveram a sua atuação ampliada, passando a atuar em “áreas de saúde e de habitação, caracterizando-se como os antecedentes de sistemas mais complexos de políticas públicas nestas áreas”¹⁷⁶.

A gestão dos IAPs era do Estado, sendo assessorado por um colegiado, sem direito a voto, formado pelos sindicatos. O financiamento era tripartite: uma parte advinha da contribuição dos

¹⁷³ A Lei Eloy Chaves, promulgada em 1923, inaugura a primeira forma de pagamento de um valor mensal para os trabalhadores na sua velhice. Cada empresa deveria criar sua Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAPs) e recolher dos seus funcionários e dos empresários uma contribuição para ser convertidos em benefício para os trabalhadores segurados. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/primeira-lei-da-previdencia-de-1923-permitia-aposentadoria-aos-50-anos>, acessado em 20 de dezembro de 2022, às 18h.

¹⁷⁴ FARRAH, M. S. F. (2020). Sete décadas de políticas sociais no Brasil. *Revista do Serviço Público*, V. 58. P. 113.

¹⁷⁵ *Idem*, p. 114

¹⁷⁶ *Ibidem*.

trabalhadores. Outra parte, das empresas. E o terceiro contribuinte era o Estado¹⁷⁷. A organização dos IAPs por categorias profissionais gerava distorções, pois “os benefícios variavam segundo a categoria profissional, refletindo as desigualdades salariais existentes entre as diferentes ocupações”¹⁷⁸. E até mesmo dentro da própria categoria era possível encontrar desigualdades na cobertura, visto que os serviços eram oferecidos nos grandes centros, o que dificultava o acesso para aqueles que deles longe viviam¹⁷⁹.

O trabalhador que fosse usufruir da sua aposentadoria ou pensão que lhe fosse de direito ou recorre-se ao instituto em busca de ajuda em um momento de carência, tinha um longo e turbulento trajeto pela sua frente. A qualidade dos serviços prestado pelos IAPs aparecem por diversas vezes nas documentações analisadas, aonde encontramos relatos do tratamento recebido, “não se contentam em deixar de atender os contribuintes, fazem também questão de humilhar os pobres”¹⁸⁰, situação vivida pelo trabalhador Alípio Batalha, que contribuiu durante 13 anos para o seu Instituto, o dos Comerciários. Ao necessitar de um aparelho para auxiliar em um tratamento de saúde, Alípio recebeu como resposta que tal equipamento estava avariado e que ele deveria continuar entrando em contacto com o IAPC para saber quando o instrumento estaria disponível. Ligações e mais ligações se sucederam... De acordo com sua reclamação no jornal, três meses já haviam se passado e nada tinha mudado¹⁸¹. Em um momento de grande necessidade, ele se encontrava desamparado. Um outro trabalhador, José Paulino de Souza, desta vez associado ao IAP dos Industriários, demandava uma operação nos olhos, cuja demora poderia acarretar-lhe em cegueira. Como segurado do IAPI e pagador de suas contribuições, solicitou a operação. Contudo, mesmo depois de um ano, José não havia sido atendido ainda. Receoso de sua condição de saúde e necessitando da operação, apanhou suas poucas economias, conseguiu dinheiro emprestado – se endividando – arcou com o custo de sua operação, utilizando-se desses recursos angariados¹⁸².

¹⁷⁷ FRANCO, B. B. (2016). Financiamento público da saúde: desafios e perspectivas. *Monografia em Administração Pública*. Volta Redonda, RJ: ICHS/UFF – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, UFF. P. 28.

¹⁷⁸ FARRAH, M. S. F. (2020). *Op. Cit.*, p. 114.

¹⁷⁹ FRANCO, B. B. (2016). *Op. Cit.*, p. 28

¹⁸⁰ ÚLTIMA HORA (1957). *Fala o Povo!*. Rio de Janeiro: 10 de maio. Edição 02106.

¹⁸¹ Ibidem.

¹⁸² ÚLTIMA HORA (1957). *Fala o Povo!*. Rio de Janeiro: 20 de maio. Edição 02114.

Histórias como as desses trabalhadores não são exceções. E caso os segurados reivindicassem por melhorias, muitas vezes encontravam retaliações diante de si. Em 1956, um decreto aumentou o valor das pensões recebidas pelos segurados do IAPM, Instituto dos Marítimos. O aumento, não obstante, foi concedido para alguns poucos segurados selecionados. Ao saberem do ocorrido, os demais segurados prejudicados protestaram, cobrando da administração do instituto aquilo que lhes era de direito. A administração do IAPM, que já não repassava o aumento determinado pelo Governo, decide suspender os pagamentos e informar que estes só voltariam a ser feitos dali uns meses. Além disso, instalaram guichês nas portarias, com poucos funcionários, impedindo assim o livre acesso ao prédio¹⁸³. Outros segurados, como por exemplo, os contribuintes do IAP dos ferroviários e do IAP dos Servidores Públicos já aguardavam “15 meses da concessão do aumento”, mas “ainda não receberam um centavo”¹⁸⁴.

Peculato (Carros Oficiais)

De acordo com o artigo 312 do Código Penal de 1940, caracteriza-se como crime de peculato, dentre outras coisas, a apropriação de bem público, a que se tem posse em razão do cargo, para proveito próprio ou alheio. A coluna *Fala o Povo!* apresentava, quase que diariamente, denúncias de utilização dos carros oficiais, por parte de servidores públicos e parentes, para os mais diversos fins: lazer, compras, passeio e até mesmo mudança. As denúncias eram feitas por cidadãos, muitos deles estudantes¹⁸⁵, que anotavam a placa, o horário e o local aonde o carro se encontrava e posteriormente comunicava a redação do jornal, que a publicava.

Era comum encontros de servidores e familiares, utilizando vários carros, frequentando “os mesmos aprazíveis e respeitáveis recantos (...) Todos frequentam, inclusive, os mesmo edifícios, como que seguindo roteiro previamente traçado (...)”¹⁸⁶. Alguns, procurando despistar-se dos olhares, saíam a noite e adulteravam a placa do automóvel, colocando “chapas amarelas em cima das chapas brancas”¹⁸⁷. Após intensa campanha por parte do jornal, o assunto chegou à Câmara dos Deputados, no Palácio Tiradentes. Porém, quando um deputado goiano do PSD – partido de

¹⁸³ ÚLTIMA HORA (1957). *Fala o Povo!*. Rio de Janeiro: 03 de março. Edição 02050.

¹⁸⁴ ÚLTIMA HORA (1957). *Fala o Povo!*. Rio de Janeiro, 22 de março. Edição 02064.

¹⁸⁵ ÚLTIMA HORA (1957). *Fala o Povo!*. Rio de Janeiro, 08 de março. Edição 02052.

¹⁸⁶ ÚLTIMA HORA (1957). *Fala o Povo!*. Rio de Janeiro, 01 de março. Edição 02048.

¹⁸⁷ ÚLTIMA HORA (1957). *Fala o Povo!*. Rio de Janeiro, 02 de outubro. Edição 02227.

situação – preparava-se para proferir seu discurso pra divulgar o que estava ocorrendo, foi proibido de tocar nesse assunto pelo líder da sua bancada¹⁸⁸.

É possível perceber a existência de interesses políticos que impediam a investigação sobre a utilização dos carros do Estado. Até mesmo houve tentativa de alteração na lei, visando criar brechas na legislação, de modo a permitir que a prática continuasse¹⁸⁹. A lesão aos cofres públicos era alta. Segundo um levantamento realizado pelo jornal, em apenas dois meses, somente de combustível, haviam sido gastos Cr\$ 25.125,00 cruzeiros, quase 7 vezes o maior salário mínimo regional da época¹⁹⁰.

Economia

A área econômica era outra fonte de reclamações intensas. A inflação e o custo de vida atormentavam diariamente a população. Segundo Lanna Júnior, o que marca as “décadas de 1950 e 1960 será a luta pela comida, e não a alegria de comer”¹⁹¹. No campo e nas cidades interioranas, a fome assolava. Como cantou Maria Bethânia, em *Carcará*, “em 1950, mais de dois milhões de nordestinos viviam fora de seus estados natais. 10% da população do Ceará emigrou. 13% do Piauí. 15% da Bahia. 17% de Alagoas”¹⁹². Essa multidão mudava-se para os grandes centros urbanos dos estados do sudeste e engrossavam o número de habitantes dessas cidades, aumentando a demanda e exigindo uma maior oferta de suprimentos¹⁹³. Devido aos conflitos entre distribuição e consumidores, o Estado passa a intervir, “impondo a sua participação no processo de distribuição de alimentos”¹⁹⁴.

O custo de vida aumentou vertiginosamente. Em 1956, o salário mínimo teve um reajuste de 70%, mas esse aumento não foi capaz de cobrir os preços dos alimentos, vestimenta, moradia

¹⁸⁸ ÚLTIMA HORA (1957). *Fala o Povo!*. Rio de Janeiro, 12 de março. Edição 02055.

¹⁸⁹ ÚLTIMA HORA (1957). *Fala o Povo!*. Rio de Janeiro, 30 de maio. Edição 02123.

¹⁹⁰ Nesse período, o Brasil era dividido por regiões salariais, cada qual possuindo um valor de salário mínimo próprio. O Rio de Janeiro detinha o maior valor nominal com Cr\$ 3.800,00 cruzeiros, seguido de São Paulo com Cr\$ 3.500,00 cruzeiros, de acordo com o decreto.<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-39604-a-14-julho-1956-519762-publicacaooriginal-1-pe.html>.

¹⁹¹ LANNA JÚNIOR, M. C. M. (1993). Abastecimento e instabilidade política no Brasil (1952 – 1962). *Dissertação de mestrado em História*. Niterói, RJ: Programa de Pós-Graduação em História, UFF. P. 11.

¹⁹² Intérprete: Maria Bethânia. *Carcará*. Compositores: João do Vale e José Cândido. 1964.

¹⁹³ LANNA JÚNIOR, M. C. M. (1993). *Op. Cit.*, p. 11.

¹⁹⁴ Idem, p. 10.

e outras necessidades¹⁹⁵. O que mais incomodava a população era o preço da comida. Um homem contraiu tuberculose e precisou ser internado. Recorreu ao seu IAP, o dos comerciários e encontrou todas as dificuldades as quais já abordamos anteriormente. Acabou por ser atendido em um hospital de caridade e curou-se. Sua pensão era de Cr\$ 1.600,00 cruzeiros, ou seja, 50% do salário mínimo regional da época, e o valor era utilizado para sustentar a si mesmo, sua esposa e três filhos. Como é de se imaginar, o baixo rendimento recebido, agravado pelo alto preço dos alimentos, faziam com que sua insegurança alimentar fosse severa. Devido a sua desnutrição, acabou por contrair a tuberculose novamente¹⁹⁶. A sensação de muitas pessoas era de que mesmo possuindo “dois empregos, passa fome, sem saber como poderá arranjar tempo para um terceiro emprego, a fim de equilibrar por mais um mês a despesa com a receita”¹⁹⁷. A carestia era uma questão crônica e a desvalorização da moeda achatava os salários e corroía o poder de compra dos trabalhadores, agravando ainda mais o problema¹⁹⁸. Em 1955, a inflação era de 16, 70%. Em 1959 atingiu 27, 20% e em 1961 chegou a 37, 10%¹⁹⁹.

Para Lanna Júnior, as crises de carestia do período eram causadas por (1) estagnação e oscilação na produção e (2) conflitos políticos na produção, distribuição e abastecimento²⁰⁰. Ações como a retenção de estoques para forçar a subida de preços e/ou fugir do tabelamento imposto pelo Governo eram comuns²⁰¹. A intervenção do Estado na distribuição dos produtos causava contendas com os comerciantes e produtores²⁰². O órgão estatal responsável pelo cumprimento das regras e que fazia a intermediação produtor/comerciante/consumidor era a COFAP (Comissão Federal de Abastecimentos e Preços). A criação da COFAP surge como tentativa de abrandar a “carestia provocada pela ação direta de intermediários”²⁰³.

¹⁹⁵ ÚLTIMA HORA (1957). *Fala o Povo!*. Rio de Janeiro, 18 de maio. Edição A1509.

¹⁹⁶ Ibidem.

¹⁹⁷ ÚLTIMA HORA (1957). *Fala o Povo!*. Rio de Janeiro, 16 de março. Edição 02059.

¹⁹⁸ LANNA JÚNIOR, M. C. M. (1993). *Op. Cit.*, pp. 37 e 38.

¹⁹⁹ MARTINS, B. M. (2015). Governo Juscelino Kubitschek: legado ou estrago? Uma análise sobre as finanças públicas. *Monografia de Especialização em Finanças Públicas*. Porto Alegre, RS: Programa Nacional de Formação em Administração Pública - PNAP/UFRGS.

²⁰⁰ LANNA JÚNIOR, M. C. M. (1993). *Op. Cit.*, p. 6.

²⁰¹ ÚLTIMA HORA (1957). *Fala o Povo!*. Rio de Janeiro, 16 de março. Edição 02059.

²⁰² LANNA JÚNIOR, M. C. M. (1993). *Op. Cit.*, p. 40.

²⁰³ Idem, p. 101.

A COFAP era uma autarquia vinculada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Sua organização era composta (1) pelo plenário, que deliberava sobre as decisões que seriam tomadas, como tabelamento de preços, compras, importações e vedação de exportações. Havia (2) a presidência – um cargo político aonde o titular era indicado pelo Ministro e (3) o corpo técnico-administrativo que executava as mais diferentes funções²⁰⁴. Como responsável pelas políticas públicas de abastecimento,

a COFAP praticou as três modalidades de intervenção prevista pela lei (...). (...) houve casos em que a intervenção restringia-se basicamente na comercialização, em outros, também prefixava-se os preços, e algumas vezes desapropriou-se bens e requisitou-se serviços. Esta lógica dependeu necessariamente da orientação dada pelos diferentes governos, e variou de alimento para alimento²⁰⁵.

A COFAP atuava (1) na compra, distribuição e venda de gêneros alimentícios. Por meio de licitações, e intermediado pelo Banco do Brasil, ela comprava diretamente dos produtores, industriais e comerciantes. Além disso, importava produtos do exterior. Após a compra, os alimentos eram repartidos entre as unidades federativas, através das COAPs (Comissões de Abastecimento e Preços Estaduais) e, então, revendidas à população. A COFAP também distribuía alimentos para outras repartições públicas como ministérios, universidades e hospitais²⁰⁶. Em alguns momentos, a COFAP (2) proibia as exportações e também obrigava o armazenamento de partes dos produtos²⁰⁷. Existia (3) o controle de preços que “restringia-se apenas ao comércio, para o qual, determinava-se preços máximos para a revenda”²⁰⁸. Realizavam-se (4) fiscalizações nos estabelecimentos para verificar se existia o cumprimento das regras, adulteração de produtos e desrespeito a tabela de preços²⁰⁹. Lanna Júnior afirma que “é inegável que o efeito de coagir os comerciantes existia”²¹⁰. Apesar de todo o seu poder e

²⁰⁴ Idem, pp. 102 – 105.

²⁰⁵ Idem, p. 109.

²⁰⁶ Idem, pp. 109 – 117.

²⁰⁷ Idem, pp. 118 – 122.

²⁰⁸ Idem, p. 122.

²⁰⁹ Idem, p. 137 – 142.

²¹⁰ Idem, p. 137.

estrutura, a COFAP não foi capaz de dar solução ao encarecimento do custo de vida e era alvo constante de protestos da população²¹¹.

Saúde Pública

Em 2020, o mundo foi surpreendido pela pandemia do coronavírus Sars-cov-2, causador da COVID-19. A desastrosa condução da pandemia, do pseudo fechamento e isolamento feitos, a pequena ajuda financeira dada (depois de muitas lutas no Legislativo e contrariando a vontade inicial do Executivo) que impediu as pessoas de fazerem um real e eficaz isolamento e precisarem sair de suas casas em busca do sustento, somado ao negacionismo da gestão Jair Bolsonaro e, como apontam pesquisadores, a tentativa dolosa do próprio presidente em estimular a propagação da infecção no país, resultaram em uma tragédia, um massacre, que conta com mais de 700 mil mortos oficiais²¹². Não obstante, esta não foi a primeira vez que o negacionismo mostrou sua terrível face para os brasileiros, especialmente os mais carentes.

Em 1918, a gripe espanhola embarcou no navio Demerara, partiu da Europa e atracou no Brasil. Primeiro no Recife, seguindo para Salvador e, por fim, na Capital Federal, o Rio de Janeiro. Do Rio espalhou-se através das ferrovias para São Paulo e Belo Horizonte²¹³. Ao chegar no país, a espanhola encontrou uma jovem República recém instaurada, em processo de consolidação, e um regime republicano que “não construiu uma política consistente na área de saúde, muito menos uma agenda de saúde pública permanente voltada para a população pobre, urbana e rural”²¹⁴. Ao chegar no Rio, a gripe encontrou uma cidade de braços abertos para recebê-la.

Apesar dos rumores sobre uma desconhecida doença, o inspetor sanitário do porto do Rio, Jaime Silvado, permitiu o desembarque de passageiros do Demerara na cidade. Destes, 367 já estavam infectados e demonstrando sintomas da doença²¹⁵. A precariedade na área da saúde na

²¹¹ ÚLTIMA HORA (1956). *Fala o Povo!*. Rio de Janeiro, 23 de julho. Edição 01560; ÚLTIMA HORA (1957). *Fala o Povo!*. Rio de Janeiro, 15 de março. Edição 02058.

²¹² Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-21/pesquisa-revela-que-bolsonaro-executou-uma-estrategia-institucional-de-propagacao-do-virus.html>. Acessado em 22 de dezembro de 2022, às 22h.

²¹³ SCHWARCZ, L. M. & STARLING, H. M. (2020). *A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.

²¹⁴ Idem, p. 19.

²¹⁵ Idem, p. 122.

cidade, como a falta de hospitais, médicos, enfermeiros, equipamentos e medicamentos, potencializaram o problema²¹⁶. Entretanto, “ao governo pareceu melhor diminuir perante a opinião pública o caráter de urgência e o poder de letalidade da espanhola”²¹⁷. As primeiras ações do governo federal só começaram a ser tomadas 15 dias depois da chegada da doença na capital²¹⁸. Para o diretor-geral da Saúde Pública, algo como o Ministro da Saúde da época, “a gripe espanhola era contagiosa, mas não suscetível a ações preventivas mais gerais, por exemplo, o isolamento”²¹⁹. Já havia se passado um mês - com pilhas de corpos pelas ruas, 600 mil infectados, 930 mortos num único dia – e ainda se discutia entre as autoridades se a gripe era “moléstia” ou “simples resfriado”²²⁰.

Quase quarenta anos depois, em 1957, outra gripe que ficou conhecida como asiática, assolou o Rio de Janeiro, e a reação das autoridades – e até mesmo de especialistas - não foi muito diferente da vez anterior. A gripe asiática era causada pelo vírus H2N2, descoberto inicialmente em Singapura. Durante os surtos, a asiática deixou um rastro de 1 a 3 milhões de pessoas no mundo, e no Brasil, não há registro de números oficiais. Os infectados pela gripe eram compostos, em sua maioria, de crianças, adolescentes e jovens adultos²²¹.

As movimentações da imprensa brasileira começaram em maio, cerca de 4 meses antes do diagnóstico do primeiro caso no Brasil, em setembro de 1957. A OMS (Organização Mundial da Saúde) já alertava sobre os riscos de propagação da doença. A Ásia, Europa, e EUA vinham registrando uma explosão de casos antes de a gripe adentrar o solo brasileiro²²². De início, a possibilidade de chegada da gripe asiática aqui foi negada²²³. O medo e a memória coletiva recente sobre a gripe espanhola de 1918 fez com que jornais e jornalistas ficassem agitados e receosos com uma possível repetição do flagelo que foi a pandemia do início do século XX²²⁴.

²¹⁶ Idem, p. 123.

²¹⁷ Ibidem.

²¹⁸ Idem, p. 134.

²¹⁹ Ibidem.

²²⁰ Idem, pp. 126, 131, 135, 143.

²²¹ HOCHMAN, G. (2021). “A gripe asiática vem aí!”: crônica de uma pandemia antes de sua chegada (Brasil, 1957). *Revista Ciencias de la Salud*. 19 (Especial). Bogotá, Colômbia. P. 3.

²²² Idem, p. 4.

²²³ Idem, p. 6.

²²⁴ Idem, p. 4.

Os jornais diários e seus jornalistas, fotógrafos e colunistas eram atores sociais e políticos que politizavam a epidemia por meio da avaliação e de críticas da atuação dos governos locais e federal (...). (...) a imprensa participou do enquadramento não apenas no debate político e sanitário, mas da própria pandemia²²⁵.

As autoridades, como o Diretor-Geral de Higiene da capital e o diretor do Departamento Nacional de Saúde “descartaram a chegada da gripe asiática no Brasil. ‘Não nos atingirá’, diziam”²²⁶.

Henrique Penido, superintendente de uma autarquia do Ministério da Saúde, considerava a fiscalização de portos, aeroportos e fronteiras insuficiente²²⁷. Havia uma discussão entre especialistas e autoridades políticas com respeito a gravidade da doença. Muitos a entendiam como sendo menos letal do que a gripe espanhola. Todavia, os serviços de saúde desorganizados - sem um sistema central que os coordenasse e integrasse, as complicações que poderiam advir do percurso natural da doença, a falta de condições sanitárias em grande parte da cidade e do país, mais as condições precárias de vida da população no geral, potencializavam os efeitos da gripe asiática²²⁸. Na região da Zona Norte, área com pouca infraestrutura, a epidemia grassava. Os leitores do jornal denunciavam que “a maioria das ruas e dos bairros vivem entregues à própria sorte! Lixo acumulado nas calçadas, dias, semanas seguidas... Terrenos baldios entulhados de sujeira... Urubus por todos os cantos (...). Animais mortos junto aos meios-fios”²²⁹. Além disso, os cariocas eram obrigados pelas circunstâncias a se aglomerarem: “filas imensas de gente catando água de um biquinha pública, de onde, muitas vezes, nem um pingo cai”²³⁰ e dentro dos transportes “viajam, espremidos e humilhados nos trens, ou então sacolejados e mal podendo respirar dentro dos ônibus e lotações”²³¹. Espaços com pouca ventilação e muitas pessoas reunidas se tornavam um local ideal para a propagação do vírus. Os trabalhadores se infectavam no trajeto em busca do seu sustento e ao retornar para os seus lares, levavam consigo o vírus e o transmitiam para a sua família.

²²⁵ Idem, p. 5.

²²⁶ Idem, p. 6.

²²⁷ Idem, p. 7.

²²⁸ Idem, pp. 8, 9.

²²⁹ ÚLTIMA HORA (1957). *Fala o Povo!*. Rio de Janeiro, 03 de outubro. Edição 02228.

²³⁰ Ibidem.

²³¹ Ibidem.

Depois de muita pressão, o governo federal solicitou a abertura de um crédito suplementar para que esse dinheiro fosse utilizado no combate a doença. No entanto, “os membros do Tribunal de Contas da União recusaram registro de uma verba de três milhões de cruzeiros para o Ministério da Saúde evitar a entrada da ‘asiática’ no País, alegando que a gripe em questão não representava ‘calamidade pública’ (...)”²³². A FIOCRUZ (Fundação Oswaldo Cruz) estava sem insumos para a produção de vacinas, sem mão de obra e sem dinheiro²³³. As escolas estavam tendo surtos entre os estudantes e as aulas não eram suspensas²³⁴.

2.2 Quem é o povo que fala?

No subtítulo precedente, procuramos nos focar mais em alguns assuntos que afligiam os cariocas. Agora procuraremos entender quem eram essas pessoas que viam nas publicações da coluna *Fala o Povo!* um local de oportunidade para exporem suas indagações. Através de uma observação qualitativa da documentação, e como já é possível perceber no desenrolar deste capítulo, a maior parte das reclamações expostas na coluna vieram ou se referiam as camadas populares, formada por trabalhadores e trabalhadoras pobres.

Trabalhadoras e trabalhadores

Ao reunirmos a documentação, podemos apontar que parte da classe da trabalhadora que aparece nas páginas do jornal sofria, ao menos, três situações: salários baixíssimos, desrespeito às leis trabalhistas e - para aqueles que chegavam a aposentadoria - a falta de cobertura social na velhice. Os trabalhadores da Central do Brasil, por exemplo, precisavam fazer malabarismos com o seu salário para poderem sobreviver. Os maquinistas não recebiam reajuste salarial já havia quatro anos. O último aumento aprovado aconteceu em 1953²³⁵ e até 1957, o custo de vida só aumentava. Além disso, dada a natureza do da função exercida, os trabalhadores enfrentavam jornadas estafantes, aonde trabalhavam “dia e noite. Não tem domingo nem feriado, como não tem dia santo, nem facultativo”²³⁶. O alto preço das passagens, que frequentemente sofriam

²³² ÚLTIMA HORA (1957). *Fala o Povo!*. Rio de Janeiro, 25 de julho. Edição 02168.

²³³ HOCHMAN, G. (2021). *Op. Cit.*, p. 11.

²³⁴ ÚLTIMA HORA (1957). *Fala o Povo!*. Rio de Janeiro, 10 de outubro. Edição 02234.

²³⁵ ÚLTIMA HORA (1957). *Fala o Povo!*. Rio de Janeiro, 07 de outubro. Edição 02231.

²³⁶ Idem.

reajustes²³⁷, não era convertido em melhores salários ou condições dignas de trabalho. Esse montante se convertia em lucro que era abocanhado pelos patrões²³⁸.

Os trabalhadores da segurança passavam por situação semelhante, pois “em sua maioria ganham Cr\$ 3.800,00 a Cr\$ 4.000,00 cruzeiros”, ou seja, um salário mínimo regional ou um pouco mais do que isso²³⁹. As condições de subsistência não eram fáceis. Em um período aonde a mentalidade fortemente patriarcal da época incutia nos homens que eles deveriam ser os provedores da família, aumentando mais ainda a pressão psicológica sobre esses trabalhadores. Com o que recebiam “nem um rapaz solteiro, morando com papai e mamãe, pode viver com essa miséria, quanto mais homens casados com esposa e filhos pra sustentar”²⁴⁰. O almoço – se é que pode ser assim chamado – era extremamente simples, pouco nutritivo, que não dava sustância para uma pessoa suportar um dia inteiro de trabalho intenso: “passem, por exemplo, na hora do almoço, pelas padarias e cafés do centro da cidade, para ver como a maioria do povo, que trabalha se ‘alimenta’. É comendo um ou dois pãezinhos doces, em pé, ou tomando uma média com pão (...)”²⁴¹.

Tendo em vista os baixos ordenados que recebiam, muitos trabalhadores procuravam formas alternativas de aumentar seus rendimentos. “Muita gente vende, semanalmente, o próprio sangue, a fim de poder levar um pouco de dinheiro pra casa e garantir, assim, o jantar (...)”²⁴². A condição física desses “doadores” era lastimável, tendo estampado no corpo as privações pelo qual passavam, “filas enormes de gente que mais parece cadáver, em pé, de tão pálida e desnutrida”²⁴³. Transcreveremos, a seguir, um relato das condições de um jovem trabalhador:

Há dias, por exemplo, um rapaz que trabalha e que estuda à noite, enfrentando situação desesperada por causa de dinheiro (porque o salário mínimo que recebe, dando duro o dia inteiro, não chega nem para uma semana), foi ao ‘Banco de Sangue Rio de Janeiro’, (...). Esperou muito tempo porque a fila dos que iam vender sangue era enorme. Tudo gente magra e pálida de meter dó. Eram oito horas. Cansado de esperar e desesperado, perguntou ao dono do negócio, um estrangeiro, se ia demorar muito. E o honrado cidadão: “Ah! O senhoire só bai sere

²³⁷ ÚLTIMA HORA (1959). *Fala o Povo!*. Rio de Janeiro, 03 de março. Edição 02658.

²³⁸ ÚLTIMA HORA (1959). *Fala o Povo!*. Rio de Janeiro, 04 de março. Edição 02659.

²³⁹ ÚLTIMA HORA (1957). *Fala o Povo!*. Rio de Janeiro, 13 de maio. Edição 02108.

²⁴⁰ Idem.

²⁴¹ ÚLTIMA HORA (1957). *Fala o Povo!*. Rio de Janeiro, 25 de outubro. Edição 02247.

²⁴² Idem.

²⁴³ Idem.

atendido lá pras doze horas... (sic)” Então, o rapaz perguntou quanto o banco pagava. E o respeitável homem: “Bain... o senhore deixa 500 gramas de sangue e leba 200 cruzairos de gratificaçon... (sic)” (...) Menos de 50 centavos a grama de sangue (...).

Se o suor do seu rosto – sua força de trabalho – não era valorizado, seu sangue também não seria.

No dia a dia, muitos trabalhadores e trabalhadoras estavam expostos a diferentes tipos de assédio e violação dos seus direitos. Eram frequentes a ocorrência desses crimes graças a prevaricação de servidores públicos que deveriam fiscalizar o cumprimento da lei. Até mesmo, quando analisamos quem eram esses servidores que prevaricavam, é possível descobrir que muitos estavam exercendo aquela função devido ao nepotismo instalado na Administração Pública. Como denunciou o jornal, as fiscalizações não eram realizadas visto que “há um verdadeiro exército de filhinhos de papai, ocupando essa importante função”²⁴⁴. Dessa forma, com a falta de fiscalização e a conivência dos fiscais, “a exploração anda por muitas fábricas, onde milhares de operários até sem carteira trabalham”²⁴⁵.

Aproveitando-se desta situação, muitos empregadores exploravam seus funcionários até a exaustão. Como denuncia um trabalhador que escreveu para a redação do jornal, ele era empregado de uma empresa de transportes e lá os funcionários mais novos “são obrigados a trabalhar dia e meio (...). No fim de onze meses, os motoristas novos são dispensados, sem direito ao aviso prévio”²⁴⁶, numa manobra que buscava burlar ainda mais a legislação e, a nosso ver, negar um direito básico que é o das férias remuneradas, a qual os trabalhadores só passam ter direito a gozar após doze meses de trabalho. E tendo em vista as condições de vida em que se encontravam e a necessidade de garantir o seu sustento, acabavam por sujeitar-se a essas condições, chegando até mesmo a “trabalhar doze horas, ou mais, e quase sempre sem registro”²⁴⁷.

Continuando a sua denúncia, o trabalhador afirma que os funcionários mais antigos não possuíam uma estrutura digna de trabalho para poderem exercer as suas funções. As condições eram tão precárias que eles colocavam a própria vida em risco e a de outros, conduzindo, por exemplo, carros sem manutenção e sem freios²⁴⁸. Caso os funcionários protestassem, se tornavam

²⁴⁴ ÚLTIMA HORA (1957). *Fala o Povo!*. Rio de Janeiro, 11 de julho. Edição 02157.

²⁴⁵ Idem.

²⁴⁶ Idem.

²⁴⁷ Idem.

²⁴⁸ Idem.

alvos de assédio e humilhações, com o objetivo de lhes fazer esmorecer e, até mesmo, pedir demissão, deixando para trás todos os seus direitos trabalhistas garantidos por lei e isentar a empresa de arcar com o ônus da demissão²⁴⁹. Em outros locais, como o Ministério da Agricultura, os servidores aguardavam promoções e aumentos já havia um ano. No Ministério do Trabalho, os servidores ali alocados, não receberam seu salário, pois o caixa do ministério estava vazio²⁵⁰. Situação semelhante foi enfrentada anteriormente pelos funcionários da campanha nacional de combate a tuberculose, que chegaram a ficar dois meses sem seus vencimentos²⁵¹.

Na Intendência de Guerra trabalhavam por volta de 150 costureiras. Entretanto, para um dia inteiro de trabalho, o salário pago no final do mês era de Cr\$ 3.500,00 cruzeiros, valor abaixo do salário mínimo regional. Tendo em vista essa condição, as costureiras reuniram-se com o seu superior para exigir a correção do valor salarial recebido. Como resposta, o superior lhes comunicou: “Não tenho dinheiro. Mas mesmo que tivesse, não pagaria mais do que pago”²⁵². Diante da negativa, as trabalhadoras enviaram um comunicado ao Ministro da Guerra, que lhes atendeu.

Pobres

A crise habitacional na cidade do Rio de Janeiro é um problema profundo, conforme demonstra Alberto Gawryszewski²⁵³. O Estado era encarado “como o grande responsável (...) por ser proprietário, financiador, investidor, concessor, normalizador, legislador e fiscalizador”²⁵⁴. No entanto, como o autor aponta, a omissão do Estado em cumprir o seu papel permitia que situações de brutalidade, como a construção desenfreada de imóveis visando a especulação, locações que não obedeciam a lei do inquilinato, altos preços que pesavam no orçamento das famílias²⁵⁵ e empurravam essas pessoas para as ruas ou morar em barracos e favelas acontecessem continuamente.

²⁴⁹ Idem.

²⁵⁰ ÚLTIMA HORA (1959). *Fala o Povo!*. Rio de Janeiro, 05 de março. Edição 02660.

²⁵¹ ÚLTIMA HORA (1957). *Fala o Povo!*. Rio de Janeiro, 11 de março. Edição 02054.

²⁵² ÚLTIMA HORA (1957). *Fala o Povo!*. Rio de Janeiro, 30 de maio. Edição 02123.

²⁵³ GAWRYSZEWski, A. (2012). *Agonia de Morar – Urbanização e Habitação na cidade do Rio de Janeiro, DF – 1945 a 1950*. Londrina: EdUel. P. 11.

²⁵⁴ Ibidem.

²⁵⁵ Idem, p. 185.

É possível observar na documentação a visão que se tinha sobre os moradores de favelas e como eles eram retratados nos jornais. O autoritarismo da sociedade brasileira e a criminalização da pobreza emergem de forma translúcida nas páginas do periódico. Adela Cortina trás a luz um tipo específico de preconceito: a aporofobia²⁵⁶. Ao analisar as recentes e massivas ondas migratórias para a Europa, Adela traça um comparativo entre dois grupos de estrangeiros. Segundo a autora, o primeiro grupo, formado por turistas, que hospedam-se em hotéis, consomem em restaurantes, compram em lojas, enfim, injetam dinheiro na economia do país, são muito bem recebidos e acolhidos. Entretanto, quando mudamos o foco para os refugiados e imigrantes pobres, Cortina adverte: “*É outro tipo de estrangeiro* [grifo da autora]”²⁵⁷. Desta maneira, para ela, o que fará diferença em como serão tratados e valorizados será com base no seu poder aquisitivo, se são pobres ou não. Desse modo,

A aporofobia, o desprezo pelo pobre, o rechaço a quem não pode utilizar nada em troca, ou, ao menos, parece não poder. E por isso é excluído de um mundo construído sobre o contrato político, econômico ou social desse mundo de dar e receber, no qual só podem entrar os que parecem ter algo de interessante para dar em retorno²⁵⁸.

Com isto em mente, quando levados em consideração os censos de 1948 e 1950, é possível observar que 60% da população que morava em favelas era de imigrantes que fugiam da fome e da miséria e iam para a capital federal em busca de condições melhores de vida²⁵⁹. De toda a população que morava em favela, os mesmos censos apontam que 50% era composta por mulheres, aonde grande parte “trabalhavam como lavadeiras para ajudar no sustento da casa, algumas assumindo o papel de chefes da família”²⁶⁰.

Na região do Leme, os moradores se incomodaram “com o crescimento de uma favela nas proximidades”²⁶¹. Na Ilha do Governador, a prefeitura havia feito um loteamento de terrenos na região do Jardim Guanabara. Entretanto, os terrenos continuavam lá sem que alguma obra se iniciasse, aparentemente, aguardando a valorização imobiliária com a especulação. Com a entrada de pessoas e construção de barracos, o tom do jornal e das reclamações se tornaram mais

²⁵⁶ CORTINA, A. (2020). *Aporofobia, a aversão ao pobre: Um desafio para a democracia*. São Paulo, SP: Editora Contracorrente.

²⁵⁷ Idem, p. 16.

²⁵⁸ Idem, pp. 18, 19.

²⁵⁹ GAWRYSZEWSKI, A. (2012). *Op. Cit.*, p. 195.

²⁶⁰ Idem, p. 197.

²⁶¹ ÚLTIMA HORA (1959). *Fala o Povo!* Rio de Janeiro, 07 de março. Edição 02662.

agressivas. Segundo o periódico, “malandros chegam e vão construindo (...) verdadeiras favelas! Barracos dos mais sórdidos em terreno alheio! (...)”²⁶². O que mais incomodava, segundo a reportagem, não eram as condições paupérrimas e de desalento em que aquelas pessoas se encontravam ou a especulação financeira e suas consequências, mas sim a estética e como seriam vistos aqueles que exigissem a demolição dos barracos: “Se os proprietários exigirem a demolição dos barracos pra construir suas residências, já sabe: são monstros!”²⁶³. As movimentações e campanhas que faziam eram pela expulsão dessas pessoas.

Em outras reportagens vemos o discurso de criminalização da pobreza. Através do vocabulário utilizado, percebemos a relação que é feita entre pobreza e violência: “Num terreno baldio da Avenida Presidente Vargas, 1954: (...) criminosos da pior espécie estão fazendo daquilo sua colônia de férias! Até barracão estão construindo! Todo mundo vendo a favelinha em formação e os criminosos!”²⁶⁴. Um outro grupo, o das prostitutas, também era tratado de forma brutal. Em meio a campanha de moralidade da época, encampada pela polícia para separar as assim chamadas mulheres de família e decentes daquelas consideradas depravadas, muitas eram recolhidas pelas ruas da cidade, presas e amontoadas nas celas, sem nem mesmo terem uma acusação formal ou mandado de prisão²⁶⁵. Lá elas eram agredidas com extrema violência física, tinham seus direitos repetidamente violados e, até mesmo, procuravam de forma desesperada no suicídio um meio de livramento²⁶⁶.

Quanto mais marginalizados e pobres essas pessoas fossem, mais sentiam o peso da violência e da injustiça. Ainda assim, sua consciência política era aguçada, demonstrando a percepção do que acontecia no mundo ao seu redor. Certo homem pobre, que havia sido preso, escreveu uma carta publicada na íntegra pelo jornal e nela ele relatava sua condição e seu protesto contra as injustiças que passava. É bem provável que a carta tenha sofrido alterações de escrita e de estilo pela redação do jornal ou tenha sido ditada oralmente e assentada por escrito por uma terceira pessoa, não obstante, seu conteúdo ainda é importante, pois reproduz a

²⁶² ÚLTIMA HORA (1957). *Fala o Povo!* Rio de Janeiro, 11 de março. Edição 02159.

²⁶³ Ibidem.

²⁶⁴ ÚLTIMA HORA (1957). *Fala o Povo!* Rio de Janeiro, 08 de maio. Edição 02104.

²⁶⁵ ÚLTIMA HORA (1956). *Fala o Povo!* Rio de Janeiro, 13 de outubro. Edição 01930.

²⁶⁶ DA COSTA, R. G. (2022). Luta nas ruas: prostitutas, direitos e repressão no Rio de Janeiro dos “Anos Dourados” (1956-1959). *Revista de História da UEG*. 11(2). e122202. Disponível em: <https://doi.org/10.31668/revistaueg.v11i2.12499>

sociedade da época e, ironicamente, parece ter sido escrita nos dias atuais. “Sr. Redator, sou ladrão de galinhas.”²⁶⁷ Assim começa a carta. De início, pareceu-nos que era apenas um trocadilho com a expressão popular, porém, ele continua o seu relato com riqueza de detalhes:

Certa noite, nada tendo para levar pra casa e estando com esposa e filhos passando fome, entrei no galinheiro de uma casa (ilegível). Um diabo de cachorro não foi com a minha cara. Latiu. Veio um vigia. Deu tiro para o ar. Fez alarido. Chamou a RP. Eu fui preso e condenado. E estou cumprindo pena, no presídio. Até há pouco tempo, sofria resignadamente, pensando: ‘roubar galinha é mesmo muito feio’, porque embora o fizesse com o fim de matar a fome de meus filhos e de minha querida esposa, reconhecia que agira mal e merecia mesmo a prisão (...)

Aparentemente, seu senso de justiça avaliava como correta a punição que recebeu. Mesmo sendo pobre e, empurrado para tal situação devido a miséria que ele e os seus viviam, aceitou o cumprimento da lei. Não obstante, ele faz reflexões sobre a sua realidade e o tratamento que lhe fora dado com a realidade de outros mais poderosos e o bom tratamento que usufruíam. Ele continua:

Mas acontece, Sr. Redator, que, soube, há pouco, do roubo de aviões por dois oficiais graduados, que tinham, muito mais do que eu, um pobre diabo, à obrigação de saber que roubar é proibido pelo Código Penal. E acontece que ainda não haviam sido julgados e já o líder da maioria, na Câmara dos Deputados, solicitava anistia ampla para os mesmos. Ora, depois disso, estive pensando muito e cheguei á seguinte conclusão: o prejuízo que eu não cheguei a dar, seria (se roubasse as galinhas) de algumas centenas de cruzeiros ao passo que os causados à Nação pelos que roubaram aviões subiu à casa dos 200 milhões de cruzeiros (...) e já vão ser anistiados (...) por que eu, um mísero ladrão de galinhas não mereço uma anistia, hein?

Tal qual Menocchio²⁶⁸, que de sua cultura, seu meio e suas vivências se pôs a refletir sua realidade, o originador desta carta reflete sobre a impunidade dos mais poderosos e a morosidade cúmplice da Justiça para eles, enquanto que para o seu caso, a velocidade da Justiça se fez conhecer rapidamente. Dois pesos e duas medidas. Ele ainda fala sobre as condições políticas da época:

(...) soube de um almirante, que vinha pregando abertamente contra as instituições, contra o próprio Presidente da República. E que aconteceu? Está preso, num apartamento de luxo, por

²⁶⁷ ÚLTIMA HORA (1956). *Fala o Povo!* Rio de Janeiro, 15 de março. Edição 01453.

²⁶⁸ GINZBURG, C. (2006). *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.

dez dias, apenas, depois de devidamente promovido ao mais alto posto da Armada! (E também, com certeza, daqui mais um pouco, será condecorado.)

Da sua maneira, esse cidadão percebia o golpismo que rondava a democracia instituída pela constituição de 1946. Suas palavras deixam transparecer a compreensão do perigo que as instituições democráticas corriam, sendo atacadas por membros da alta patente das Forças Armadas e como esses indivíduos golpistas eram tratados com displicência. Por fim, ele conclui, fazendo um questionamento: “(...) é justo que eu, um simples ladrão de galinha, que tentei roubar pra matar a fome dos meus (mas acabei não roubando coisa nenhuma) é justo que os ladrões de galinha também não mereçam uma anistiazinha?”. A Justiça também pode ser injusta.

2.3 Considerações Finais

Neste capítulo nos propusemos a observar a percepção da população sobre as sua própria condição de vida e a quem responsabilizavam. Foi-nos possível encontrar a dilapidação de todos os meios básicos de sobrevivência dessas pessoas, de acordo com o conceito de espoliação urbana de Lúcio Kowarick, já anteriormente apontado. Essas pessoas eram não apenas exploradas nos seus locais de trabalho, condução inerente ao sistema capitalista no qual estavam inseridas, mas também tinham o acesso aos mais diversos serviços públicos negados. Cabe destacar a ausência do Estado em cumprir com suas obrigações, nas mais diferentes esferas, seja na provisão, na garantia, na manutenção ou na fiscalização.

UM CALDEIRÃO DE CIDADANIA: A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO RIO DE JANEIRO DOS “ANOS DOURADOS”

O Rio, para JK, não conta (...). A prova é que sua excelência, que tanto se mata na construção de Brasília, até hoje não foi capaz de tomar a peito a tarefa de solucionar vergonhoso da Capital, como falta d'água, as enchentes, a miséria do povo (...)²⁶⁹.

A política é parte fundamental da vida em sociedade. Por política não nos referimos aos partidos e aparatos burocráticos, mas antes a ação na polis, na cidade, no cotidiano. A política é feita de “indivíduos que interagem, manobram, dissimulam, traçam estratégias, cooperam e muito mais, a medida que buscam alcançar seus objetivos, qualquer que estes sejam, dentro da vida em grupo” [tradução livre]²⁷⁰. Pela diversidade de pessoas que a constitui, pela pluralidade de ideias que circulam em suas ruas, “a cidade é um espaço politizador”²⁷¹ e a cidade do Rio de Janeiro, como centro do país por séculos, possui diversos levantes em seu currículo com diferentes formas de demonstrar a insatisfação: desde atear fogo em alambiques até o quebra-quebra nas ruas²⁷², e

²⁶⁹ ULTIMA HORA (1959) Fala o povo na última hora – o homem tem razão. Rio de Janeiro, 25 de maio. Edição 2729.

²⁷⁰ “Consiste en individuos que interactúan, maniobran, disimulan, siguen estrategias, cooperan y mucho más, en la medida que buscan lograr sus metas, cualesquiera que éstas sean, dentro de la vida en grupo” – original. SERRA, G. (2016). Prólogo: La elección racional para analizar la política en el mundo de habla hispana. In: K. A. SHEPSLE, *Análisis de la política - comportamiento, instituciones y racionalidad*. Cidade do México, México: Editora CIDE. P. 38.

²⁷¹ AZEVEDO, A. (2002). *Op. Cit.* P. 9.

²⁷² Revoltas sempre fizeram parte da história do Rio de Janeiro. Podemos citar a Revolta da Cachaça que dentre outras coisas levantou-se contra o aumento considerado abusivo de impostos pelo Governador da Capitania, a Revolta do Vintém contra o aumento do preço dos bondes no período imperial e a Revolta da Vacina contra a truculência da vacinação obrigatória, já no período republicano. Cf. CAETANO, A. F. (2009). Entre a sombra e o sol. A revolta da Cachaça e a crise política fluminense (Rio de Janeiro, 1640-1667). Maceió: Ed. Gráfica; JESUS, R. P. (2006) A Revolta do Vintém e a crise da monarquia. *Revista História Social*. Campinas, SP: Unicamp. Nº12; BENCHIMOL, J. L. (2014). Reforma Urbana e revolta da vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: J. FERREIRA, & L. A. DELGADO, *O Brasil Republicano - o tempo do liberalismo excludente*. (7ª ed., Vol. 1). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.

seu histórico de contestadora também se fez presente na segunda metade do século da década de 1950. As camadas populares se utilizam de diversos métodos para demonstrar as insatisfações quando estas surgem. Nesse capítulo analisaremos a participação social da sociedade carioca expressa de três maneiras: (1) pelos protestos e associação de moradores, (2) pelas cartas e a imprensa como mediadora política e (3) pelos debates públicos e contactos com o Estado e seus representantes.

3.1 Participação Social: motivações

Júlia Del Carmén Carapia define participação social como “o processo de envolvimento dos indivíduos no compromisso, na responsabilidade e na tomada de decisões para o alcance de objetivos (...). É uma interação (...) na dinâmica que se estabelece entre a sociedade e o Estado” [tradução livre]²⁷³, o que significa que além de utilizar os meios institucionais, a população busca se relacionar com o Estado de maneiras que passam ao largo das formas institucionais estabelecidas. Construindo suas próprias formas de luta, a sociedade visa encarar os problemas que a assolam e exigem respostas das autoridades para as suas necessidades²⁷⁴. A participação social é uma ação cotidiana, militante, sendo necessária uma organização dos envolvidos²⁷⁵. Manifestar seu descontentamento contra as estruturas de poder influenciam a maneira como a sociedade se organiza e reorganiza²⁷⁶. A participação social pode ser exercida por meio das negociações bem como pelos conflitos e envolve tarefas, ações, tempo e trabalho. Ela “procura e cria espaços e procedimentos político-sociais para expressar (...) necessidades específicas, os

²⁷³ “El proceso de involucramiento de los individuos em el compromiso, la responsabilidad y la toma de decisiones para el logro de objetivos (...) una interacción (...) en la dinámica que se establece entre la sociedad y el Estado.” – original. CHAVÉZ CARAPIA, J. D. (2006). *La participación social: retos y perspectivas*. Cidade do México, DF, México: Plaza y Valdés. P. 11.

²⁷⁴ Ibidem.

²⁷⁵ VIEIRA, I. S. (2020). Participação social no Rio de Janeiro: uma análise do relacionamento entre Estado e sociedade civil durante as primeiras décadas do século XX. *Dissertação de mestrado em Ciência Política*. São Paulo, SP: FFLCH/USP. P. 20.

²⁷⁶ CHAVÉZ CARAPIA, J. D. (2006). *Op. Cit.* P. 10.

direitos de grupos e comunidades, (...) *o bem-estar social, o direito a qualidade de vida, (...) e etc* [grifo nosso]”²⁷⁷.

Baseados no trabalho de Ivan Vieira conseguimos identificar algumas condições para o exercício da participação social no período estudado. O primeiro diz respeito ao ambiente democrático gozado. Temos também a constituição democrática de 1946 que, em seu artigo 141, estabeleceu no ordenamento jurídico brasileiro a livre manifestação do pensamento, a liberdade de associação e a possibilidade de peticionar ao poder público²⁷⁸. Tais condições favoreceram a liberdade de imprensa, seu uso como ferramenta reivindicatória e também o estabelecimento de organizações com legitimidade para demandar ações do Governo. Segundo Vieira, e dialogando com Carmen Carapia, percebemos que a participação social tende a ser mais inclusiva visto que, enquanto a participação por dentro do sistema pode possuir pré-requisitos para o seu exercício - o que acaba por se tornar uma barreira, a participação social é feita de forma ativista por meio de discussões, opiniões, discursos, petições, protestos e etc²⁷⁹. Ela coloca o fazer político nas mãos de um grande número da população, que de outra forma muito provavelmente estariam excluídos de toda essa dinâmica.

E o que pode fazer essas pessoas levantarem-se para demonstrar suas insatisfações? Os trabalhos de Moore Jr e James Jasper podem iluminar algumas perspectivas de análise e nos ajudar a compreender melhor. Para Moore, o sentimento de injustiça é o combustível para a revolta. Segundo o autor, quando uma regra em si é considerada errada ou quando uma regra legitimamente aceita é violada, as partes prejudicadas tendem a irar-se como consequência²⁸⁰. Moore aponta que certas necessidades são consideradas básicas para a manutenção da vida, como por exemplo, a alimentação, água e o abrigo. Para ele, diante das privações físicas, as questões psíquicas se tornam o gatilho para a contestação, ainda mais se houver “a ausência de respostas humanas favoráveis”, haja vista que “a incapacidade para atender a essas necessidades causará sofrimento a qualquer ser humano”²⁸¹.

²⁷⁷ “Busca y desarrolla espacios y procedimientos político-sociales para expresar (...) necesidades específicas, los derechos de los grupos y comunidades, (...) el bienestar social, el derecho a la calidad de vida, (...) etcétera.” – original. Idem.

²⁷⁸ BRASIL (1946). *Op. Cit.*

²⁷⁹ VIEIRA, I. S. (2020). *Op. Cit.* P. 46; CHAVÉZ CARAPIA, J. D. (2006). *Op. Cit.*

²⁸⁰ MOORE JR, B. (1987). *Injustiça - As bases sociais da obediência e da revolta.* (J. R. FILHO, Trad.) São Paulo, SP: Brasiliense. P. 21.

²⁸¹ Idem, pp. 23, 24.

Moore Jr afirma que a vida em sociedade garante a sobrevivência do homem, contudo esse agrupamento de indivíduos gera problemas. Governante e governados possuem obrigações mútuas, um dever moral de cumprir o que é acordado e, quando uma parte não cumpre a sua obrigação, isso acaba por fundamentar que a outra parte cobre o cumprimento dela²⁸². Ele entende que o governante deve garantir a segurança aos suportes necessários para a vida cotidiana, porém se a alocação de recursos é vista como excessiva em algo considerado não essencial, isto pode vir a justificar movimentos de revolta²⁸³. Tomar ação para modificar algo em que se acredita ser preciso que seja alterado envolve convencer a si mesmo e a outros²⁸⁴.

James Jasper amplia essa visão, visto que para ele as emoções sozinhas não são suficientes para estimular ações de descontentamento. Jasper afirma que “precisamos de uma perspectiva cultural para tornar suas ações inteligíveis”, visto que a cultura está entranhada em nossas atitudes, nos ajudando a criar representações para expressar o que pensamos, sentimos e até mesmo um olhar pode transmitir um protesto²⁸⁵. Segundo o autor, a indignação pode ser, em suas palavras, “a cerne do protesto”, o estopim para a mudança. Os indivíduos podem reunir-se para se ajudarem e estimularem mutuamente, como também levantar fundos para o seu movimento. Outros indivíduos podem agir sozinhos e procurar formas de demonstrar seu desagrado²⁸⁶.

Jasper aponta que as formas de protesto estão piores de cultura. Essa característica cultural pode ser percebida na cognição do uso das palavras e termos escolhidos e nas táticas utilizadas. Está presente também nas emoções uma vez que elas nos ajudam a processar as informações, e a forma, lugar e hora em que as demonstramos são determinadas culturalmente. Somado a isso há a moral, que o autor divide em duas partes: a primeira tem a ver com os princípios explícitos e implícitos e a segunda parte engloba a intuição de perceber que algo é correto ou não²⁸⁷. Aqueles que requerem usam diversos canais para demandar, sejam os mais tradicionais como o Parlamento e a mídia como também criando novas maneiras. Não raro

²⁸² Idem, pp. 39-42.

²⁸³ Idem, pp. 43-45, 70-72.

²⁸⁴ Idem, p. 123.

²⁸⁵ JASPER, J. (2016). *Protesto: uma introdução aos movimentos sociais* (1ª ed.). (C. A. MEDEIROS, Trad.) Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores. P. 25, 37.

²⁸⁶ Idem, pp. 13-16.

²⁸⁷ Idem, pp. 25-27.

utilizam-se de mais de uma forma, explorando aquela que talvez lhes seja mais favorável²⁸⁸. Com base nos autores, podemos perceber que o componente psicológico juntamente com o componente cultural leva as pessoas a protestar, e o contexto pode trazer a tona brechas que podem ser usadas como momentos de oportunidade para manifestar e reivindicar suas pautas²⁸⁹.

O período da construção de Brasília foi agitado politicamente. Conforme aponta Marly Motta, a transferência da capital trouxe a baila o debate sobre o futuro do Rio e seu novo papel na federação²⁹⁰. Enquanto Brasília era louvada como símbolo do modernismo, modelo do progresso que se pretendia alcançar, enfim, o símbolo do novo país que se pensava estar construindo, a cidade do Rio passou por um processo de deslegitimação, sob alcunhas que a desqualificava, acusando-a de ser burocraticamente emperrada, de costas para o país²⁹¹. Até mesmo a população alfabetizada e politizada do Distrito Federal era vista com cautela²⁹². Motta nos informa que os debates nas casas legislativas federais preocupavam-se agora com a nova cidade que estava sendo levantada. O projeto em que se pensava Brasília era visto como de oposição ao que se acreditava que o Rio representava²⁹³. Segundo Marly, as discussões sobre os destinos do Rio de Janeiro explodiram na mídia e nos meio político pouco mais de um ano antes da mudança. Como vimos no capítulo 1, sem a atenção da União, as condições da cidade se degradaram de forma acentuada nessa época. Neste capítulo poderemos ver que, mais do que questionar sobre o futuro e status político, a população já estava em ebulição mostrando a situação pela qual passavam no presente, aproveitando-se da janela de oportunidade que o contexto político proporcionava, trazendo a tona suas angústias e lutando por sua sobrevivência.

3.2 “Estamos organizados para exigir deles o cumprimento do dever”: Poder de organização e protestos de rua

Promessas de bem estar e desenvolvimento em uma democracia criam mais expectativas do que em um estado de exceção. As frustrações quando esta não entrega o que promete também são

²⁸⁸ Idem, pp. 39, 40.

²⁸⁹ Idem, pp. 40, 48.

²⁹⁰ MOTTA, M. S. (2004). *Rio, cidade-capital*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. P. 40.

²⁹¹ Idem, pp. 41, 42.

²⁹² MOTTA, M. S. (1994). *"De grande capital a mera cidade...": o destino do Distrito Federal após a transferência da capital para Brasília*. Rio de Janeiro, RJ: CPDOC. P. 2; MOTTA, M. S. (2004). *Op. Cit.* Pp. 44, 45.

²⁹³ MOTTA, M. S. (2004). *Op. Cit.* Pp. 42, 43.

maiores²⁹⁴. As ruas costumam ser um lugar preferencial para a demonstração desse descontentamento. Se nas sociedades pré-industriais da Europa Medieval as cidades pareciam mais “um aldeia ou uma cidade do interior”²⁹⁵, com ruas estreitas, sinuosas e apertadas que serviam apenas para levar os transeuntes de um local a outro, com a Revolução Industrial e a reorganização da ocupação do solo, a mudança na qual a rua passa “reflete a transformação do espaço urbano e a reordenação da vida”²⁹⁶. Enquanto a burguesia urbana passa a ver as ruas como seu lugar de desfiles, com jardins, vitrines e cafés, o restante da população converte esse espaço como seu local de lutas. As vias públicas se tornam um palco aonde atores sociais entram em cena²⁹⁷.

O início do ano letivo, em 1957, começou conturbado. O orçamento aprovado no ano anterior não contemplava investimentos visando à abertura de vagas extras para a matrícula de novos alunos nas escolas municipais. Devido a uma queda de braço entre prefeitura, câmara municipal e o Tribunal de Contas do Distrito Federal, cerca de 38.326 estudantes ficaram sem vagas no ensino público, segundo o despacho da prefeitura reproduzido no jornal²⁹⁸. Os que recorriam à educação pública, em sua esmagadora maioria, eram pobres e não possuíam condições de arcar com as despesas de uma educação privada. As regiões mais afetadas eram os subúrbios. De acordo com um levantamento feito pelo jornal Última Hora, em Vaz Lobo, Irajá, Vicente de Carvalho e nas proximidades a necessidade mínima era de 37 escolas. Contudo, toda esta região possuía apenas 10 colégios. Já nas áreas de Coelho Neto, Colégio, Pavuna e adjacências o número mínimo de escolas deveria ser de 30. Possuíam somente 12²⁹⁹. Situação que se reproduzia por todo o município.

Algumas vezes os protestos seguiam um caminho mais pacífico. Diante do problema, os responsáveis dos alunos organizaram-se em passeatas e marcharam até o centro da cidade. Nas escadarias da câmara municipal, levaram seus filhos para exigir uma solução a esse impasse.

²⁹⁴ JASPER, J. (2016). *Op. Cit.* P. 39.

²⁹⁵ MUMFORD, L. (1998). *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo, SP: Martins Fontes Paulista. Pp. 315, 335.

²⁹⁶ PESAVENTO, S. J. (1996). *O espetáculo da rua*. Porto Alegre, RS: Editora UFRGS. P. 38.

²⁹⁷ Idem, p. 8.

²⁹⁸ ÚLTIMA HORA. (1957) ‘É uma calamidade pública!’ – Denúncia Negrão. 30.000 crianças (sem escola) a caminho do crime e do vício. Rio de Janeiro, 18 de fevereiro. Edição 2038.

²⁹⁹ ÚLTIMA HORA. (1957) A omissão do poder público abre o caminho para o crime e para o vício: 40 mil crianças sem escola por falta de verba e de matrícula! Rio de Janeiro, 20 de fevereiro. Edição 2040.

Conforme podemos observar na imagem 4 há todo um simbolismo que se busca retratar. Em grande parte da imagem vemos crianças enfileiradas e com os braços estendidos, transmitindo uma mensagem de luta. Não apenas isso, todos estão uniformizados, com faixas com suas demandas escritas e com denúncias contra o poder público. A imagem utilizada, vinculada ao título da reportagem, conecta a uma falta de perspectiva de futuro e inserção na criminalidade a uma omissão e responsabilização do Estado em não prover o ensino, que conforme a lei orgânica do Distrito Federal era uma competência do município e do Governo Federal³⁰⁰. A pressão da sociedade surtiu efeito. O presidente do Tribunal de Contas, Luiz Gama Filho, encaminhou o pedido de aprovação do crédito extra para a apreciação no mesmo dia em que o ofício chegou a suas mãos³⁰¹. A solução encontrada foi alocar os alunos excedentes em escolas particulares de ensino, com as mensalidades arcadas pela prefeitura. Tal ideia foi reprovada por Anísio Teixeira, que era o então diretor-geral do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) e havia sido Secretário de Educação do Distrito Federal³⁰². As manifestações por parte dos estudantes e de seus responsáveis trouxeram de volta à tona a discussão sobre a necessidade de criação de uma rede de ensino municipal, que contemplasse de forma abrangente a todos, proposta essa encampada pelo próprio Anísio Teixeira anos antes³⁰³. Além disso, havia a denúncia de construções de escolas com as obras paralisadas³⁰⁴. No ano seguinte, em 1958, o drama se repetia e a ação de cobrança por parte dos moradores subiu de tom. A contínua falta de escolas forçou vários grupos de mães cariocas a ocuparem a sede da UNE exigindo que suas crianças e adolescentes fossem matriculados, muitas outras fizeram greve de fome³⁰⁵.

Esse levante de alunos e responsáveis nos ajuda a ver qual o papel que a educação ocupava no Plano de Metas e no programa de governo como um todo. De todos os pontos da proposta, o

³⁰⁰ ÚLTIMA HORA. (1957) 'É uma calamidade pública!' – Denúncia Negrão. 30.000 crianças (sem escola) a caminho do crime e do vício. Rio de Janeiro, 18 de fevereiro. Edição 2038; BRASIL (1948). Lei 217, de 15 de janeiro. Lei Orgânica do Distrito Federal. Rio de Janeiro, DF.

³⁰¹ ÚLTIMA HORA. (1957) Mobilização de todos os recursos para evitar uma calamidade social – Escola ou crime: o trágico dilema de 30 mil crianças. Rio de Janeiro, 19 de fevereiro. Edição 2039.

³⁰² Ibidem.

³⁰³ Ibidem.

³⁰⁴ ÚLTIMA HORA. (1957) 47 contratos para construção de escolas retidos há 2 anos no tribunal de contas. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro. Edição 2041.

³⁰⁵ ÚLTIMA HORA (1958). Mães cariocas (lutando por escolas) iniciam greve de fome contra Negrão. Rio de Janeiro, 11 de abril. Edição 2383.

ensino surge em apenas uma ocasião sendo inserido somente após a pressão exercida pelo então Ministro da Educação, Clóvis Salgado, conforme admite Lucas Lopes, o chefe da comissão de criação do Plano³⁰⁶. A educação, dentro da concepção desenvolvimentista proposta por JK, deveria formar mão de obra, “quadros técnicos que pudessem suprir as demandas (...) da industrialização”³⁰⁷. Entretanto, os níveis superiores de estudo deveriam ser reservados para “aqueles que se destacassem perante o grupo”³⁰⁸. Interessante ressaltar também que a educação deveria ser disponibilizada sob medida, a conta gotas, visto que caso houvesse a sua universalização, segundo pensava-se, aconteceria uma formação de mão de obra qualificada em excesso, que caso não fosse absorvida pelo mercado de trabalho, seria considerado como desperdício de recursos financeiros³⁰⁹.

Figura 4 - Protesto de estudantes e responsáveis por mais vagas nas escolas.



Fonte: Jornal Última Hora.

Outras vezes os protestos de rua adquiriam um caráter mais violento. Para ilustrar: na Rua Haddock Lobo, na região da Tijuca, na Zona Norte, o número de atropelamentos era alto e em apenas quatro meses, foram 40 pessoas atropeladas. Após um novo atropelamento, os moradores foram às ruas exigir da empresa de ônibus e do poder público medidas que solucionassem esse problema. Os ânimos se exaltaram e coletivos foram incendiados. A polícia precisou intervir e

³⁰⁶ BARBOSA R. C. (2006). Os planos de desenvolvimento e a educação: de Juscelino Kubitschek ao regime militar. *Tese de doutorado em Educação*. Campinas, SP: Faculdade de Educação/Unicamp. P. 47.

³⁰⁷ Ibidem, pp. 35.

³⁰⁸ Ibidem.

³⁰⁹ Ibidem.

utilizou a força para dissipar a multidão. Algumas pessoas foram detidas e após serem ouvidas, liberadas. Em entrevista ao jornal, os moradores denunciavam o mal estado dos ônibus, “sem luz, sem freios (...) sem segurança”³¹⁰. O que também nos chama a atenção é o manifesto publicado pelos revoltosos, que dizia em parte:

Confessamos que, na quarta-feira, levados pela revolta natural que o assassinato do nosso companheiro nos causou, apedrejamos alguns ônibus, pensando em parte em chamar a atenção das autoridades para o crime. (...) Não pretendemos fazer mais nenhuma manifestação, e aguardaremos em silêncio, as providências das autoridades (...). Fazemos porém uma advertência: se o assassino não for punido e o guarda colocado (...) lá permanecer apenas enquanto a atenção da imprensa e do povo estiver voltada para o assassinato, SABEREMOS DEFENDER A QUALQUER PREÇO A VIDA DE NOSSAS FAMÍLIAS E ESTEJAM CERTOS QUE FAREMOS JUSTIÇA PELAS PRÓPRIAS MÃOS³¹¹.

Do quebra-quebra nas ruas e das palavras do manifesto podemos extrair algumas conclusões: a primeira, o sentimento de legitimidade em revoltar-se para garantir a preservação do direito a vida. Segundo, o tom de reprovação a utilização de força policial contra o povo e não a seu favor e também a falta de controle do trânsito, o estopim de toda a reclamação. Terceiro, a queixa contra a empresa de ônibus por não cuidar das lotações e a cobrança sobre o poder público por não realizar seu papel fiscalizador. Quarto, diante das inúmeras solicitações para a resolução do problema, ao não ter nenhuma resposta, decidiu-se partir para meios mais incisivos que demonstra uma tentativa de serem observados pelo Estado e terem atendidas as suas reivindicações. Entretanto, isso não significa o fim das cobranças, já que existe a promessa de manter a vigilância ao desenrolar dos acontecimentos. E no final, um aviso explícito de que a tolerância tem limites. Caso a justiça não tomasse atitude, a reposta popular viria, até mesmo com maior peso.

Protestar em grupo, mesmo que em um primeiro momento não cause alterações estruturais, pode solucionar problemas imediatos e vir a criar terreno para mudanças mais profundas, como mostra uma das revoltas dos moradores de Copacabana. Cabe aqui uma observação: não é por ser um acontecimento ocorrido em um bairro considerado de alta sociedade que não havia movimentações entre as camadas mais baixas. Aliás, como aponta Dulce

³¹⁰ ÚLTIMA HORA. (1958) Ambição assassina das empresas de ônibus faz explodir a ira popular em novos conflitos. Rio de Janeiro, 1 de novembro. Edição 2557.

³¹¹ Ibidem.

Gaspar, no período em que analisamos, o bairro de Copacabana possuía uma das mais altas taxas de densidade demográfica de todo o planeta³¹². Por ser um bairro de ligação entre o centro da cidade e outros bairros da Zona Sul, a região era habitada por muitos trabalhadores, sendo subdividida em áreas consideradas mais nobres e outras menos nobres, as “subáreas ‘decaídas’”³¹³. Defendemos que apesar dos infortúnios, as populações mais abastadas poderiam encontrar meios de amenizar os seus incômodos, e que os grupos mais pobres dependeriam muito mais dos serviços públicos, sofrendo mais pela má gestão desses, sendo necessária uma movimentação maior para demandar melhorias.

As ruas de Copacabana foram tomadas por uma multidão. Em uma marcha quase religiosa, a chamada “Procissão da Falta de Água” levou os moradores a reunirem-se para exigir o precioso líquido. Com faixas e cartazes eles gritavam palavras de ordem e denúncias³¹⁴. Funcionários públicos eram acusados de manipularem o fornecimento, e pior, fazerem parte de um esquema de venda de caminhões-pipa, lucrando com as torneiras secas da vizinhança. Furiosos, e acompanhados de deputados federais como Gurgel do Amaral e Dilermando Cruz, a multidão saiu às ruas abrindo todos os registros que encontraram. Torneiras secas³¹⁵. Mas o recado estava dado, não desistiriam tão facilmente. Mesmo com receio de sofrer represálias, como afirma uma senhora que respondeu: “Não quero saber de encrenca com ninguém, moço, senão acabo perdendo até a agüinha barrenta do poço que serve para lavar as panelas (...)”³¹⁶, a necessidade falou mais alto que um medo de retaliação.

A movimentação conquistou alguma vitória. O prefeito Negrão de Lima afirmou que em vinte dias uma nova tubulação seria levada até o bairro visando minorar o sofrimento dos moradores³¹⁷. A lição de organização e os ganhos que dela podem vir foram aprendidos: um mês

³¹² GASPAR, M. D. (1985). *Garotas de Programa - Prostituição em Copacabana e identidade social*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor. P. 15.

³¹³ Ibidem, pp. 15-17.

³¹⁴ ÚLTIMA HORA. (1957) Calor acentuou a revolta dos moradores da Zona Sul – Parou o trânsito de Copacabana com a procissão da falta de água. Rio de Janeiro, 27 de dezembro. Edição 2298.

³¹⁵ Ibidem.

³¹⁶ ÚLTIMA HORA. (1957) Água para beber: só a mineral ou a do carro-pipa (comprada). Rio de Janeiro, 28 de dezembro. Edição 2299.

³¹⁷ Ibidem.

depois da procissão, é fundada a SACI – Sociedade de Amigos de Copacabana e Ipanema, em 20 de janeiro de 1958³¹⁸. Segundo Sérgio Pechman

as associações de moradores consistem em movimentos urbanos de reivindicação, *protagonizados pela população* enquanto usuária da cidade – isto é, de habitações e serviços – destinados a evitar, através de ações coletivas, a degradação das condições de vida, a adequar as mesmas as novas necessidades de lutar por uma provisão maior de equipamentos coletivos [grifo nosso]³¹⁹.

O autor aponta que os anos finais da década de 1950 representaram um aumento significativo das Associações de Moradores em diversos bairros por toda a cidade³²⁰.

Não podemos, no entanto, pensar que as associações de moradores focaram-se exclusivamente em reivindicações. Pechman afirma que os problemas do bairro são o estímulo para a reunião e a organização, porém as associações acabam por transcender esse objetivo inicial, criando um senso de coletividade, uma identidade para o grupo e fornece recursos políticos para diálogo com as autoridades³²¹. As associações à época buscaram demandar, mas também ajudar³²².

As associações se tornaram a forma que os moradores encontraram para fazer sua voz ser ouvida e assim *fazer política*³²³. A associação colocou-se claramente como um instrumento de organização popular legítima, que cobraria das autoridades o cumprimento dos seus deveres. Nas falas das entrevistas reproduzidas no jornal, podemos ver uma conscientização de que a luta por melhores condições é contínua e a vigília pelo respeito dos direitos, permanente. O papel ativo dos moradores demonstra o fazer político, o exercício da cidadania, no cotidiano. “Nossa

³¹⁸ ÚLTIMA HORA (1958) O que a prefeitura não faz, SACI vai fazer: moradores de Copacabana vão resolver os problemas dos bairros. Rio de Janeiro, 20 de março de 1958. Edição 2366.

³¹⁹ PECHMAN, S. (1983). A construção da solidariedade: associações de moradores de classe média e alta do Rio de Janeiro (1976-1982). *Dissertação de mestrado em Ciência Política*. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ. P. 29.

³²⁰ Ibidem, p. 7.

³²¹ Ibidem, pp. 4, 20.

³²² Por exemplo, os estatutos das associações de moradores do Leme, a ASALEME e de Botafogo estabeleciam a necessidade de uma ação com caráter beneficente para os mais carentes. Aliás, a caridade com os menos favorecidos foi o motivo de criação da Associação de Amigos da Gávea (AMAGA). Ver PECHMAN (1983) *Op. Cit.* P. 10.

³²³ SERRA, G. (2016) *Op. Cit.*

sociedade não pretende ser efêmera”, afirmou o tesoureiro da associação, Carlos Shwartz. Ele continua:

Nós pagamos impostos e, se deixamos de pagá-los, somos intimados a fazê-lo: iremos, pois, fazer o mesmo em relação às autoridades. Se não nos dão água, se nos negam policiamento necessário, nós estamos organizados para exigir deles o cumprimento do dever (...). A SACI será uma espécie de bisturi que abrirá o tumor que nos preocupa³²⁴.

A associação não pretendia somente agir para receber, mas também agir para dar, oferecendo condições de bem-estar e acesso a cultura e segurança. Vemos o poder de organização na forma do financiamento. Os moradores e comerciantes da região contribuiriam mensalmente com uma taxa para a manutenção dos serviços³²⁵. Em outra área da cidade, a Sociedade de Amigos de Bairros da Zona Norte - que reunia as Associações de Moradores da região - organizou um protesto de rua para cobrar soluções pela falta de abastecimento de água e, além disso, escreveram um memorial para ser entregue nas mãos do Presidente da República e justificam sua ação: “Precisamos fazer o que a Prefeitura não quer, ou não pode fazer”³²⁶.

3.3 “Faz-nos crer na força da imprensa, quando bem orientada”: Imprensa como meio de participação³²⁷.

Hoje, com a facilidade de comunicação, uma mensagem por aplicativo recebe uma resposta praticamente instantânea. Uma postagem em alguma rede social pode alcançar milhões de pessoas em minutos. Essa velocidade pode fazer com que acabemos por perder a dimensão envolvida e o poder exercido pelas cartas em tempos de outrora. As cartas que utilizamos como documentação em nossa pesquisa foram publicadas nos jornais na íntegra ou em meio a várias reportagens, muitas vezes sendo parte delas e passando pelo filtro do redator. Procuramos

³²⁴ ÚLTIMA HORA (1958) O que a prefeitura não faz, SACI vai fazer: moradores de Copacabana vão resolver os problemas dos bairros. Rio de Janeiro, 20 de março de 1958. Edição 2366.

³²⁵ Ibidem.

³²⁶ ÚLTIMA HORA (1958) Amigos dos bairros vão a JK pedir mais água para a cidade. Rio de Janeiro, 7 de outubro. Edição 2535.

³²⁷ A imprensa foi utilizada habilmente pelas camadas populares como canal de reivindicações em outros períodos de nossa história, ver SANTOS, E. C. (2009). A imprensa como mediadora política: as reclamações da população do Rio de Janeiro no Jornal do Brasil [1892-1902]. *Dissertação de mestrado em História*. Rio de Janeiro, RJ: PPGHS/UERJ.

analisá-las através do gênero literário em que foram produzidas, a escrita epistolar, uma *écriture ordinaire*³²⁸.

A carta, mais do que simplesmente um pedaço de papel escrito, exige um grande número de ações e percepções para a sua construção. Maria Rosa Camargo mostra que uma carta necessita de intenção para chegar ao destinatário, motivações para a escrita, interesse em despender tempo para escrever, esforço para despachar a carta até o destino, o que pode envolver custos³²⁹. Isso nos leva a pensar em todo o trabalho envolvido para enviar uma carta no Brasil dos anos 1950, composto por um exército de analfabetos, sem muitos recursos, num país gigantesco que ainda não era interligado. Transplantar pensamentos, sentimentos e situações de vida para uma forma escrita exige a revelação de intimidades³³⁰.

O ato de escrever uma carta está repleto de práticas sociais, não apenas importando quem escreve, mas também a quem se escreve, o que se escreve e o por quê se escreve³³¹. O fato de se datar, considerado uma coisa mínima, na realidade demarca espaço e tempo, inserindo o conteúdo escrito em um contexto particular a partir do qual se fala³³². Michel de Certeau aponta que quem escreve um texto utiliza uma estrutura linguística elaborada e um sistema articulado visando agir sobre a realidade a fim de mudá-la, “tem como alvo uma eficácia social”³³³. Entretanto, podem existir barreiras que dificultam essa ação, por exemplo, fazer parte de grupos menos favorecidos, digamos que são como se fossem portas fechadas. Porém as cartas, aponta Camargo, alcançam espaços e pessoas de influência para dialogar³³⁴, passando assim por baixo das barreiras, nas frestas de oportunidade.

A imprensa foi um espaço e, principalmente, um meio de ação privilegiado para que camadas mais baixas da população pudessem participar das discussões. O trabalho de Marco Morel³³⁵ nos ampara para compreender a amplitude dessa ferramenta impressa. Ao considerar os

³²⁸ FABRE, D. (Org), (1993). *Écritures Ordinaires*. Paris, França: POL Editions.

³²⁹ CAMARGO, M. R. (2011). *Cartas e escritas: práticas culturais, linguagem e tessitura da amizade*. São Paulo, SP: Editora Unesp. Pp. 11, 12.

³³⁰ Ibidem, p.13.

³³¹ Ibidem, p. 19.

³³² Ibidem, pp. 19, 20.

³³³ DE CERTEAU, M. (1990). *A invenção do cotidiano: artes de fazer* (Vol. 1). Petrópolis, RJ: Vozes. P. 206.

³³⁴ CAMARGO, M. R. (2011) *Op. Cit.* Pp. 25, 26.

³³⁵ MOREL, M. (março de 2002). Papéis incendiários, gritos e gestos: a cena pública e a construção nacional nos anos 1820-1830. *Topoi*, pp. 39-58; Outros trabalhos também abordaram a importância dos panfletos no período

panfletos que circulavam no período do processo de independência, Morel aponta que, visto os jornais terem sido proibidos pela Coroa e posteriormente liberados porém com sua ação limitada pelas leis, muitos pasquins, cartazes e panfletos circulavam pelas ruas, contendo “manifestações públicas para a vida cotidiana”³³⁶. A distribuição destes se dava na madrugada pela afixação de cartazes nas portas, onde ao amanhecer as pessoas liam e/ou copiavam o texto para serem replicados, “os leitores passivos transformavam-se em escritores ativos”³³⁷. Era frequente que o conteúdo trazia também críticas ao Imperador. Fazemos a ressalva de que se trata de um período anterior ao que estamos analisando, entretanto, diferenças e igualdades, nas rupturas e continuidades, podemos utilizar alguns conceitos para nos ajudar.

Diferentemente daquela época, no período que estudamos a liberdade de imprensa já era uma conquista melhor estabelecida, o que permitiu a proliferação de vozes distintas em consonância e discordância, sendo ambas legitimamente aceitas. Essa imprensa, assim como a anterior, pôde se manifestar e se tornar palco para as manifestações, o instrumento pelo qual as pessoas puderam se expressar. Assim como os moradores copiavam o que era dito nos cartazes, mais à frente nessa pesquisa poderemos ver que, com a escrita de cartas e posterior publicação destas nos jornais, pessoas consideradas comuns se mostraram sujeitos históricos, com participação ativa na construção do discurso político. Não apenas isso, pela circulação dos jornais, o discurso que elas ajudaram a criar era propagado, alcançando assim amplos espaços. Por meio dos periódicos, as apreensões, as angústias, as esperanças, os pensamentos e tudo o mais se materializavam, mostrando que a política é feita em parte com sentimentos, e não apenas com a razão. Se no passado precisavam recorrer à imprensa clandestina para criticar figuras de proeminência, na década de 1950 as pessoas já se sentiam livres e com o direito de responsabilizar figuras do alto escalão da política, e mais, fazer-lhes exigências.

Com o aumento dos preços, as vozes das ruas ficaram registradas nas páginas dos jornais. Os sucessivos aumentos no preço das carnes fizeram com que um grupo de mulheres expusesse as dificuldades em comprar alimentos. Através de uma carta, elas fizeram-se ser ouvidas quando, por meio da Associação das Donas de Casa, entregaram seus protestos nas mãos de Juscelino,

imperial, cf. CARVALHO, J. M., BASTOS, L. & BASILE, M. (2012) *Às armas, cidadãos! – Panfletos manuscritos da independência do Brasil (1820-1823)*. São Paulo: Cia das Letras/Belo Horizonte: Editora UFMG.

³³⁶ MOREL, M. *Op. Cit.*

³³⁷ *Ibidem.*

que prometeu providências³³⁸. No bairro de Anchieta, na Zona Norte, os moradores demonstraram estar atentos e opinando aonde consideravam que deveria ser investido de forma justa o dinheiro público. Eles escreveram: “Quando se pretende fazer obras de grande valor, como nos viadutos projetados, não seria de mais (sic) lembrarmos a situação precária em que se encontra o subúrbio de Anchieta (...) que nenhuma atenção teve dos poderes municipais”³³⁹. Além de demonstrarem as difíceis condições em que viviam, essas pessoas cobravam alguma ação do poder público. Eles percebiam que o seu bem estar estava sendo preterido em favor de obras consideradas como de segunda importância e, seguindo o exemplo de outras pessoas de outra região do bairro, elas se reuniram para conquistar o mesmo objetivo e afirmavam que não aceitariam que outros fossem recompensados enquanto eles estavam sendo desamparados, revelando assim um senso de igualdade entre todos:

As ruas situadas na parte direita da estação têm sido favorecidas em muito pela Prefeitura, *talvez devido à persistência dos moradores junto aos políticos*, mas é preciso reconhecer que esses políticos são eleitos pelos habitantes das duas margens da linha férrea, e, portanto, *merecedores ambos* de todas as atenções dos vereadores [grifos nossos]³⁴⁰.

Dentre as diversas cartas publicadas nos jornais, selecionamos uma em que acreditamos conter pontos-chaves do nosso argumento e a reproduziremos abaixo.

Antigamente, mais ou menos 3 anos passados, o serviço de coleta de lixo das residências, era feito diariamente e em horas certas, facultando deste modo melhor limpeza das lixeiras dos apartamentos e residências do bairro. Agora, isto não acontece, e o serviço passou a ser feito de 2 em 2 dias ou mesmo de 3 em 3 e até de 4 em 4 (...) ³⁴¹

O primeiro ponto que podemos nos atentar é a utilização do jornal como mediador com as autoridades. Publicar em um periódico de grande circulação era confiar que o destinatário chegaria a ter conhecimento do conteúdo. O diálogo com o jornal dava-se pelo emissor escrever a carta e o jornal demonstrava ser o primeiro receptor por publicar. O próprio fato de publicar é

³³⁸ ÚLTIMA HORA (1959). Carne derrubou Mindelo. Rio de Janeiro, 20 de agosto. Edição 2804.

³³⁹ DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1957). Queixam-se de abandono os moradores de Anchieta. Rio de Janeiro, 6 de janeiro. Edição 10480.

³⁴⁰ Ibidem.

³⁴¹ DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1959). Irregular a coleta de lixo na rua Bambui, no Grajaú. Rio de Janeiro, 29 de março. Edição 11155.

uma prova desse consenso. O segundo aspecto são as questões de memória³⁴². Ao comparar o tempo em que vivia com o tempo que viveu, o escritor retornava a um tempo anterior como referência, fazendo uma releitura de anos anteriores. Ao lembrar, e agora ressignificar as lembranças e dependendo de quão no tempo ele conseguia recuar as recordações, ele contrapunha a Cidade Maravilhosa do seu pensamento com a cidade abandonada que agora habitava. Ele continua:

Os moradores mais prejudicados são os residentes nas extremidades da Rua Bambui, junto a um córrego existente no meio da rua, cujos moradores de outras residências transformaram aqueles locais em vazadores dos detritos e lixo acumulados nas residências ou apartamentos, ficando deste modo prejudicado os moradores das extremidades da citada rua, além do mau cheiro, moscas, mosquitos, ratos e toda sorte de imundice ali depositada e, ainda com o agravante de que o lixo jogado no córrego vai entupi-lo, mais adiante, concorrendo assim para o seu transbordamento e ocasionando as enchentes em outros locais (...) ³⁴³.

Uma terceira questão que podemos ver é a identificação do problema e a denúncia do descaso público com a situação. Os moradores, por não possuírem opção quanto ao que fazer com o seu lixo, acabam por descartá-lo erroneamente, contribuindo para o aumento do problema e para o aparecimento de novos, uma bola de neve. A carta prossegue:

Peço mandar fazer uma sindicância do que estou afirmando para autenticar ao prefeito o que ocorre ali, dada a falta de atenção e relaxamento por parte do Departamento de Limpeza Pública, a qual, sob a alegação de que não há verba e material necessário para a coleta de lixo das residências, concorre deste modo para o mau exemplo dos moradores em apreço (...) ³⁴⁴.

A quarta questão envolve o diálogo com o poder público. Ao solicitar uma sindicância com base na denúncia que fez, o escritor procura contribuir para a solução do problema. Fiscalizar o Estado no cumprimento de suas funções demonstra uma consciência de sua responsabilidade cidadã para com a sociedade, pois por não se inserir como um dos prejudicados, mas demarcar claramente que outras pessoas passavam por uma situação difícil, sua ação colabora com o bem estar geral. E para finalizar, ele diz:

³⁴² Jacques Le Goff define memória como “propriedade de conservar certas informações” e por meio de funções psíquicas, “o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. Cf. LE GOFF, J. (2013). *História e memória*. Campinas, SP: Editora Unicamp.

³⁴³ Ibidem.

³⁴⁴ Ibidem.

Entretanto, sabemos que há dinheiro na Prefeitura para tudo, menos para a coleta do lixo das residências. Ficarei muito agradecido pela acolhida desta e estou certo de que o prefeito ficará conhecendo o descalabro que reina em um dos setores da sua repartição³⁴⁵.

O quinto aspecto tem a ver com a expectativa de ser atendido, mas também observar o que será feito. Escusas não seriam aceitas visto que os argumentos que poderiam ser utilizados para negar uma ação já eram conhecidos e não receberiam crédito. No entanto, ainda existe certa confiança de que será atendido.

E os requerimentos feitos nos jornais produziam efeitos reais. Em dezembro de 1957, Carlos Almeida fez sua reivindicação por meio de uma carta enviada do Diário de Notícias. Dois meses depois, em fevereiro de 1958, ele escreveu novamente desta vez para agradecer a publicação de seus pedidos e contar os resultados obtidos. Sua requisição denunciava o abandono em que o bairro Colégio, na Zona Norte, passava. Ele afirma que poucos dias depois da publicação o transformador elétrico, que estava há mais de seis meses quebrado, foi trocado e que as ruas foram cuidadas. Observamos em suas palavras conclusivas a sua percepção de a imprensa ser um instrumento poderoso, e que é possível de ser utilizado como meio, um canal para pleitear algo e conseguir ser atendido: “Faz-nos crer na força da imprensa, quando bem orientada”³⁴⁶.

Em seu livro, JK escreveu: “Enquanto prosseguiam as obras de Brasília, recrudescia, no Rio, a campanha da imprensa e da oposição contra a transferência da Capital”³⁴⁷. Juscelino buscou criar a narrativa de uma luta em que se consagra vencedor diante de uma grande torcida que se opôs contra sua meta síntese. Engrossando as vozes da rua, e dando-lhes ampliação, a imprensa como ator político³⁴⁸ juntou a sua voz para participar do conflito. A imprensa não é neutra, tanto influencia como é influenciada pelas opiniões que circulam na sociedade, mesmo que retrate apenas um ângulo do espectro. Jornais que apoiavam a política de JK colaboravam com os moradores em suas críticas. Um editorial do Última Hora é ilustrativo disto. O artigo de capa intitulado *Os problemas da cidade, já agora, são problemas do presidente* começa: “Não fosse a situação da nossa cidade – praticamente de calamidade pública – e não desejaríamos

³⁴⁵ Ibidem.

³⁴⁶ DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1958). Colégio – um bairro populoso abandonado pela prefeitura. Foram atendidos os moradores. Rio de Janeiro, 16 de fevereiro. Edição 10817.

³⁴⁷ KUBITSCHKE, J. (2000). *Op. Cit.* P. 211

³⁴⁸ BORRAT, H. (1989). El periódico, actor del sistema político. *Revista Anàlisi - Quaderns de comunicació i cultura*, 12, 67-80.

distrair a atenção do Presidente da República para problemas que, *em primeira instância não são de sua responsabilidade* [grifo nosso] (...) ³⁴⁹”, desta maneira, o jornal trás a atenção que, mesmo tendo outras questões para resolver, o Presidente possuía obrigações para com a cidade. Não ser o responsável em primeira instância não significava que ele estava isento de responsabilidades legais a cumprir com a administração do Distrito Federal. Sendo um jornal de grande circulação entre as diferentes camadas da sociedade, principalmente entre as mais baixas, um texto desse tipo na capa era um ato político, que marcava posição e tinha a intenção de chamar a atenção da Presidência: “Achamos ter chegado o momento de S. Exa. se deter, por alguns minutos, no que ocorre dentro do Distrito Federal (...) ³⁵⁰”.

O texto continua:

É inútil ignorar que, pelo menos por enquanto (até que Brasília se torne uma realidade prática), é na Capital da República que ainda palpita o barômetro da vida política nacional. (...) Não pode, pois, o Sr. Juscelino Kubitschek permanecer omissos ou afastado do que vem ocorrendo de deplorável, melancólico e deprimente na cidade que é o coração do país (...) ³⁵¹.

Por meio desse protesto, o presidente é chamado a assumir a suas atribuições. Essa narrativa vai contra a oficial, em que o Governo propagava um plano de grande progresso em pouco tempo. Se o Governo agia em favor de uma parcela e tinha condições de melhorar a vida desse grupo, a outra parcela não poderia ficar desamparada e então se movimentaram para interagir e influenciar o processo político. O jornal continua:

Ainda hoje, em nossa primeira edição, registrávamos o verdadeiro movimento de subversão popular causado pela falta de água no populoso bairro do Méier. Mas, como que para caracterizar a terrível extensão do problema, movimentos idênticos há pouco eclodiram em plena Zona Sul (...) ³⁵².

Na narração do texto é possível perceber que eclodiram manifestações em diferentes pontos da cidade, até nos considerados menos prováveis. A insatisfação era crescente, assim como era crescente as demonstrações de desagrado. O jornal elenca uma lista problemas que “infernam a vida do povo carioca – tais como o número deficiente de nossas escolas, os nossos hospitais em descabro, as zonas residenciais de urbanização e calçamento completamente abandonados e

³⁴⁹ ÚLTIMA HORA (1958). Os problemas da cidade, já agora, são problemas do presidente. Rio de Janeiro, 24 de março. Edição 2369.

³⁵⁰ Ibidem.

³⁵¹ Ibidem.

³⁵² Ibidem.

tantos outros problemas (...) como dos esgotos e de certas endemias (...)”³⁵³. Obviamente, como já afirmamos anteriormente, Juscelino não criou os problemas em que o Rio passava. O que foi alvo de críticas era sua gestão, sua atuação – aliás, a falta dela, diante dessa situação. Os serviços públicos dos quais as pessoas dependiam mostravam-se em difíceis condições, sendo a maioria deles ofertados em quantidade menor do que o necessário, com perda na qualidade. Além disso, os cariocas ainda observavam o investimento sendo feito em outro lugar com uma grande publicidade entorno dele, afirmando que a nova cidade seria melhor organizada e não padeceria dos infortúnios dos quais eles sofriam³⁵⁴. O discurso político de desenvolvimento não encontrava eco entre a população em geral. Nesse mesmo ano, em 1958, uma pesquisa realizada pelo IBOPE afirmava que 60% da população era contra a transferência, como também não concordavam com o marketing feito em cima disso³⁵⁵.

3.4 “Reunião de ideias para atingir um denominador comum”: Debates e mesas-redondas públicos

Como pudemos observar nos dois tópicos anteriores, as ações populares podiam ser feitas no confronto direto, como os protestos de rua e também utilizando eficazmente os veículos de comunicação como instrumentos ao seu favor, conseguindo até mesmo que por algumas vezes eles engrossassem o coro em favor da população. Outra maneira de ação eram os debates públicos, geralmente promovidos em forma de mesas-redondas. Estes meios eram maneiras privilegiadas de contacto face a face com representantes do poder público, sem a necessidade de

³⁵³ Ibidem.

³⁵⁴ No final do ano, em novembro, o Última Hora publicou novamente outro editorial manifestando apoio a Juscelino e a transferência, mas sendo incisivo ao afirmar que “construir Brasília e ao mesmo tempo acumular condições para que o Rio de se transforme num vulcão, significa arriscar o futuro de Brasília e talvez do próprio País”. Aponta também que as obras faraônicas não possuíam grandes impactos na vida dos habitantes e que muitas delas acabaram por trazerem mais prejuízo do que benefícios, como por exemplo, os comércios e hotéis que fecharam as portas devido ao grande quantitativo de poeira que foi levantada durante o desmonte do Morro de Santo Antônio. E finaliza: “Agora estamos no momento crucial – ou o presidente age, ou o povo acabará por responsabilizá-lo”. Cf. ÚLTIMA HORA (1958). Flashes do momento – Brasília está fazendo JK esquecer os crimes da Prefeitura do Distrito Federal contra o Rio! Rio de Janeiro, 18 de novembro. Edição 2571.

³⁵⁵ LYNCH C. (jul/set. 2017) Uma democracia, duas capitais: o que o Rio pode fazer pelo Brasil. Rio de Janeiro: Revista Insight Inteligência. Ano XX. Volume 78.

mediadores. Apesar de não termos tido contacto direto com as actas dessas reuniões, os jornais possuem dados significativos que nos auxiliam em nosso estudo.

Ao abordar o Rio de Janeiro imperial, Marco Morel analisa a importância de certos locais e a transformação destes lugares e sua utilização por atores políticos³⁵⁶. Como o autor afirma as vozes, os gestos, as expressões faciais se perderam no tempo, contudo a sua existência e a capacidade destas ecoarem pelas vias, ocupavam um lugar e se tornavam uma forma de manifestação política nas ruas e nas praças³⁵⁷. Alguns locais como os comércios e os armazéns podiam reunir um grande número de pessoas, aonde todos podiam opinar, ouvir e serem ouvidos, desta forma “eram constantes nesses lugares as aglomerações (...) não raro com proposições explicitamente políticas”³⁵⁸. Se as formas de participação oficiais eram limitadas para a grande maioria naquela época, algumas áreas específicas que aglomeravam multidões permitiam as pessoas exercerem alguma atividade política e “à interferência na vida pública fora da esfera de controle das autoridades vigentes”³⁵⁹.

Nesse período é que se começa a se pensar nas ruas e nas praças como locais de manifestações³⁶⁰. Algumas praças em específico desfrutavam de uma condição única, por exemplo, o Largo do Paço. O paço era o local oficial de trabalho e despacho da Coroa. O largo é uma grande praça, e lá diversas pessoas se movimentavam diariamente. O rei costumava aparecer em alguma janela para acenar aos transeuntes³⁶¹. A praça se tornava assim uma oportunidade de contacto de altas autoridades com a população. “As praças aparecem como espaços abertos e de certo modo em aberto, isto é, passíveis de *serem apropriados por determinadas interferências coletivas* (...) [grifo nosso]”³⁶². A população buscava apropriar-se de alguns espaços e marcar sua presença na vida urbana³⁶³. Em resumo, podemos apreender o fato de que os espaços públicos permitiram a inserção em determinados contextos, dialogar formalmente e diretamente com

³⁵⁶ MOREL, M. (2016). *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidade na Cidade Imperial (1820-1840)*. Paco Editorial: Jundiá, SP.

³⁵⁷ Ibidem, p. 179.

³⁵⁸ Ibidem, p. 182.

³⁵⁹ Ibidem, p. 184.

³⁶⁰ Ibidem.

³⁶¹ Ibidem, p. 185.

³⁶² Ibidem, p. 189.

³⁶³ Ibidem.

autoridades, a troca entre os indivíduos e interferir nas tomadas de decisões de uma cidade marcadamente desigual³⁶⁴.

Assim como os sons e os gestos pesquisados por Morel ficaram no tempo, aquelas vozes que nós aqui estudamos também só legaram-nos vestígios da sua existência, que de certa forma sobreviveram através das páginas dos jornais. Como afirmamos antes, as mesas-redondas promovidas por instituições como universidades e imprensa, mas também as realizadas sob pressão popular se constituíam em espaços singulares de contacto com o poder público, assim como fora o Largo do Paço Imperial e as praças no Rio de Janeiro dos Oitocentos. A realização desses debates atraía um grande número de participantes desde deputados federais de expressão nacional, como Carlos Lacerda, além de vereadores, secretários, prefeitos e ministros³⁶⁵.

Em uma entrevista realizada pelo Diário de Notícias³⁶⁶, o morador Joaquim Ferreira pode expressar a sua visão sobre o que ocorria a sua volta. “Não será mais possível viver nesta cidade daqui a mais algum tempo (...)”, diz ele, reconhecendo a difícil situação que o cerca. Ele continua: “As obras são indispensáveis. Ou todos nós ajudamos a executá-las e sobrevivemos, ou então, deixamos ficar como está e morreremos todos por falta de condições de vida”³⁶⁷, um comentário onde acaba demonstrando consciência de que as mudanças necessárias exigem uma participação coletiva, e que ações efetivas passam necessariamente pelas mãos da população. A seca levou os moradores de Copacabana a pressionarem o governo municipal, e assim conseguiram um encontro com as autoridades da cidade a fim de debaterem uma solução para o problema que já se arrastava por meses. Além de representantes do município, estavam presentes parlamentares, oficiais das Forças Armadas, representantes da indústria e do comércio. O deputado federal Gurgel do Amaral presidiu o debate. A mesa-redonda realizou-se no Palácio Guanabara, então sede do governo do Distrito Federal. Diante das autoridades, os moradores “desfilaram queixas e denúncias”. Os habitantes puderam delatar crimes como ligações

³⁶⁴ Ibidem, pp. 181, 190.

³⁶⁵ DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1956). Grande interesse popular pelo debate promovido em Copacabana – Iniciativa televisionada do Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 30 de dezembro. Edição 10475.

³⁶⁶ DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1957). Quer a população do Rio a execução das grandes obras: cota de sacrifício a favor de benefícios posteriores – cariocas opinam sobre a sua cidade. Rio de Janeiro, 8 de novembro. Edição 10735.

³⁶⁷ Ibidem.

clandestinas e prevaricação de servidores públicos³⁶⁸. Na mesma mesa, e ainda que por instantes, a população poderia sentar-se lado a lado com figuras do alto escalão e debater com relativa igualdade. E, não apenas isso, expressar sua percepção da realidade, aproveitar para instruir-se de como funcionava a burocracia estatal e de que maneira afetava diretamente a sua vida³⁶⁹.

Na Urca, os moradores se empenharam em realizar e comparecer em peso a uma mesa-redonda com as autoridades. Selecionamos uma reportagem do Última Hora³⁷⁰ pois ela, detalha uma certa ordem do transcorrer da reunião. Logo em suas palavras de abertura, o presidente da sessão

deixou claro que o grande problema da Urca era indiscutivelmente o problema das donas de casa, a braços com múltiplas dificuldades, que iam desde a precariedade do mercadinho da Prefeitura, à falta d'água, além de outros problemas como o acúmulo de lixo e o lançamento de detritos na praia³⁷¹.

Nessas palavras iniciais já percebemos o que levou a existência dessa reunião. E as donas de casa estavam presentes. Antes mesmo que o presidente finalizasse as suas palavras de abertura, uma dona de casa pediu a oportunidade de falar e declarou:

Há mais de um mês a Prefeitura decidiu lançar os despejos de esgoto nas proximidades da praia da Urca (...). E eu que lá resido (...) não há nenhum remédio para acabar com o mau cheiro. Do mesmo modo decidi proibir o banho de mar, naturalmente temerosa de que meus filhos possam adoecer a qualquer momento³⁷².

Agora o poder público não só não solucionava os problemas existentes, como criava novos problemas para os moradores.

Este foi o primeiro depoimento. Terem a oportunidade de serem ouvidos e terem a sua voz empoderada estimulou a todos os participantes a expressarem sua percepção e serem incisivos com as suas críticas. Um comerciante pediu a atenção e falou sobre a condição em que

³⁶⁸ DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1958). Aberta no Flamengo a segunda frente na “batalha da água”. Ainda não de todo vencido o problema d Copacabana – mesa-redonda no Guanabara. Rio de Janeiro, 7 de janeiro. Edição 10783.

³⁶⁹ DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1959). Alimentação escolar será mostrada ao povo em uma semana. Rio de Janeiro, 29 de março. Edição 11155.

³⁷⁰ ÚLTIMA HORA (1958) Última Hora transmite ao prefeito as sete reivindicações fundamentais dos moradores do bairro que surgiu com Estácio de Sá – Mais uma associação de amigos para acabar com as sete pragas da Urca! Rio de Janeiro, 4 de março. Edição 02330.

³⁷¹ Ibidem.

³⁷² Ibidem.

se encontrava a ponte do bairro. “Apesar das advertências, a Prefeitura nada fez para consertar a ponte (...). Onde está, senhores, a nossa Prefeitura?”, pergunta ele. Seu questionamento nos transmite a ideia de que essa não era a primeira vez que buscavam uma solução. Apesar dos repetidos apelos, a Prefeitura continuava procrastinando em dar uma resposta satisfatória. Seu protesto ganha apoio, visto que a ponte deveria estar interditada devido aos riscos que trazia a vida dos usuários. Outro morador enxerga outra razão para se ter cuidados com a ponte: a preservação do patrimônio público. De modo enfático, ele conclui: “De modo nenhum podemos perder este valioso patrimônio, de resto, belíssimo patrimônio legado pelas gerações do passado. Seria, afinal, um crime permitir que a ponte da Urca desabasse”³⁷³. Desta forma, cabia a todos a preservação do que é de todos.

Ao término do debate foi produzido um documento onde constavam “as sete pragas da Urca”³⁷⁴. Cada uma das aparentemente simples reivindicações trazia, por detrás de si, uma percepção muito maior da realidade. A primeira pedia a “construção de abrigos nas praças internas da Urca aos motoristas, trocadores” visto que esses trabalhadores ficavam ao relento, desprotegidos do tempo. Inicialmente podemos imaginar uma solidariedade com os trabalhadores que prestavam serviço ao bairro. Os valores são parte importante no fazer político, haja vista que essas “orientam ações, escolhas, julgamentos, atitudes e explicações reais sociais”³⁷⁵. Outra coisa que podemos notar é a luta por condições de trabalho dignas. Em apoio aos motoristas e trocadores, os moradores buscavam de alguma forma garantir com que os trabalhadores daquela região dispusessem das mínimas necessidades para exercer o seu ofício.

Os pontos dois, quatro e seis, apesar de versarem sobre aspectos diferentes, entendemos que estes possuem o mesmo princípio fundador. O segundo ponto pedia “a retirada do ponto de (...) lotação [Urca-Copacabana] da Praça Gil Guilherme, um dos únicos locais do bairro que serve de ‘play-ground’ às crianças da Urca”. O quarto ponto solicitava “a construção de abrigos, mictórios, banheiros, etc. Seria este, aliás, um meio de descongestionar a Praia da Urca” e o sexto ponto demandava um maior policiamento nas praias para “assegurar maior bem estar aos banhistas locais como aos que vem em massa da zona norte”³⁷⁶. As reivindicações deixam

³⁷³ Ibidem.

³⁷⁴ Ibidem.

³⁷⁵ FERNANDES, S. (junho de 2009). Sentimentos em relação à política a luz dos valores e do preconceito social. *Opinião Pública*, vol.15, N° 1.

³⁷⁶ Ibidem.

transparecer um esforço em apossar-se do espaço público para o seu usufruto. Harvey aponta que o capital configura os espaços da cidade apenas para o interesse de poucos ricos³⁷⁷. Transformar o bairro em um “depósito” de lotações ou local de descarte de detritos impedia o acesso aquele lugar e o desfrute dele pelos moradores. Obviamente, estamos abordando um microcosmo, de uma realidade local. Entretanto, o esforço coletivo buscava de alguma maneira, ainda que simples, reconfigurar aquela realidade “de modo que ela passe a apresentar uma imagem social diferente daquela que lhe foi dada (...)”³⁷⁸.

O terceiro ponto se relaciona com a ponte que já explicamos anteriormente. E, finalizando, o ponto cinco pedia a “cessação imediata do lançamento de detritos” e o sétimo solicitava a “limpeza urgente do mercadinho da Prefeitura”³⁷⁹. Os habitantes da Urca, ao pedirem o fim do despejo de lixo na região e a limpeza urgente de um local com grande movimentação de pessoas, buscavam a preservação de sua saúde. Isso está de acordo com a declaração da dona de casa na abertura da mesa-redonda. Um depósito de dejetos se torna uma incubadora de enfermidades que iria afetar a vida de todos ao redor. Até mesmo a tentativa de conservação das praias. Por tentarem impedir o arremesso de detritos no mar, nos leva a pensar quiçá tiveram alguma consciência em relação ao meio ambiente, talvez não no sentido de preservar o meio ambiente porque ele deve ser preservado como um valor em si mesmo válido, mas porventura um certo entendimento de autopreservação de que ao atacar o ambiente, isso inevitavelmente retornaria com consequências, como doenças ou impedimento de utilizarem aquele espaço como lazer. Tudo isso muitas décadas antes dessa pauta ser assunto central no debate político, como é hoje nas primeiras décadas do século XXI³⁸⁰. Como afirmou o Correio da

³⁷⁷ HARVEY, D. (2014). *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo, SP: Martins Fontes/Selo Martins.

³⁷⁸ Ibidem.

³⁷⁹ ÚLTIMA HORA (1958) Última Hora transmite ao prefeito as sete reivindicações fundamentais dos moradores do bairro que surgiu com Estácio de Sá – Mais uma associação de amigos para acabar com as sete pragas da Urca! Rio de Janeiro, 4 de março. Edição 02330.

³⁸⁰ A primeira legislação sobre o meio ambiente foi o Decreto nº 23.793/34 assinado por Getúlio Vargas. Em 1958 já existia um debate acerca da criação de um código florestal municipal, conforme noticiado pela imprensa. Cf. DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1958). Uma árvore é sempre uma contribuição para todos e pertence a coletividade. Rio de Janeiro, 6 de julho. Edição 20023.

manhã, as mesas-redondas serviam como “reunião de ideias para atingir um denominador comum”³⁸¹.

3.6 Considerações finais

Retornando aos trabalhos de Marly Motta, observamos que nesse período a discussão sobre a cidade do Rio envolvia diversos aspectos. A visão que dominava os círculos do poder envolvia qual nova cidade construir após a transferência. O histórico do Rio como capital colonial, imperial e republicana não permitia que ela fosse rebaixada a ser simplesmente mais uma cidade entre as outras, afinal, foi a partir do Rio que deu-se a construção da nação brasileira³⁸². Além disso, sobre o Estado da Guanabara o “ordenamento político, jurídico e administrativo ainda não estava regulamentado”³⁸³. O debate entre os políticos cariocas envolviam o futuro e com ele a autonomia do Rio. Na sociedade, os debates envolviam o presente e a vida dos moradores. As propagandas de progresso e avanço não encontravam lastro na realidade que podiam observar a sua volta. Aproveitando-se das possibilidades que o regime democrático de então oferecia, os habitantes do Distrito Federal puderam falar e serem ouvidos. Utilizando-se de uma ou mais maneiras de participação, a capacidade de organização foi peça fundamental, e sua cidadania ficou evidente assim como suas opiniões, suas lutas sobre aquilo que consideravam seu direito e as reprovações pelo que passavam.

³⁸¹ CORREIO DA MANHÃ (1958) Os pequenos párias: mesa-redonda na ABI mostrará a solução. Rio de Janeiro, 2 de dezembro. Edição 20150.

³⁸² MOTTA, M. S. (1994). *"De grande capital a mera cidade...": o destino do Distrito Federal após a transferência da capital para Brasília*. Rio de Janeiro, RJ: CPDOC.

³⁸³ MOTTA, M. S. (1997). Que será do Rio? - Refletindo sobre a identidade política da cidade do Rio de Janeiro. *Tempo, Revista do Departamento de História da UFF*, vol. 4.

CONCLUSÕES

País rico é país sem pobreza
Slogan do I Governo Dilma Rousseff I (2010-2014)

Este trabalho tem uma pergunta em seu título e no decorrer do desenvolvimento deste estudo, pudemos ver que “os anos dourados” não foram para todos. Conforme apontou Arturo Escobar, o sonho do desenvolvimento se tornou um pesadelo, pois em uma perseguição desenfreada pelo progresso que era posto à frente, impedia de se ver os problemas que estavam ao lado, daí a pertinência da epígrafe desta conclusão. Isso dialoga diretamente com as ideias de Lúcio Kowarick: o investimento feito pelo Estado no capital para o capital e não na população, que ficava desamparada, procurando soluções com as próprias mãos.

A decadência da cidade, que já possuía problemas estruturais, era fruto de uma opção política e esta não passava despercebida da população. Como apontou J. Jasper, na luta por direitos, as pessoas aproveitam-se de todas as oportunidades que surgem, ou as criam, e as transformam em arenas políticas, criando as próprias armas com as quais vão lutar. Ponto importante a observar era com o que a população entendia como gasto/investimento legítimo. Sentindo-se desamparados, revoltavam-se com a utilização do dinheiro público em outras situações que consideravam como de segunda importância. Todas as questões apresentadas durante esta pesquisa nos levam a refletir sobre os acontecimentos que se desenrolaram após o nosso recorte temporal, como por exemplo, a derrota no Rio do candidato indicado por Juscelino para sucedê-lo na presidência nas eleições e a sagração de Carlos Lacerda como governador da Guanabara. Pautando-se em reivindicações populares, Lacerda elaborou um plano de governo que ia de acordo com os as exigências da população, construindo escolas, reorganizando transportes e procurando solucionar a crise da falta de água³⁸⁴.

Enquanto outros trabalhos, como de Marly Motta, destacam oportunamente o debate da alta sociedade sobre o destino da cidade do Rio de Janeiro após a transferência, uma preocupação com o futuro, este trabalho buscou analisar o cotidiano e modo de ver e viver das camadas de baixo, seu presente e suas tentativas de sobrevivência. Para poderem, mais do que sobreviver, e

³⁸⁴ MOTTA, M. S. (2001) Carisma, memória e cultura política: Carlos Lacerda e Leonel Brizola na Política do Rio de Janeiro. Juiz de Fora, MG: *Locus UFJF*. Vol. 7 (2). Pp. 73 – 84; MOTTA, M. S. (2005) Carlos Lacerda: de demolidor de presidentes a construtor de estado. Rio de Janeiro: *Nossa História*. Nº 19. Pp. 72 – 75.

sim, viver foi necessário (e ainda o é!) estarem organizados e movimentando-se para reivindicarem, cobrarem e proporem mudanças. As políticas públicas estão sempre em disputa entre os interesses do Capital e os interesses dos trabalhadores. As formas de luta: sejam as mais pacíficas, burocráticas, por dentro do sistema ou as mais incisivas e até mesmo revolucionárias, são instrumentos legítimos. Diante da deteriorização da vida social, econômica e política e na busca de criação de direitos, garantia e manutenção destes, todos tem o direito de levantarem-se. Como afirmavam os zapatistas, no México, “se não há justiça para o povo, não haja paz para o governo”.

E, por último, é costume na historiografia tratar os levantes populares como sendo organizados por partidos, grupos econômicos, institutos, sindicatos e etc, como se houvesse alguns indivíduos de proeminência à frente liderando. Pensar dessa forma, acreditamos que invisibiliza (ou ignoram? ou não creem ser possível?) as formas de luta e organização das camadas populares, em suas lutas cotidianas, afinal, “a consciência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente”³⁸⁵. Nessa pesquisa, o que encontramos foi a população, por si só, e aparentemente sem um líder ou líderes num primeiro momento, levantando-se e organizando-se para agir, sem precisar de um cabeça (o que não impede que este[s] surja[m] durante o processo). Isso não significa necessariamente que agiam de forma isolada. Também era possível ver ações que dialogavam com outros grupos, lutas que convergiam, como o caso das mães que ocuparam a UNE. Sua luta por educação confluía com a luta dos estudantes organizados. Seus esforços somados ganharam força. A luta da classe trabalhadora era dela por ela. Assim, ao contrário do que o senso comum e a classe dominante tentam infundir na sociedade – pensamento inclusive de certos intelectuais - a população brasileira não é passiva, que aceita apenas observar mansamente as disputas políticas, sendo apenas espectadores. É, sim, uma sociedade combativa, organizada, ativa que exige das autoridades o cumprimento seus deveres, responsabilizando-os quando necessário, sendo participante hábil nos jogos do poder.

³⁸⁵ THOMPSON, E. P. (2018) *A formação da classe operária inglesa – a árvore da vida*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra. Vol. 1. P. 10.

BIBLIOGRAFIAS E FONTES

FONTES

BRASIL (1946). Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, DF.

BRASIL (1948). Lei 217, de 15 de janeiro. Lei Orgânica do Distrito Federal. Rio de Janeiro, DF.

CORREIO DA MANHÃ (1956). Suplícios na Escola Marechal Trompowski. Rio de Janeiro, 15 de abril. Edição 19342.

CORREIO DA MANHÃ (1957). O Rio e seus problemas: ameaça de paralisação de obras públicas – o auxílio do governo federal? Rio de Janeiro, 21 de fevereiro. Edição 19605.

CORREIO DA MANHÃ (1957). A cidade recomposta – como por encanto, surgiram verbas, operários e transporte. Rio de Janeiro, 2 de junho. Edição 19688.

CORREIO DA MANHÃ (1957). Chegaram os caminhões, faltam os trabalhadores. Rio de Janeiro, 5 de maio. Edição 19664.

CORREIO DA MANHÃ (1957). Com boa vontade e trabalho muito se poderá fazer pela cidade. Rio de Janeiro, 12 de maio. Edição 19670.

CORREIO DA MANHÃ (1957). Enchentes: 60 centímetros de águas imundas inundaram o centro da cidade. Rio de Janeiro, 11 de abril. Edição 19645.

CORREIO DA MANHÃ (1957). Enchentes: 60 centímetros de águas imundas inundaram o centro da cidade. Rio de Janeiro, 11 de abril. Edição 19645.

CORREIO DA MANHÃ (1957). Imundície dos morros cobre as ruas da cidade. Rio de Janeiro, 10 de novembro. Edição 19825

CORREIO DA MANHÃ (1957). Mortes e desabamentos no temporal de ontem. Rio de Janeiro, 27 de março. Edição 19632.

CORREIO DA MANHÃ (1957). Na Câmara dos Vereadores: Nomeada a comissão de inquérito para apurar o caso da venda de concessões. Rio de Janeiro, 29 de maio. Edição 19684.

CORREIO DA MANHÃ (1957). O tifo ameaça no mundo de lama podre da Zona Leopoldinense. Rio de Janeiro, 3 de março. Edição 19614.

CORREIO DA MANHÃ (1957). Transformada a cidade numa gigantesca “sapucaia”. Rio de Janeiro, 19 de maio. Edição 19676.

CORREIO DA MANHÃ (1958). Advertência – Novas enchentes farão do Rio uma Nova Veneza. Rio de Janeiro, 16 de fevereiro. Edição 19907.

CORREIO DA MANHÃ (1958). Na Câmara dos Deputados – Prazo fatal para o orçamento e reuniões extras sem “quórum”. Rio de Janeiro, 19 de novembro. Edição 20139.

CORREIO DA MANHÃ (1958). Na Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, 1 de março. Edição 19916.

CORREIO DA MANHÃ (1958). O que é a Quinta, parte II: Banhos clandestinos, capinzal e charco – favelas em formação. Rio de Janeiro, 5 de janeiro. Edição 19871.

CORREIO DA MANHÃ (1958). Um ano de podridão na rua Dr. Garnier. Rio de Janeiro, 19 de janeiro. Edição 19883.

CORREIO DA MANHÃ (1959). Falta de moeda divisionária nos ônibus e lotações do Rio. Rio de Janeiro, 9 de agosto. Edição 20359.

CORREIO DA MANHÃ (1958) Os pequenos párias: mesa-redonda na ABI mostrará a solução. Rio de Janeiro, 2 de dezembro. Edição 20150.

CORREIO DA MANHÃ (1959). Tifo e disenteria em Guadalupe – água poluída nas cisternas. Rio de Janeiro, 20 de fevereiro. Edição 20215.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1956). Grande interesse popular pelo debate promovido em Copacabana – Iniciativa televisionada do Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 30 de dezembro. Edição 10475.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1957). Câmara de Vereadores: Repercussão da Lei Cotrim Neto em favor dos esgotos da Cidade. Rio de Janeiro, 31 de agosto. Edição 19677.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1957). Queixam-se de abandono os moradores de Anchieta. Rio de Janeiro, 6 de janeiro. Edição 10480.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1957). Quer a população do Rio a execução das grandes obras: cota de sacrifício a favor de benefícios posteriores – cariocas opinam sobre a sua cidade. Rio de Janeiro, 8 de novembro. Edição 10735.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1958). Aberta no Flamengo a segunda frente na “batalha da água”. Ainda não de todo vencido o problema d Copacabana – mesa-redonda no Guanabara. Rio de Janeiro, 7 de janeiro. Edição 10783.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1958). Colégio – um bairro populoso abandonado pela prefeitura. Foram atendidos os moradores. Rio de Janeiro, 16 de fevereiro. Edição 10817.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1958). Câmara dos Deputados: “Ilegal a reconvocação do gen. Denys” volta a afirmar o sr. Afonso Arinos. Rio de Janeiro, 1 de março. Edição 10826.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1958). Deixou de ser maravilhosa a imunda capital do país – abandonada pela administração. Rio de Janeiro, 23 de março.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1958). Está há quinze dias sem água o Hospital dos Comerciários. Rio de Janeiro, 3 de abril. Edição 10854.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1958). Para Brasília há dinheiro. Rio de Janeiro, 3 de dezembro. Edição 11060.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1958). Perigos de epidemia no morro Santo Antônio – água estagnada causa doença nas crianças. Rio de Janeiro, 13 de março. Edição 10836.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1958). Por falta de água tomaram banho de chuva nas ruas. Rio de Janeiro, 19 de janeiro. Edição 10794.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1958). Prossegue o rendoso comércio de pipas de água na Zona Sul. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro. Edição 10823.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1958). Ruas alagadas, tráfego paralisado e uma morte em consequência do temporal. Rio de Janeiro, 15 de abril. Edição 10863.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1958). Ruas e bairros da cidade – coradouros em plena rua com prejuízos para as famílias. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro. Edição 10821.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1959). Alimentação escolar será mostrada ao povo em uma semana. Rio de Janeiro, 29 de março. Edição 11155.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1959). Irregular a coleta de lixo na rua Bambui, no Grajaú. Rio de Janeiro, 29 de março. Edição 11155.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1959). Rio sob ameaça de ser coberto por lama – cada temporal custa 6 milhões à prefeitura. Rio de Janeiro, 12 de março. Edição 11141.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1959). Tumulto nas repartições federais devido ao atraso no pagamento – envio de dinheiro para Brasília seria a causa. Rio de Janeiro, 5 de março. Edição 11135.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (1951). *Recenseamento Geral do Brasil, 1940 - Distrito Federal* (Vol. XVI). Rio de Janeiro, DF: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (1955). *Censo Demográfico, 1950 - Distrito Federal* (Vol. XXIV). Rio de Janeiro, DF: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (1956). *Censo Demográfico, 1950 - Brasil* (Vol. I). Rio de Janeiro, DF: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (1960). *Censo Demográfico de 1960 - Brasil* (Vol. I). Rio de Janeiro, GB: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IBGE - Instituto Geografico do Brasil. (1950). *Recenseamento Geral do Brasil, 1940 - Série Nacional* (Vol. II). Rio de Janeiro, DF: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

KUBITSCHKEK, J. (2000) Porque construí Brasília. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial.

KUBITSCHKEK, J. (2009) Discurso de JK na inauguração de Brasília. Em BRASIL, *Discursos selecionados do presidente Juscelino Kubitschek*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

O TRANSPORTE DOS CARIOCAS (1955). Dirigido por Jean Manzon. Rio de Janeiro: Jean Manzon Films Ltda.

ÚLTIMA HORA (1951). O povo fala em defesa dos seus direitos. Rio de Janeiro, 14 de junho. Edição 00003.

ÚLTIMA HORA (1956). 22 vereadores falam ao “Última Hora”: água e transportes coletivos – os mais graves problemas do novo prefeito. Rio de Janeiro, 20 de março.

ÚLTIMA HORA (1956). Enquanto nova comissão de investigação é formada... Entregue ao chefe de polícia o inquérito das verbas da água. Rio de Janeiro, 29 de dezembro. Edição 1997.

ÚLTIMA HORA (1956). O boto veio do mar para o mangue. Rio de Janeiro, 20 de março. Edição 1458.

ÚLTIMA HORA (1956). O deputado Sérgio Magalhães acusa: falta de água é caso de polícia! Responde Pereira Braga (diretor do DA) “Não relacionei todas as verbas!”. Rio de Janeiro, 21 de dezembro. Edição 01991.

ÚLTIMA HORA (1957). De uma hora para outra a capital do Brasil pode parar – Rio, cidade condenada pelo excesso de chuvas e a falta de recursos! Rio de Janeiro, 9 de abril. Edição 2079.

ÚLTIMA HORA (1957). Flashes do Momento – Mais um flagelo. Rio de Janeiro, 27 de novembro. Edição 2273.

ÚLTIMA HORA (1957). O deputado Sérgio Magalhães vai esclarecer o “negócio” da água: Braga, o Homem Forte – Morreu no DFSP o inquérito da água!. Rio de Janeiro, 18 de janeiro. Edição 2012.

ÚLTIMA HORA (1958) Última Hora transmite ao prefeito as sete reivindicações fundamentais dos moradores do bairro que surgiu com Estácio de Sá – Mais uma associação de amigos para acabar com as sete pragas da Urca! Rio de Janeiro, 4 de março. Edição 02330.

ÚLTIMA HORA (1958) O que a prefeitura não faz, SACI vai fazer: moradores de Copacabana vão resolver os problemas dos bairros. Rio de Janeiro, 20 de março de 1958. Edição 2366.

ÚLTIMA HORA (1958). Estudos sobre estudos equacionaram o problema, mas as soluções não vieram. Lama, lixo, esgoto: apontam-se muitas causas – mas as enchentes continuam... Rio de Janeiro, 20 de março. Edição 2366.

ÚLTIMA HORA (1958). Os problemas da cidade, já agora, são problemas do presidente. Rio de Janeiro, 24 de março. Edição 2369.

ÚLTIMA HORA (1958). Flashes do momento – Brasília está fazendo JK esquecer os crimes da Prefeitura do Distrito Federal contra o Rio! Rio de Janeiro, 18 de novembro. Edição 2571.

ÚLTIMA HORA (1959). Carne derrubou Mindelo. Rio de Janeiro, 20 de agosto. Edição 2804.

ÚLTIMA HORA (1959). Catástrofes sobre o Rio: desabamento e mortes. Rio de Janeiro, 20 de maio. Edição 2725;

ÚLTIMA HORA (1959). João Machado a UH: cinco “fantasmas” ameaçam o Rio – tifo, difteria, pólio, varíola e coqueluche. Rio de Janeiro, 27 de julho. Edição 2783.

ÚLTIMA HORA (1959). Surto de tifo poderá tomar vulto nos subúrbios do Rio. Rio de Janeiro, 30 de novembro. Edição 2890.

ÚLTIMA HORA. (1957) ‘É uma calamidade pública!’ – Denuncia Negrão. 30.000 crianças (sem escola) a caminho do crime e do vício. Rio de Janeiro, 18 de fevereiro. Edição 2038.

ÚLTIMA HORA. (1957) 47 contratos para construção de escolas retidos há 2 anos no tribunal de contas. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro. Edição 2041.

ÚLTIMA HORA. (1957) A omissão do poder público abre o caminho para o crime e para o vício: 40 mil crianças sem escola por falta de verba e de matrícula! Rio de Janeiro, 20 de fevereiro. Edição 2040.

ÚLTIMA HORA. (1957) Água para beber: só a mineral ou a do carro-pipa (comprada). Rio de Janeiro, 28 de dezembro. Edição 2299.

ÚLTIMA HORA. (1957) Calor acentuou a revolta dos moradores da Zona Sul – Parou o trânsito de Copacabana com a procissão da falta de água. Rio de Janeiro, 27 de dezembro. Edição 2298.

ÚLTIMA HORA. (1957) Mobilização de todos os recursos para evitar uma calamidade social – Escola ou crime: o trágico dilema de 30 mil crianças. Rio de Janeiro, 19 de fevereiro. Edição 2039.

ÚLTIMA HORA. (1958) Ambição assassina das empresas de ônibus faz explodir a ira popular em novos conflitos. Rio de Janeiro, 1 de novembro. Edição 2557.

Coluna *Fala o Povo!* - Tabela e capítulo 2.

ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 03 de março. Edição 01443.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 05 de março. Edição 01444.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 10 de março. Edição 01449.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 12 de março. Edição 01450.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 15 de março. Edição 01453.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 17 de março. Edição 01456.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 19 de março. Edição 01457.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 21 de março. Edição 01459.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 26 de março. Edição 01463.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 31 de março. Edição 01467.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 05 de maio. Edição 01499.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 07 de maio. Edição 01500.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 12 de maio. Edição A01505.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 14 de maio. Edição 01506.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 15 de maio. Edição A01507.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 16 de maio. Edição B01502.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 17 de maio. Edição A01508.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 18 de maio. Edição A01509.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 21 de maio. Edição B01505
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 22 de maio. Edição B01507.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 24 de maio. Edição B01509.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 25 de maio. Edição 01510.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 26 de maio. Edição 01511.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 28 de maio. Edição 01512.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 29 de maio. Edição 01513.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 02 de julho. Edição 01542.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 03 de julho. Edição 01543.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 04 de julho. Edição 01544.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 05 de julho. Edição 01545.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 06 de julho. Edição 01546.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 07 de julho. Edição 01547.

ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 09 de julho. Edição 01548.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 10 de julho. Edição 01549.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 11 de julho. Edição 01550.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 12 de julho. Edição 01551.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 13 de julho. Edição 01552.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 14 de julho. Edição 01553.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 17 de julho. Edição 01555.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 18 de julho. Edição 01556.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 19 de julho. Edição 01557.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 21 de julho. Edição 01559.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 23 de julho. Edição 01560.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 24 de julho. Edição 01561.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 25 de julho. Edição 01562.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 26 de julho. Edição 01563.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 01 de outubro. Edição 01619.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 02 de outubro. Edição 01620.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 03 de outubro. Edição 01621.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 04 de outubro. Edição 01622.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 08 de outubro. Edição 01625.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 09 de outubro. Edição 01626.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 10 de outubro. Edição 01627.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 11 de outubro. Edição 01628.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 12 de outubro. Edição 01629.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 13 de outubro. Edição 01930.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 15 de outubro. Edição 01931.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 22 de outubro. Edição 01937.
ÚLTIMA HORA (1956). Fala o Povo!. Rio de Janeiro, 29 de outubro. Edição 01943.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 01 de março. Edição 02048.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 03 de março. Edição 02050.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 07 de março. Edição 02051.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 08 de março. Edição 02052.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 09 de março. Edição 02053.

ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 11 de março. Edição 02054.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 12 de março. Edição 02055.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 13 de março. Edição 02056.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 14 de março. Edição 02057.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 15 de março. Edição 02058.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 16 de março. Edição 02059.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 19 de março. Edição 02061.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 20 de março. Edição 02062.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 21 de março. Edição 02063.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 22 de março. Edição 02064.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 25 de março. Edição 02066.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 26 de março. Edição 02067.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 27 de março. Edição 02068.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 29 de março. Edição 02070.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 02 de maio. Edição 02097.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 03 de maio. Edição 02100.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 04 de maio. Edição 02101.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 07 de maio. Edição 02103.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 08 de maio. Edição 02104.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 09 de maio. Edição 02105.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 10 de maio. Edição 02106.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 11 de maio. Edição 02107.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 13 de maio. Edição 02108.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 14 de maio. Edição 02109.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 15 de maio. Edição 02110.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 16 de maio. Edição 02111.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 17 de maio. Edição 02112.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 20 de maio. Edição 02114.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 21 de maio. Edição 02115.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 22 de maio. Edição 02116.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 23 de maio. Edição 02117.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 24 de maio. Edição 02118.

ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 27 de maio. Edição 02120.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 28 de maio. Edição 02121.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 29 de maio. Edição 02122.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 30 de maio. Edição 02123.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 31 de maio. Edição 02124.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 01 de julho. Edição 02149.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 02 de julho. Edição 02150.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 04 de julho. Edição 02151.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 05 de julho. Edição 02152.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 06 de julho. Edição 02153.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 08 de julho. Edição 02154.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 09 de julho. Edição 02155.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 10 de julho. Edição 02156.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 11 de julho. Edição 02157.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 12 de julho. Edição 02158.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 13 de julho. Edição B02158.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 14 de julho. Edição 02159.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 16 de julho. Edição 02160.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 17 de julho. Edição 02161.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 18 de julho. Edição 02162.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 19 de julho. Edição 02163.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 20 de julho. Edição 02164.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 22 de julho. Edição 02165.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 23 de julho. Edição 02166.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 24 de julho. Edição 02167.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 25 de julho. Edição 02168.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 26 de julho. Edição 02169.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 27 de julho. Edição 02170.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 29 de julho. Edição 02171.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 30 de julho. Edição 02172.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 31 de julho. Edição 02173.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 01 de outubro. Edição 02226.

ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 02 de outubro. Edição 02227.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 03 de outubro. Edição 02228.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 04 de outubro. Edição 02229.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 05 de outubro. Edição 02230.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 07 de outubro. Edição 02231.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 08 de outubro. Edição 02232.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 09 de outubro. Edição 02233.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 10 de outubro. Edição 02234.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 11 de outubro. Edição 02235.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 12 de outubro. Edição 02236.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 15 de outubro. Edição 02238.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 16 de outubro. Edição 02239.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 17 de outubro. Edição 02240.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 18 de outubro. Edição 02241.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 21 de outubro. Edição 02243.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 22 de outubro. Edição 02244.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 23 de outubro. Edição 02245.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 24 de outubro. Edição 02246.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 25 de outubro. Edição 02247.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 26 de outubro. Edição 02248.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 28 de outubro. Edição 02249.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 29 de outubro. Edição 02250.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 30 de outubro. Edição 02251.
ÚLTIMA HORA (1957). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 31 de outubro. Edição 02252.
ÚLTIMA HORA (1959). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 02 de março. Edição 02657.
ÚLTIMA HORA (1959). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 03 de março. Edição 02658.
ÚLTIMA HORA (1959). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 04 de março. Edição 02659.
ÚLTIMA HORA (1959). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 05 de março. Edição 02660.
ÚLTIMA HORA (1959). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 06 de março. Edição 02661.
ÚLTIMA HORA (1959). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 07 de março. Edição 02662.
ÚLTIMA HORA (1959). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 28 de março. Edição 02680.
ÚLTIMA HORA (1959). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 04 de maio. Edição 02711.

ÚLTIMA HORA (1959). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 05 de maio. Edição 02712.
ÚLTIMA HORA (1959). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 06 de maio. Edição 02713.
ÚLTIMA HORA (1959). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 07 de maio. Edição 02714.
ÚLTIMA HORA (1959). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 09 de maio. Edição 02716.
ÚLTIMA HORA (1959). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 11 de maio. Edição 02717.
ÚLTIMA HORA (1959). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 12 de maio. Edição 02718.
ÚLTIMA HORA (1959). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 13 de maio. Edição 02719.
ÚLTIMA HORA (1959). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 14 de maio. Edição 02720.
ÚLTIMA HORA (1959). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 15 de maio. Edição 02721.
ÚLTIMA HORA (1959). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 16 de maio. Edição 02722.
ÚLTIMA HORA (1959). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 18 de maio. Edição 02723.
ÚLTIMA HORA (1959). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 19 de maio. Edição 02724.
ÚLTIMA HORA (1959). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 21 de maio. Edição 02726.
ÚLTIMA HORA (1959). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 22 de maio. Edição 02727.
ÚLTIMA HORA (1959). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 23 de maio. Edição 02728.
ÚLTIMA HORA (1959). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 25 de maio. Edição 02729.
ÚLTIMA HORA (1959). Fala o Povo! Rio de Janeiro, 26 de maio. Edição 02730.

OBRAS CITADAS

- ABREU, M. A. (1997). A cidade e os temporais: uma relação antiga. In: L. P. ROSA, & W. A. LACERDA, *Tormentas Cariocas - Seminário de prevenção e controle dos efeitos dos temporais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, RJ: COPPE/UFRJ.
- ARGAN, G. (2004). *Imagem e Persuasão: Ensaio sobre o Barroco*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- AZEVEDO, A. N. (2016). *A grande reforma urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso*. Rio de Janeiro: PUC Rio.
- AZEVEDO, A. (2002). *Rio de Janeiro - Capital e capitalidade*. Rio de Janeiro: Depto. Cultural/NAPE/Depext/SR-3/UERJ.
- BARBOSA, M. (2007). *História Cultural da Imprensa (1900-2000)*. Rio de JANEIRO, RJ: Mauad X.

- BARBOSA, R. C. (2006). Os planos de desenvolvimento e a educação: de Juscelino Kubitschek ao regime militar. *Tese de doutorado em Educação*. Campinas, SP: Faculdade de Educação/Unicamp.
- BENCHIMOL, J. L. (2014). Reforma Urbana e revolta da vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: J. FERREIRA, & L. A. DELGADO, *O Brasil Republicano - o tempo do liberalismo excludente*. (7ª ed., Vol. 1). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- BENEVIDES, M. d. (1976). *O governo Kubitschek - Desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro: Paz & Terra.
- BENEVOLO, L. (1984). *A cidade e o arquiteto - Método e história na arquitetura*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- BIROLI, F. (2004). Liberdade de imprensa: margens e definições para a democracia durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960). *Revista Brasileira de História*, 24 (47), pp. 213-240.
- BORRAT, H. (1989). El periódico, actor del sistema político. *Revista Anàlisi - Quaderns de comunicació i cultura*, 12, 67-80.
- BRASIL. (1946). Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, DF.
- BURKE, P. (2017). *Testemunha Ocular - O uso de imagens como evidência histórica*. São Paulo, SP: Editora Unesp.
- CAMARGO, M. R. (2011). *Cartas e escritas: práticas culturais, linguagem e tessitura da amizade*. São Paulo, SP: Editora Unesp.
- CAPELATO, M. H. (1999). Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: D. PANDOLFI, *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV.
- CARVALHO, J. M. (2019). *Cidadania no Brasil - O longo caminho* (25ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CARVALHO, J. M. (1987). *Os Bestializados - O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CHAUÍ, M. (2017). O mito da não-violência brasileira. In: E. M. ITOKAZU, & L. CHAUÍ-BERLINK, *Escritos de Marilena Chauí - Sobre a violência* (Vol. 5). Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- CHAVÉZ CARAPIA, J. D. (2006). *La participación social: retos y perspectivas*. Cidade do México, DF, México: Plaza y Valdés.
- CORRÊA, R. L. (1989). *O espaço urbano*. São Paulo: Ática.

- DA COSTA, R. G. (2020) 'Esses elementos que enfeiam a cidade' - Mendigos e vadios na Capital da República (Rio de Janeiro, 1956-1960). *Temporalidades*. Edição 33. 12 (2), pp. 345-365.
- DA COSTA, R. G. (2022). Luta nas ruas: prostitutas, direitos e repressão no Rio de Janeiro dos “Anos Dourados” (1956-1959). *Revista de História da UEG*. 11(2). e122202. Disponível em: <https://doi.org/10.31668/revistaueg.v11i2.12499>.
- DE CERTEAU, M. (1990). *A invenção do cotidiano: artes de fazer* (Vol. 1). Petrópolis, RJ: Vozes.
- DEL ROIO, J. L. (2017). *A greve de 1917 - os trabalhadores entram em cena*. São Paulo, SP: Alameda/Fundação Lauro Campos.
- DIAS, M. L. (2005). *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda.
- DOS SANTOS, M. (2008). A construção de Brasília nas tramas de imagens e memórias pela imprensa escrita (1956 - 1960). *Dissertação de mestrado em História*. Brasília: Instituto de Ciências Humanas, UnB.
- ESCOBAR, A. (2007). *La invención del Tercer Mundo - Construcción y deconstrucción del desarrollo*. (D. Ochoa, Trad.) Caracas, Venezuela: Fundación Editorial El Perro y La Rana.
- FABRE, D. (Org). (1993). *Écritures Ordinaires*. Paris, França: POL Editions.
- FARRAH, M. S. F. (2020). Sete décadas de políticas sociais no Brasil. *Revista do Serviço Público*, 58.
- FERNANDES, S. (junho de 2009). Sentimentos em relação à política a luz dos valores e do preconceito social. *Opinião Pública*, 15 (1).
- FERNANDÉZ, C. A. (1995). La prensa fuente para la historia de la población. In: F. SOUSA, *População Portuguesa - História e Prospectiva: População e Sociedade* (Vol. 1). Porto, Portugal: Edições Afrontamento.
- FERNANDÉZ, C. A. (1989). Prensa y opinión pública - La prensa como fuente histórica para el estudio de la masonería. In: J. F. BENIMELI, *Masonería, política y sociedad*. Córdoba, Espanha: Fundación Dialnet.
- FERREIRA, J. (2013). A experiência liberal-democrática no Brasil (1946 - 1964): revisitando temas historiográficos. In: J. A. NUNES, & A. FREIRE, *Historiografias portuguesa e brasileira no século XX. Olhares cruzados*. Coimbra, Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- FERREIRA, J., & GOMES, A. C. (2014). *1964 – o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.

- FLORENTINO, M. (1997). *Em costas negras - Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- FRANCO, B. B. (2016). Financiamento público da saúde: desafios e perspectivas. *Monografia em Administração Pública*. Volta Redonda, RJ: ICHS/UFF – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, UFF.
- GASPAR, M. D. (1985). *Garotas de Programa - Prostituição em Copacabana e identidade social*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor.
- GAWRYSZEWSKI, A. (2012). *Agonia de Morar – Urbanização e Habitação na cidade do Rio de Janeiro, DF – 1945 a 1950*. Londrina: EdUel.
- GIRARDET, R. (1987). *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GINZBURG, C. (2006). *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- GOMES, A. C. (2005). *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro, RJ: FGV.
- GOMES, A. C. (1991). Introdução - Qual a cor dos anos dourados? In: A. GOMES, & e. all, *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- GOMES, A., & SCHWARCZ, L. (2013). *História do Brasil Nação: Olhando para dentro (1930 - 1964)* (Vol. 4). Rio de Janeiro: Objetiva.
- GRALHA, F. (2008). *A belle époque carioca: imagens da modernidade na obra de Augusto Malta (1900 - 1920)*. *Dissertação de mestrado em História*. Juiz de Fora, MG: Instituto de Ciências Humanas e Letras, UFJF.
- HARVEY, D. (2014). *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo, SP: Martins Fontes/Selo Martins.
- HOCHMAN, G. (2021). “A gripe asiática vem aí!”: crônica de uma pandemia antes de sua chegada (Brasil, 1957). *Revista Ciencias de la Salud*. 19 (Especial). Bogotá, Colômbia. Pp. 1 - 20. Disponível em : <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/revsalud/a.10599>, acessado em 23 de dezembro de 2022, às 22h.
- JASPER, J. (2016). *Protesto: uma introdução aos movimentos sociais* (1ª ed.). (C. A. MEDEIROS, Trad.) Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores.
- JUDT, T. (2009). *Pós-Guerra - História da Europa desde 1945*. Lisboa, Portugal: Edições 70.
- KERSTENETZKY, C. L. (2012). *O estado de bem-estar social na idade da razão: a reinvenção do estado social no mundo contemporânea*. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier.
- KOWARICK, L. (1979). *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro, RJ: Paz & Terra.

- KUBITSCHECK, J. (2009). Discurso de JK na inauguração de Brasília. In: BRASIL, *Discursos selecionados do presidente Juscelino Kubitschek*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- LAFER, C. (2019). Antagonismo político e os "anos dourados". In: E. BACHA, J. M. CARVALHO, J. FALCÃO, M. TRINDADE, & P. MALAN, *130 anos: em busca da república*. Rio de Janeiro, RJ: Intrínseca.
- LANNA JÚNIOR, M. C. M. (1993). Abastecimento e instabilidade política no Brasil (1952 – 1962). *Dissertação de mestrado em História*. Niterói, RJ: Programa de Pós-Graduação em História, UFF.
- LE GOFF, J. (2013). *História e memória*. Campinas, SP: Editora Unicamp.
- LYNCH, C. C. (2017). Questão de urgência nacional: o Rio como 2º distrito federal. *Insight Inteligência*, 19 (76), 18 - 42.
- LYNCH, C. C. (jul/set de 2017). Uma democracia, duas capitais: o que o Rio pode fazer pelo Brasil. *Revista Insight Inteligência*, Volume 78. (20).
- MAGALHÃES, M. (2004). *Ecos da política: a capital federal, 1892 – 1902*. Tese de doutoramento em História. Niterói: PPGH – UFF.
- MARSHALL, T. H. (1967). *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor.
- MARTINS, B. M. (2015). Governo Juscelino Kubitschek: legado ou estrago? Uma análise sobre as finanças públicas. *Monografia de Especialização em Finanças Públicas*. Porto Alegre, RS: Programa Nacional de Formação em Administração Pública - PNAP/UFRGS.
- MELLO, J. C., & NOVAIS, F. (1998). Capitalismo tardio e sociedade moderna. In: L. M. SCHWARCZ, & F. NOVAIS, *História da Vida Privada no Brasil - Contrastes da Intimidade Contemporânea*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- MOORE JR, B. (1987). *Injustiça - As bases sociais da obediência e da revolta*. (J. R. FILHO, Trad.) São Paulo, SP: Brasiliense.
- MOREL, M. (2016). *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidade na Cidade Imperial (1820-1840)* (2ª ed.). Jundiaí, SP: Paco Editorial.
- MOTTA, M. S. (1994). *"De grande capital a mera cidade...": o destino do Distrito Federal após a transferência da capital para Brasília*. Rio de Janeiro, RJ: CPDOC.
- MOTTA, M. S. (1997). Que será do Rio? – Refletindo sobre a identidade política da cidade do Rio de Janeiro. *Tempo, Revista do Departamento de História da UFF*, 4.
- MOTTA, M. S. (2000). O Rio de Janeiro continua sendo? Rio de Janeiro. CPDOC/FGV.

- MOTTA, M. S. (2005) Carlos Lacerda: de demolidor de presidentes a construtor de estado. Rio de Janeiro: *Nossa História*. Nº 19. Pp. 72 – 75.
- MOTTA, M. S. (2004). *Rio, cidade-capital*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- MOTTA, M. S. (2001) Carisma, memória e cultura política: Carlos Lacerda e Leonel Brizola na Política do Rio de Janeiro. Juiz de Fora, MG: *Locus UFJF*. Vol. 7 (2). Pp. 73 – 84.
- MOREL, M. (março de 2002). Papéis incendiários, gritos e gestos: a cena pública e a construção nacional nos anos 1820-1830. *Topoi* , 39-58.
- MUMFORD, L. (1998). *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo, SP: Martins Fontes Paulista.
- NEVES, M. S. (2008). Os cenários da República: o Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: J. FERREIRA, & L. N. DELGADO, *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente [1889-1930]* (Vol. 1). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- PECHMAN, S. (1983). A construção da solidariedade: associações de moradores de classe média e alta do Rio de Janeiro (1976-1982). *Dissertação de mestrado em Ciência Política* . Rio de Janeiro, RJ: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ.
- PESAVENTO, S. J. (1996). *O espetáculo da rua*. Porto Alegre, RS: Editora UFRGS.
- QUELER, J. J. (2004). Democracia e desenvolvimento: os posicionamentos políticos do jornal Última Hora no governo Kubitschek (1957 - 1960). *Dissertação de Mestrado* . Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp.
- República dos Estados Unidos do Brasil. (1948). Lei 217, de 15 de janeiro. *Lei Orgânica do Distrito Federal* .
- RAMPINELLI, W. (2007) A política internacional de JK e suas relações perigosas com o colonialismo português. *Lutas Sociais: Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS)*. PUC-SP. Nº 17/18.
- RESENDE, V. (2006). *Análise dos discurso crítica*. São Paulo, SP: Contexto.
- SANTANA, K. O. (2019). "Reuniões perigosas" - Ajuntamento ilícito e política na corte regencial (1831 - 1837). *Dissertação de mestrado em História* . Seropédica, RJ: Instituto de Ciências Humanas e Sociais, UFRRJ.
- SANTOS, C. (2016) Território Federal de Ponta Porã: o Brasil de Vargas e a Marcha para o Oeste. *Dissertação de mestrado em História*. Porto Alegre: PUC-RS.

- SANTOS, E. C. (2009). A imprensa como mediadora política: as reclamações da população do Rio de Janeiro no Jornal do Brasil [1892-1902]. *Dissertação de mestrado em História*. Rio de Janeiro, RJ: PPGHS/UERJ.
- SANTUCCI, J. (2008) Cidade rebelde – as revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.
- SCHWARCZ, L. (1993). *O Espetáculo das Raças*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- SCHWARCZ, L. M. & STARLING, H. M. (2020). A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- SERRA, G. (2016). Prólogo: La elección racional para analizar la política en el mundo de habla hispana. In: K. A. SHEPSLE, *Analizar la política - comportamiento, instituciones y racionalidad*. Cidade do México, México: Editora CIDE.
- SILVA, D. C. (2017). Uma avenida em questão: a construção da Avenida Central e os debates públicos. In: J. FERREIRA, *O Rio de Janeiro nos jornais - Ideologias, culturas políticas e conflitos sociais (1889 - 1930)* (pp. 45 - 74). Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras/FAPERJ.
- SILVA, E. (1988). As queixas do povo. Rio de Janeiro: Paz & Terra.
- SILVA, J. A. (2006). *Direito Urbanístico Brasileiro*. São Paulo, SP: Malheiros.
- SILVA, P. S. (jul./dez. de 2017). Construindo um novo espaço urbano no Estado Novo: A participação das empreiteiras cariocas nas obras da gestão Henrique Dodsworth (1937-1945). (P. d. História, Ed.) *Revista Discente Faces de Clio* .
- SILVA, P. S. (2020). Obras públicas, planos urbanísticos e transformações do espaço urbano: o caso do Rio de Janeiro (1948 - 1975). *Temporalidades*. Edição 32, Volume 12, Número 1, 2020, pp. 373-393.
- SILVA, R. (2008). Malária e desenvolvimento: a saúde pública no governo JK (1956-1961). *Tese de doutorado em História das Ciências e da Saúde* . Rio de Janeiro, RJ: Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ.
- SPRANDEL, M. A. (2004). *A pobreza no paraíso tropical – Interpretações e discursos sobre o Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política, UFRJ.
- STORMOWSKI, M. S. (2011). *Interpretações sobre a pobreza na época do desenvolvimentismo: análise dos discursos de Vargas e JK* . Porto Alegre, RS: UFRGS.
- THOMPSON, E. P. (2013). *Costumes em Comum - Estudos sobre a cultura Popular Tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras.

- THOMPSON, E. P. (2018) *A formação da classe operária inglesa – a árvore da vida*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra. Vol. 1.
- TOKARSKI, F. B. (2003). Com a corrente: modernidade, democracia e seus sentidos no jornalismo brasileiro dos anos 1950. *Tese de doutorado em História* . Campinas, SP: IFCH - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp.
- VIEIRA, I. S. (2020). Participação social no Rio de Janeiro: uma análise do relacionamento entre Estado e sociedade civil durante as primeiras décadas do século XX. *Dissertação de mestrado em Ciência Política* . São Paulo, SP: FFLCH/USP.
- WESTIN, R. (20 de abril de 2015). *Adversários de JK tentaram impedir transferência da capital para Brasília*. Acesso em 15 de maio de 2020, disponível em Agência Senado: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/04/17/adversarios-de-jk-tentaram-impedir-transferencia-da-capital-para-brasilia>
- WHITE, H. (1992). *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo, SP: Edusp.
- WILLIAMS, R. (2007). *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade* (1ª ed.). São Paulo, SP: Boitempo.
- ZICMAN, R. B. (1985). História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. *Projeto História* , 4, Pp. 89-102.